U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Mestrado em História e Património

Os Novos Usos do Património no Centro Histórico do Porto

Rita de Sá Pereira Baltazar Ramos

M

2022

Rita de Sá Pereira Baltazar Ramos

Os Novos Usos do Património no Centro Histórico do Porto

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald e pelo Professor Doutor José Ramiro Marques de Queirós Gomes Pimenta

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Sumário

Declaração de honra 4

Agradecimentos 5

Resumo 6

Abstract 7

Índice de Figuras 8

Índice de Tabelas 10

Introdução 11

Objeto 11

Objetivo e Matéria-Prima 21

1. Questões Decorrentes do Processo de Urbanização Portuense 31

1.1 Ponto de Partida: O conceito de urbanismo 31

1.2 Desenvolvimento da Cidade do Porto 40

2. O Espaço Selecionado 49

2.1. Delimitação do Espaço 49

2.2 O Centro Histórico do Porto e os Usos do Património 52

3. Estudos de Caso 57

3.1 Mercado do Anjo 57

3.2 Jardim da Cordoaria 67

3.3 Hospital de Santo António 73

3.4 Conjunto Monumental dos Clérigos 79

3.5 Centro Português de Fotografia/ Cadeia e Tribunal da Relação 84

3.6 Convento dos Carmelitas Descalços 91

3.7 Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo 97

3.8 Edifício da Reitoria da Universidade do Porto 100
4. Considerações Finais 105
Fontes 106
Bibliografia 109
Apêndices 117
Apêndice 1: Mercado do Anjo 118
Apêndice 2: Jardim da Cordoaria 124
Apêndice 3: Hospital de Santo António 126
Apêndice 4: Conjunto Monumental dos Clérigos 128
Apêndice 5: Centro Português de Fotografia 130
Apêndice 6: Convento dos Carmelitas Descalços 132
Apêndice 7: Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo 135
Apêndice 8: Edifício da Reitoria da Universidade do Porto 139

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, 30 de setembro de 2022]

[Rita de Sá Pereira Baltazar Ramos]

Agradecimentos

Aos orientadores,

Professora Doutora Maria Helena Osswald, obrigada pela ajuda e compreensão, pela exigência, e pelas oportunidades que me proporcionou ao longo deste ano de trabalho.

Professor Doutor José Ramiro Pimenta, obrigada pelo apoio e disponibilidade durante todo o processo de elaboração desta dissertação, e pela transmissão do seu notável conhecimento nas áreas de geografia e urbanismo.

À família e Filipe,

Simplesmente obrigada,

Pelo constante encorajamento e motivação nos momentos mais difíceis e de incerteza, celebrando as minhas conquistas como sendo igualmente vossas.

Resumo

Esta dissertação é o produto de uma pesquisa sobre a cidade do Porto e o seu património arquitetónico, pretendendo comparar as suas funções originais e atuais, para compreender a resiliência ou adaptação voluntária ou fruto do acaso das mesmas e procurando uma explicação para tal comportamento. O estudo foi realizado com base em bibliografia e documentação, dando particular atenção aos contextos de mudanças maiores da cidade do Porto. São oito os edifícios específicos, selecionados em função da sua localização e exemplaridade, segundo critérios patrimoniais e de adaptação às políticas urbanas ou à falta das mesmas.

Palavras-chave: Porto, Urbanismo, Centro Histórico, Património, Transformação

Abstract

This dissertation is the product of a research on the city of Oporto and its architectural heritage, intending to compare its original and current functions, to understand their resilience and voluntary adaptation or the result of chance. This means looking for an explanation for such behavior. The study was carried out based on bibliography and documentation, paying particular attention to the contexts of major changes in the city of Oporto. There are eight specific buildings, selected according to their location and exemplarity, considering the importance of heritage criteria and the adaptation of urban policies or lack of them.

Keywords: Oporto Urbanism, Historic Centre, Heritage, Transformation

Índice de Figuras

Figura 1: Área classificada pela UNESCO denominada Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar, 1996 11
Figura 2: Entradas de Turistas em Portugal (milhões) 15
Figura 3: Carta Topográfica de 1892: área selecionada pode ser observada, assim como alguns dos casos de estudo (Conjunto dos Clérigos, o Mercado do Anjo e o Edifício da Reitoria) 49
Figura 4: Antigo Mercado do Peixe, onde hoje se localiza o Palácio da Justiça do Porto 118
Figura 5: Feira de São Bento, em frente ao extinto Mosteiro de São Bento de Avé-Maria, em 1833 118
Figura 6: Demolição do Mercado do Anjo em 1948.) 119
Figura 7: Passeio dos Clérigos 119
Figura 8:Projeto para a praça de Lisboa, da autoria da Design Factory GMBH 120
Figura 9: Projeto Arrozeiro Ribeiro para a Praça de Lisboa, Divisare, 2014. 120
Figura 10: Projeto de Pedro Balonas para a Praça de Lisboa 121
Figura 11: Projeto de Pedro Balonas para a Praça de Lisboa 121
Figura 12: Planta de Implantação do mercado em 1905. 122
Figura 13: Ilustração do Mercado do Anjo. 122
Figura 14: Vendedoras de castanhas, junto ao chafariz do Mercado do anjo, 1912... 123
Figura 15: Aspeto interior do Mercado do Anjo 123
Figura 16: Alameda da Cordoaria no século XIX 124
Figura 17: Jardim da Cordoaria 124
Figura 18: Jardim da Cordoaria 125
Figura 19: Alçado principal do Hospital de Santo António, ao centro zimbório da igreja nunca erguida. 126
Figura 20: Local do Hospital de Santo António em 1844. 126
Figura 21: Planta do edifício 127
Figura 22: Sacristia da Igreja dos Clérigos, imagem retirada da ferramenta “Tour 360”. 128

Figura 23: Vista exterior do Conjunto Monumental dos Clérigos, imagem retirada da ferramenta “Tour 360”. 128
Figura 24: Interior da Igreja dos Clérigos, imagem retirada da ferramenta “Tour 360”. 129
Figura 25: Planta do último piso da cadeia 130
Figura 26: Espaços prisionais coletivos, desenho de J. R. Chsistiano 130
Figura 27: Desenho da Cadeia da Relação do Porto de Joaquim Cardoso Vilanova, 1833. 131
Figura 28:Igreja dos Carmelitas, pintura de Vilanova de 1833. 132
Figura 29: Plantas atuais cedidas pela Guarda Nacional Republicana do Porto. 132
Figura 30: Planta atual com indicação da cerca a negro. 133
Figura 31: Vista da torre da igreja. 134
Figura 32: Vista interior do pátio da entrada. 134
Figura 33: Rua de Santa Teresa. 135
Figura 34: Vista exterior das fachadas das Igrejas do Carmo e dos Carmelitas, podendo observar ao centro a Casa Escondida. 135
Figura 35: Interior da igreja dos Terceiros do Carmo. 136
Figura 36: Figura 34: Interior da Casa Escondida. 137
Figura 37: Salão Nobre do Carmo. 137
Figura 38: Sala dos Paramentos. 138
Figura 39: A sacristia do Carmo. 138
Figura 40: Fachada do edifício da Reitoria da Universidade do Porto 139
Figura 41: Zona de proteção do Hospital Escolar do Porto. 139
Figura 42: Estragos do incêndio na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. 140
Figura 43: Estragos do incêndio na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. 140
Figura 44: Rua de D. Manuel II 140
Figura 45: Escadaria Nobre da Reitoria 140

Índice de Tabelas

Tabela 1: Comparação entre Fatores Turísticos entre 1996 e 2019 ---------- 20

Tabela 2: Resultados nas Fontes de Informação para cada palavra-chave ---------- 23

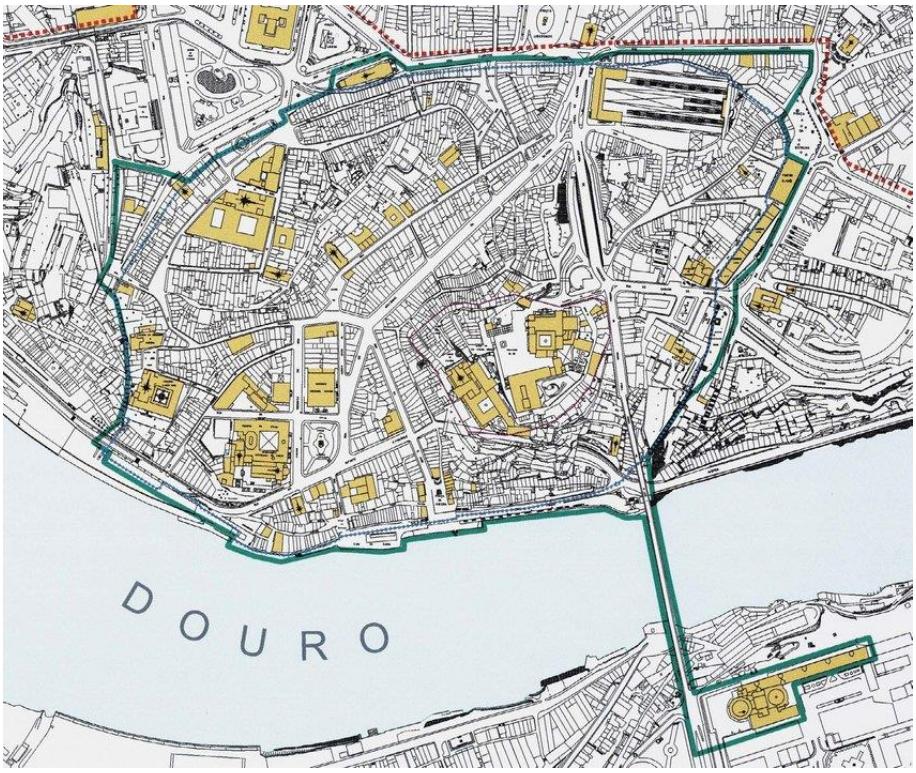
Tabela 3: Recolhimentos do Porto, ano de fundação e função de cada um (segundo JESUS, E.). ---------- 58

Tabela 4: Área de Jurisdição da Relação e Casa do Porto. ---------- 87

Tabela 5: Estatutos de 1837 da Escola Politécnica de Lisboa e da APP: Cursos Disponíveis. ----------102

Introdução

Figura 1: Área classificada pela UNESCO denominada Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar, 1996[1]



Fonte: TAVARES, Alice; FEITOSA, Maria José; COSTA, Aníbal (2018).

Objeto

O objeto de estudo da presente dissertação é o denominado Centro Histórico do Porto. Esta classificação está longe de ser uma originalidade da cidade e corresponde a um sentir e pensar o fenómeno urbano na sua dimensão histórica, enquanto elemento constitutivo do modo como algumas sociedades modelam o seu viver em conjunto e projetam as funções desempenhadas pelo tecido urbano. Este objeto tem pertinência constante, pois o desenvolvimento das cidades, quer num sentido de expansão, quer de contração, é uma realidade que sempre implicou interrogações e respostas baseadas

[1] A linha verde representa a área do bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO; a linha azul interrompida representa o espaço interior da muralha; a linha vermelha interrompida representa o limite da área do centro histórico do Porto, denominada de zona tampão, sem proteção legal nacional

em maior ou menor grau na observação e nas teorias explicativas, tornando este assunto num tema de estudo bastante alargado. Para além da utilização do conceito "centro histórico" (e até antes deste surgir como um instrumento de políticas urbanas públicas), não deixa de ser necessário enfrentar a noção de memória coletiva[2] que o centro histórico pretende conter. A importância desta memória coletiva foi pressentida por geógrafos e outros dedicados ao urbanismo, pois "constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas cidades" [BARATA-SALGUEIRO, 1992: 288]. É nos núcleos históricos das cidades que se pode encontrar a maior parte deste legado patrimonial edificado que constitui a memória de um espaço, e o património é uma componente essencial nos centros históricos, conferindo "tal valor e exuberância, tornando estes espaços realmente apetecíveis pela atração exercida por aquelas presenças majestosas que ali jazem desde tempos passados" [SEBASTIÃO, 2010: 46]. Assim sendo, comprova-se que o património materializa as memórias coletivas do passado, sendo que consiste num conjunto de heranças que a sociedade recebe e atribui novos sentidos [HENRIQUES, 2003]. As medidas essenciais que devem ser aplicadas para defender e valorizar os legados físicos do passado, consistem em revitalizar o património edificado a partir de ações que o protejam, "considerando-o um elemento estruturante da identidade de cada núcleo histórico" [SEBASTIÃO, 2010: 47].

O centro histórico definido através de alguns conjuntos arquitetónicos que se consideram como representativos da identidade de uma cidade e que se entende ser necessário proteger com leis e regulamentos que impeçam a sua destruição ou descaracterização, já, há muito, parece não ser suficiente enquanto instrumento de preservação de um dado ambiente identitário:

[2] Sobre a abundante bibliografia relativa a este tópico, veja-se os trabalhos de Cávem, Mara; Centros históricos contemporâneos: mudanças de perspetiva na gestão – caso de estudo de Lisboa e Bruxelas; Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Planeamento Regional e Local; Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento Geografia, 2007 e Barata-Salgueiro, Teresa em Medeiros, C. A. (coord.), Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidades, volume 2; Círculo de Leitores; Lisboa, 2005, p. 230-300 e 343-365.

> É assim crucial para a revitalização dos centros históricos, a sua afirmação "a partir de fatores distintivos e de diferenciação competitiva (…) valorizando especialmente o que não é reprodutível noutros espaços", sendo o património histórico-arquitetónico exemplo disso, revitalizando os valores "históricos e culturais que são um fator de atração" [BARRETA; 2004, 16].

A degeneração, a fragmentação e até a perda de significado são riscos reais que uma perspetiva não holística traz consigo. Em 2007, na conferência internacional que decorreu no Recife, no Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada, discutiram-se as limitações dos regulamentos existentes a nível internacional, claramente visíveis na convocatória sob o título de The Changing Role and Relevance of Urban Conservation Charters. Alguns propuseram uma abordagem que se preocupa com a paisagem urbana, de modo a ajudar a diminuir os riscos atrás indicados. Esta abordagem permite descobrir debaixo das várias camadas as inter-relações do todo. E deste modo a integridade torna-se uma consideração chave e permite pensar de outros modos as políticas de gestão urbana [HARAGUCHI e VAN OERS, 2010: 7-17]. Mais recentemente, o Porto sofreu várias mudanças na organização do seu espaço mais antigo e estruturante ao longo de séculos., pelo afastamento da população que lá habitava, pelo crescimento do fluxo de turistas e pela consciência de perda que parece evidenciar (ou de que alguns repetidamente falam) em relação ao facto de ter sido nos finais do século XIX e parte do XX uma cidade com traços de cidade industrial que sempre se moveu a partir do comércio e hoje já não poder contar com esses traços. A profundidade cronológica destes fenómenos não é igual. A "invasão turística" é bem recente, a preponderância de certos grupos sociais em certas zonas começou um longo e paulatino caminho ainda no século XIX. Há, pois, fenómenos de curta duração e de longa duração que se cruzam e que parecem existir em camadas distintas do viver da cidade e a que há que dar particular atenção. As funções de centro comercial e simultaneamente residencial da cidade que descia para o rio, até ao século XIX, vão modificar-se com a cidade liberal. Os grupos sociais de elite tenderão a ocupar novos espaços para lá do porto e do centro administrativo e a função residencial do antigo espaço não é abandonada, mas modificada. As iniciativas urbanísticas, como novos arruamentos, jardins públicos e até cemitérios confirmam o transbordar da cidade para

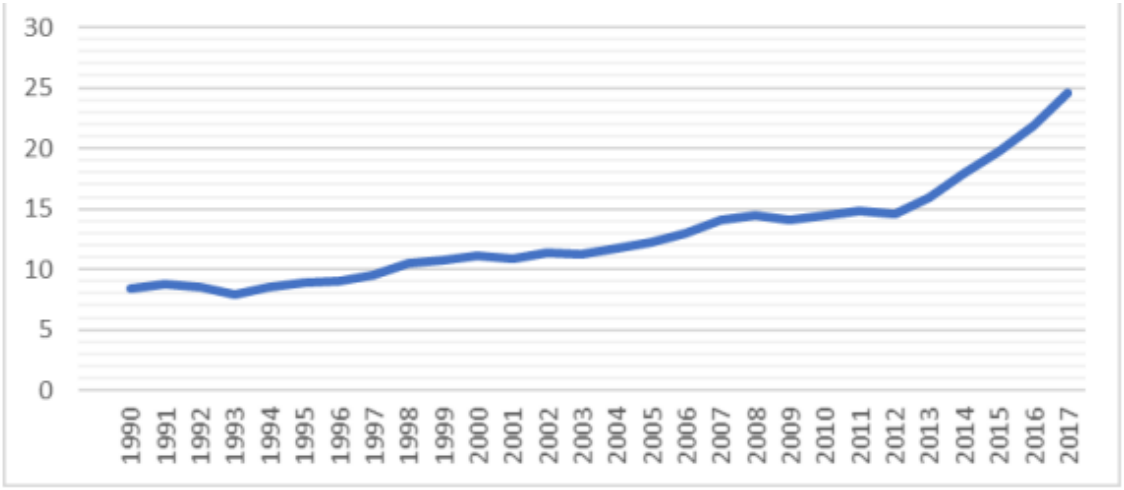
os espaços anteriormente chamados de extramuros, como se nota claramente no eixo oriental até Campanhã. Os proprietários capitalistas do século XIX terão a iniciativa de alavancar as mudanças. Se o século XVIII já indicara esta transformação das funções dos espaços com as iniciativas almadinas, no século XIX o motor é outro que não a administração central e local. A deslocalização do centro comercial e de serviços no século XX para o eixo da Boavista, marcará outra etapa deste movimento [RAMOS, 2015]. Que se agrava com a introdução dos centros comerciais na periferia da cidade, cercando a mesma. E. finalmente, irrompe o turismo de massas que se apresenta como remédio de saneamento de um parque habitacional desajustado às novas formas de viver, aos novos padrões de conforto, às novas constelações familiares, de um centro já quase fantasma. Inevitavelmente há uma dança de cadeiras, em que alguns não serão contemplados, tal como é próprio das regras do jogo das cadeiras. Nesta paisagem urbana as suas camadas sobrepõem-se, escondem-se, sobressaem, impõem-se. Por essa razão parece fazer todo o sentido abordar o objeto "centro histórico" olhando para a paisagem geográfica, económica e social procurando descrever as funções a si ligadas e tentando avaliar a centralidade de prestígio, de intercâmbio, de lugar de encontro e de informação" (BARATA-SALGUEIRO; 2005: 354). Afinal, ao contrário do que muitas vezes cada um dos edifícios parece sugerir, nem sempre as criações de sociabilidade dependeram e incluíram os mesmos ingredientes. O convívio nos cafés portuenses do século XX não obedece aos mesmo ritmos e cadências se inserido no centro comercial e de serviços, se nos centros de lazer e recreio de áreas residenciais. A função cívica foi-se modificando.

A discussão da questão identitária implica o conhecimento da história, sem dúvida, mas também o da tendência vivida em tantas sociedades, sobretudo nas sociedades em que convergem meios económicos que permitem o lazer e a viagem e a curiosidade pelo que é distinto, de visitar, de fazer turismo. Escolher espaços diferentes marcados essencialmente pela paisagem e recursos naturais, ainda continua a ser uma atitude muito marcante de franjas consideráveis da população, mas nas últimas décadas, o turismo urbano massificou-se, pelo crescente interesse na atividade turística que veio enriquecer o setor. O gráfico apresentado abaixo na figura 2, demonstra-nos a evolução do número de entradas de turistas em Portugal desde 1990 a 2017, denotando-se que

foi a partir de 2012 que se começou a sentir o verdadeiro crescimento exponencial [OLIVEIRA, 2019]. Mesmo sendo um grande fator de desenvolvimento mundial e local, o turismo também traz alguns problemas às cidades, principalmente nos grandes centros urbanos. Contrapondo-se aos benefícios económicos, reabilitações urbanas e sociais, surgem também manifestações por parte dos habitantes das cidades que se baseiam em problemas associados ao turismo de massa, onde o tema principal é o despejo de residentes para criação de alojamentos locais [OLIVEIRA, 2019], e isto pode-se observar em grande dimensão no centro histórico do Porto. De acordo com a Organização Mundial de Turismo, em 2018 observou-se:

> Um aumento das receitas do Turismo entre as várias regiões mundiais, salientando-se o Médio Oriente +12,8%, visto que em 2016 o aumento foi de 1%, e a Europa +8%. Na Ásia as receitas aumentaram 2,6%, uma descida em relação ao ano anterior onde o aumento foi de 4,1%, em África as receitas tiveram um aumento de 8%, enquanto nas Américas 1,3 [OLIVEIRA, 2010: 22].

Figura 2: Entradas de Turistas em Portugal (milhões)



Fonte: OLIVEIRA, Tatiana (2010)

Na equação das questões patrimoniais não se pode deixar de considerar este fator do turismo, da sua eficiência em criar necessidades e na pressão que exerce. Se o olhar dos promotores do turismo no Porto se fixa em certos produtos, então a identidade que

pretendem que seja apreendida e visível, liga-se a esses mesmos produtos. O vinho, especialmente o vinho do Porto, surge em muitos setores como o elemento identitário e a narrativa constrói-se sobre esses elementos.

Se o património é uma mentalidade, uma forma de saber e ver, então todo o património se torna, de certo modo, intangível. A problemática da intangibilidade tem sido significativa nos debates recentes sobre património, devido às crescentes preocupações das culturas relativamente à globalização (…) Definindo todos os patrimónios como imateriais, a visão está direcionada à afeição do património, em vez de se focar no objeto ou evento cultural por si só. Vários casos de estudo de património imaterial demonstram o poder de evocar emoção, memória e sentido de pertença que se tornou numa forma de repensar sobre o passado e o presente" [SMITH, 2006: 55-56].

O turismo é um fator extremamente relevante quando se trata da forma como repensamos o património e a forma de intervir numa cidade, em geral, ou num edifício, em particular, quer se trate de um restauro, uma alteração funcional, ou mesmo de uma destruição:

> O turismo apresenta grandes potencialidades no sentido da abertura de horizontes, do desenvolvimento de uma consciência ambiental e da comparação entre diferentes realidades, e, nesta medida, potencia a globalização e a homogeneidade. Para tal, os indivíduos praticantes devem consumir visualmente o ambiente visitado, captando as imagens esteticamente construídas de acordo com os cânones de beleza em vigor e as expectativas extraídas do turista potencial. Desta forma, o quotidiano, a natureza e o património cultural são embelezados com padrões comportamentais, emoções e cores de maneira a transformá-los em modos de ser e numa paisagem manufaturada tendo em vista benefícios económicos (…) O património mostra-se, assim, seletivo, mutável e submetido às oscilações da sociedade, ou seja, determinados traços culturais, as suas materializações são socialmente processados através dos mitos contemporâneos, das ideologias, dos nacionalismos que enaltecem o orgulho local e dos planos de marketing [SANTANA, 2005: 169-171].

Apesar do meu objeto de estudo ser a cidade em si, o enfoque vai ser nos seus novos usos, isto é, de que modo as estruturas da cidade deixaram de ter uma função passando a ter outra, muitas vezes completamente diferente. Muitas vezes para que o património seja mantido, sem que um edifício que perdeu as suas funções, caia em abandono, tenta-se criar para o mesmo uma solução que responda às necessidades de uma cidade em transformação. Para além disso, no caso do Porto, uma parte da cidade, o centro histórico (Figura 1) foi classificado como património mundial. Para tal, como em qualquer processo de classificação, foram apresentados critérios justificativos. Impõe-se revisitar essa classificação, e seguir o percurso para verificar se estes têm vindo a ser cumpridos e se fazem ainda hoje sentido. Esta questão é importante para a gestão de património e para os mediadores, sendo que é complicado decidir, num espaço urbano em mudança veloz, aquilo que é o património que já não se encontra funcional e que deve ser salvaguardado atribuindo-lhe um novo objetivo. O conceito de paisagem urbana histórica permite estabelecer uma ligação entre o património edificado da cidade, seja ele composto por edifícios de habitação, de serviços, de centros religiosos, de centros administrativos, de artérias de todo o tipo (ruas, escadas, vielas, becos), de praças, dos recursos defensivos como as muralhas ou portas e postigos e todos os recursos comerciais e industriais, e o património biótico, como as águas (os mananciais, os rios e ribeiros, o principal rio), a vegetação, os solos e minerais da sua composição. Além disso, não se pode não fixar o olhar nas perceções que as sociedades que habitam este espaço ou as que sobre ela detêm interesses, têm da própria paisagem e como a formam e depois a interpretam.

Esta perspetiva encerrada no conceito de paisagem urbana ao permitir a ligação entre as componentes do património tangível e do intangível, ajuda a pensar a cidade enquanto processo, ultrapassando a noção mais limitada de objeto.

No panorama atual muitas das cidades património da humanidade são obrigadas a criar observatórios sobre os fluxos turísticos e as políticas de defesa dos valores patrimoniais de modo a enfrentarem as consequências do "selo de qualidade" que tanto quiseram obter. Tornou-se necessário limitar o acesso a alguns destes centros, como são os casos mais conhecidos de Veneza ou Florença, sob pena da destruição acelerada do património. O debate sobre a sustentabilidade do turismo urbano encontra-se cada vez

mais ativo e detém cada vez mais importância. Podemos observar o exemplo apresentado por Maria García-Hernández, Manuel de la Calle-Vaquero e Claudia Yubero, no artigo "Cultural Heritage and Urban Tourism: Historic Cirty Centres under Pressure", onde os autores apresentam o caso específico do centro (Parte Vieja) de San Sebastián, em Espanha, como forma de demonstrar as medidas de salvaguarda aplicadas nas cidades turísticas sob pressão. Podemos observar os problemas associados ao turismo em massa neste centro urbano e aplicá-los a vários outros, sendo eles a elevada concentração turística que afeta a mobilidade e o uso do espaço público, também os padrões das rotinas praticadas pelos visitantes e excursões, que acabam por se assemelhar entre si, e provocam uma elevada densidade populacional nas áreas mais visitadas [GARCÍA-HERNÁNDES, VAQUERO E YUBERO, 2017]. Um outro problema apresentado pelos autores, e que podemos transpor para o caso do Porto facilmente, é a questão da gestão de trânsito e estacionamento automóvel. A quantidade de visitantes que opta por utilizar veículos próprios, cria um congestionamento severo nos parques e nas ruas pedonais. Com a privatização dos espaços, a partir da ocupação da maior parte dos rés-do-chão por cafés, lojas e restaurantes, as práticas comuns dos visitantes acabam por "banalizar" a paisagem urbana, criando uma paisagem cada vez mais comercial e perdendo cada vez mais a essência dos espaços [GARCÍA-HERNÁNDEZ, VAQUERO E YUBERO, 2017]. O processo de implementação de medidas de sustentabilidade nos centros urbanos não é simples nem imediato, mas cada vez mais se observam medidas em vigor para que os centros históricos sejam protegidos das consequências negativas do turismo. No caso do Porto, conhecem-se novos incentivos a nível dos transportes públicos, como é o caso da construção de uma nova linha da Metro do Porto, que liga a zona do centro histórico à Boavista, visando diminuir o fluxo de transportes privados, mas também chamar a atenção dos visitantes do Porto para outras zonas, para que a baixa e o centro histórico não sejam o único centro do fluxo populacional. A utilização de transportes como bicicletas ou trotinetes elétricas também é um passo que foi dado no Porto, encontram-se distribuídos pela cidade vários postos destes veículos acessíveis, numa tentativa de diminuição da utilização de carros e transportes coletivos que contribuem para o congestionamento da cidade.

As vantagens desta denominação pareciam, no caso do Porto, ultrapassar todos os problemas e propunham um caminho seguro para compatibilizar desenvolvimento económico e respeito pelo passado. Nas duas décadas que se seguiram ao processo de candidatura do Porto a Património Mundial da Humanidade, colocaram-se novas questões que não estariam no horizonte à data. O aumento da população, a aparição da periferia, a consequente instalação de uma nova oferta comercial, a massificação do automóvel, a terciarização e o esvaziamento dos centros históricos são elementos que criam uma falta de versatilidade para albergar as melhorias na prestação de serviços de qualidade aos cidadãos e às atividades comerciais [SEBASTIÃO, 2010}. O uso maciço do automóvel, por exemplo, acarretou um efeito duplamente negativo para estes núcleos históricos, "por um lado, facilitou o acesso à habitação nas periferias das cidades na medida em que aproximou distâncias, por outro, invadiu uma zona que não estava pronta nem desenhada para assumir de forma maciça este novo elemento" [FREIRE-CHICO, 2008, 35].

Para além das transformações no trânsito habitual ao transformar artérias do centro histórico em áreas pedonais, defendendo que estas tinham sido concebidas muito antes do automóvel e por isso desajustados ao trânsito automóvel, aliando, mais recentemente estas preocupações à questão da sustentabilidade ambiental, mas não podendo deixar de reconhecer que o número grande de unidades hoteleiras e de restauração, assim como dos restantes setores comerciais, têm de se abastecer, criaram-se ritmos de vida ligados aos horários de cargas e descargas, totalmente artificiais para a vida de eventuais residentes. Estes vão sendo tolerados, mas não são mais os habitantes que podem moldar a sua vida, em conformidade com os seus gostos, princípios e tendências. Esta questão do trânsito serve para começar a levantar o véu sobre uma série de aspetos sobre os quais as opiniões da sociedade local, da sociedade dos gestores e da sociedade dos que visitam a cidade são necessariamente bastante diferenciadas. Devemos, portanto, ter em consideração que um espaço público bem-sucedido deve ser fácil de se aceder, e deve ser um local onde os indivíduos podem circular com facilidade [TEIXEIRA, 2012].

O espaço urbano definido como o de um centro histórico e acrescentado da classificação de património mundial nunca poderá ser encarado como estático e implica muitos equilíbrios. Daí que pareça ser tão importante ter uma visão holística da realidade.

Existem variadas fontes de informação relativas à cidade do Porto, de várias cronologias e épocas históricas, o que torna este estudo bastante fundamentado, no entanto, o excesso de informação pode também ser um aspeto negativo, sendo necessário selecionar as fontes que realmente acrescentam à minha investigação, e que colocam questões relevantes, mais do que explicam linearmente a história da formação da cidade do Porto.

Num contexto mais generalizado, analisando a evolução turística em Portugal, destacam-se as Estatísticas do Turismo, produzidas anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística, dos anos de 1996 (ano da classificação do Centro Histórico do Porto), e 2019 (último ano antes da pandemia Covid-19). Estima-se que em 2019 o número de chegadas a Portugal de turistas não residentes tenha aumentado 7,9% para 24,6 milhões (crescimento de 7,5% em 2018). Espanha manteve-se como o principal mercado emissor de turistas internacionais (quota de 25,5%; +0,1 p.p.), tendo registado um crescimento de 8,2% em 2019 e contribuído com cerca de 26,1% para o acréscimo total no número de turistas chegados. Os turistas do Reino Unido (15,4% do total) aumentaram 7,6%. As chegadas de turistas de França (quota de 12,6%) cresceram 2,1%, com este país a perder alguma representatividade (-0,7 p.p.) O mercado alemão (7,9% do total) apresentou uma variação nula em 2019, enquanto o mercado brasileiro (5,5% do total) aumentou 13,9% [INE, 2019: 21]. Em 2019, estima-se que o número de chegadas a Portugal de turistas não residentes tenha atingido 24,6 milhões, correspondendo a um crescimento de 7,9% face ao ano anterior [INE, 2019]:

Tabela 1: Comparação entre Fatores Turísticos entre 1996 e 2019

Fatores	1996	2019
Percentagem de turistas não residentes em Portugal por país	Reino Unido 19,9%; Alemanha 18,6%; Espanha 5,2%;	Espanha 25,5%; Reino Unido 15,4%; França 12,6%; Alemanha 7,9%; Brasil 5,5%

Quantidade de estabelecimentos hoteleiros	208,205 camas, repartidas por 1744 estabelecimentos (hotéis, apartamentos, aldeamentos, motéis, pousadas, estalagens, pensões)	7155 (parques de campismo; colónias de férias; alojamento turístico; pousadas da juventude)
Receitas dos estabelecimentos	188 milhões de contos	Alojamento turístico: 4,3 mil milhões de euros
Receitas totais do turismo	Países Europeus: 600,556 Países americanos: 41,983	18,4 mil milhões de euros
Sazonalidade	-	Julho- Setembro 38,4% de dormidas totais

Fonte: INE [1996]. Estatísticas do Turismo; INE (2019). Estatísticas do Turismo.

Objetivo e Matéria-Prima

Sendo que o objetivo deste estudo é compreender todos os fatores envolvidos no desenvolvimento de uma cidade e compreender como estes se refletem na intervenção patrimonial, é importante que se estabeleçam questões concretas desde o início. Com isto, podemos selecionar, com clareza, aquilo que pretendemos retirar desta investigação, reunindo fontes de informação variadas que possam responder às questões da melhor forma e, ao mesmo tempo, também eliminar fontes que, ao longo da nossa pesquisa, concluímos que não acrescentam informação relevante.

Como ponto de partida afigura-se essencial conhecer e compreender aquilo que envolve a manutenção e proteção do Centro Histórico do Porto, sendo o Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial [PORTO VIVO SRU, 2010] um documento bastante útil e completo para este entendimento. Trata-se de um documento que apresenta os principais problemas do espaço classificado como património, demonstrando novas soluções para o desenvolvimento da área, através de ações de

preservação, valorização e salvaguarda, para que as gerações futuras possam conhecer e desfrutar da sua herança comum.

Evidentemente, é fruto de uma noção de património e de uma determinada perspetiva. Na própria dinâmica da classificação é essencial à gestão do processo que este seja documentado, implicando a realização de uma série de relatórios que respeitam e cumprem as ações do Plano de Gestão quando se trata de planificação de intervenções, para que cada passo fique registado e se possa recorrer a estes documentos futuramente, quando uma outra ação esteja a ser desenvolvida no mesmo espaço. Este modo de atuação permite ter ao dispor do investigador um grande número de dados, que podem servir de fonte de informação para o estudo. Aquilo para que o Plano de Gestão foi útil foi para a compreensão das preocupações relacionadas com a sustentabilidade do Sítio urbano patrimonial, mais do que com a salvaguarda estrita do edificado [PORTO VIVO SRU, 2010], sendo a experiência de planeamento do Porto e os modelos de gestão alvos de atenção e intercâmbio de outros locais envolvidos pelo mesmo tipo de condicionantes. Este plano consiste em mais do que uma mera elaboração técnica, sendo que contribui para uma possibilidade de unir a administração e os interessados numa única estratégia, coerente e sustentável, que será capaz de mobilizar os agentes locais, nacionais e internacionais numa aposta de desenvolvimento cultural [PORTO VIVO SRU, 2010]. Sendo o seu objeto o Centro Histórico do Porto, Património Mundial, as temáticas abordadas neste plano passam por temáticas de descrição, história e significados, onde se inclui a justificação da classificação do Porto como Património Mundial; mecanismos de proteção e análise de contexto, que consiste numa programação de operações de reabilitação, conservação, ocupação, atividades, propriedade e dinâmicas; a intervenção da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana; a caracterização do património de valor singular e espaços museológicos; desenvolvimentos socioeconómicos; ambiente e mobilidade; riscos, prevenção e combate; e a questão do turismo, tendo em conta a programação cultural e as indústrias criativas.

Para além destes relatórios, consultados para obtenção de dados concretos que justificaram a classificação do centro histórico enquanto património mundial, foi determinante pesquisar estudos que permitissem verificar o que é o conhecimento

científico sobre a história da cidade e os olhares técnicos sobre o modo como em tempos mais distantes e mais próximos os poderes atuaram sobre o espaço e as suas gentes. Daí a pesquisa bibliográfica nos principais repositórios das bibliotecas universitárias, nos catálogos das bibliotecas universitárias e na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

A partir da pesquisa em catálogos digitais da Universidade do Porto e da Biblioteca Municipal, é interessante observar a partir de que palavras-chave surgem os resultados úteis para o estudo. Também é relevante reparar em que categoria aparecem inseridos, ou quantos resultados aparecem para cada palavra-chave pesquisada.

Tabela 2: Resultados nas Fontes de Informação para cada palavra-chave

	Porto	**Centro Histórico**	**Património**	**Urbanismo**	**Intervenção**	**Preservação**
Repositório Aberto da Universidade do Porto	64561	18656	11331	3560	30666	10728
Academia EDU (por título)	9844	1029	23197	3452	4758	2690
Catálogo da Biblioteca Online da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Títulos)	4207	36	939	143	176	270
Catálogo da Biblioteca Online da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Títulos)	1,761	51	618	1,440	186	23

E se alguns termos elementares como património ou centro histórico remetem para dezenas de milhares de resultados e aconselham vivamente a definir com precisão

outros termos de pesquisa, não deixam de alertar para a dificuldade que pode ser esta de pretender abordar estes assuntos. Em relação à definição do universo bibliográfico a orientação dada a essa pesquisa assentou nos seguintes critérios: optar por encontrar nos pontos de vista lidos em obras de geógrafos e urbanistas, a apresentação da discussão sobre o essencial do seu entendimento do que é a cidade e o mundo urbano. Verificar a pertinência de alguns desses pontos de vista no que respeita à escala da cidade do Porto. Esta pesquisa prosseguiu com a eleição de leituras em que se cruzassem questões de estratégias de intervenção, conservação ou mudança em espaços fortemente marcados pelo passado. Os termos de herança cultural, património e mundo urbano produziram alguns resultados interessantes. Por certo não se trata de uma passagem exaustiva por este universo bibliográfico, mas, pelo menos, permitiu entender alguns pontos de vista e reparar como algumas perspetivas podem ser redutoras. Nos capítulos seguintes ficará certamente muito clara esta opção de leituras.

As leituras da historiografia quer sobre a cidade, quer sobre espaços edificados, quer ainda sobre as estruturas e dinâmicas sociais, políticas e económicas do espaço em análise, pretenderam permitir testar até que ponto, muitos dos planos e diretrizes sobre o património e a gestão do mesmo no centro histórico conhecem a realidade dos ciclos de vida desses mesmo espaços, ou, dito de outra forma, até que ponto, são fabricados em função de tendências várias do momento presente.

Se no centro deste trabalho está uma classificação, tornou-se incontornável conhecer os textos legisladores e, em muitos casos, fundadores de práticas e políticas. Daí a pesquisa em sítios das organizações internacionais, dos textos que poderiam conter os limites e que prescrevem as orientações, como é o caso da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) e ICOMOS (International Council on Monuments and Sites). A partir do momento em que os estados aderem a estas organizações, têm obrigações de implementação e desenvolvimento de estratégias relacionadas com o património. Estes documentos, quer na forma de cartas, quer na de sugestões, ajudam a perceber o modo como no Porto se sugeriram planos e atividades, como se incrementaram políticas e como se pode por contraste entre a realidade observada e letra e o espírito da letra das convenções, analisar situações.

Uma outra ordem de fontes de informação, usada de modo consecutivo foram as plataformas sustentadas por bases de dados, da autoria das entidades que tutelam o património. A gestão de inventários de património arquitetónico é indispensável para a valorização dos bens patrimoniais pelas comunidades e indivíduos. O processo de inventariação permite aos mediadores patrimoniais e aos próprios cidadãos, encontrarem instrumentos informativos sobre aquilo que possuem a seu redor e colaborarem em ações de documentação da identidade local. Cada vez mais, a sociedade evolui com maior velocidade e a tecnologia tem vindo a dominar todas as áreas científicas. Sendo assim, a inventariação tem uma importância acrescida também, pois penso que as gerações mais jovens têm, atualmente, dificuldade em valorizar o património que os envolve. A tecnologia e modernidade podem ter vindo a afetar o pensamento sobre o património vivo e a história, paralelamente também vieram aumentar a criação de plataformas digitais de inventariação. Principalmente no período pandémico que vivemos, observamos que as instituições culturais muito se apoiaram nos meios digitais para continuarem a exercer o seu papel em tempos desafiantes como este. Hoje, podemos estudar e informar-nos de forma cautelosa sobre património online, encontrando a informação reunida num só local (website). Mas os inventários devem exibir certas características para serem úteis: devem ser desenvolvidos por especialistas; - devem ser rigorosos e fundamentados; consistentes; frequentemente atualizados; divulgados; devem ser um espaço de trocas de informação e dados; obedecer a uma perspetiva que considere os bens patrimoniais e o seu entorno, preocupando-se com o significado e interpretação ao longo dos tempos.

É a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) que tem a responsabilidade de assegurar os inventários do património nacional. Veja-se a definição do património que neste trabalho é central. Segundo a DGPC, “o património arquitetónico, construído e paisagístico, englobando os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo, é um recurso de importância vital para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e legar para as gerações futuras” [DGPC- Património Arquitetónico]

Para conhecermos o sítio e a história da qual resulta um bem patrimonial edificado, devemos entender os inventários como uma fonte de conhecimento que une toda a

complexidade de áreas para além da arquitetura e o urbanismo. Importante ressalvar também, nesta temática, a grande importância da colaboração da sociedade, que contribui para o desenvolvimento da proteção do património e estimula as ligações necessárias para o respeito dos monumentos. "A inclusão de um monumento ou sítio na lista de inventário do património arquitetónico, não resulta em direitos nem deveres especiais da administração e dos proprietários, nem permite atribuir o estatuto de bem inventariado, não oferecendo qualquer proteção legal ao bem" [GOMES; LEITE; NETO; OLIVIERA; BRAGANÇA, 2012: 4]. No entanto, até ao momento em que foi criada legislação especifica para a inventariação, estas questões tratam apenas dos bens imóveis classificados ou em vias de serem classificados. Deste modo, a prática da inscrição dos bens em listas de classificação de património é generalizada. "De certa forma, esta realidade é já reconhecida na articulação de procedimentos entre a DGPC e as Direções Regionais de Cultura, por um lado, e os municípios, por outro. Desta articulação, que passa pelo estabelecimento de protocolos para a cedência de cartografia digital municipal, resultam por exemplo os Atlas do Património Imóvel, que utilizam as novas tecnologias de representação do território para identificar, localizar e georreferenciar os imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas áreas de proteção" [GOMES; LEITE; NETO; OLIVIERA; BRAGANÇA, 2012:5].

A partir de 1999, com a implantação do Sistema de Informação do IPPAR, estes conceitos foram integrados na base de dados dos registos de inventário de bens imóveis classificados e em vias de classificação. A DGPC, atual responsável pelo estrito cumprimento e aplicação das cartas e convenções retificadas internacionalmente pelo Estado Português, prossegue a atualização e desenvolvimento desta base de dados de acordo com os standards internacionais" [GOMES; LEITE; NETO; OLIVIERA; BRAGANÇA, 2012:3].

Na utilização destes inventários foi preocupação primeira avaliar o modo como a informação constante destas plataformas está ou não atualizada, que estudos científicos segue, se se repete informação genérica e pouco fundamentada. Por vezes, a grande e única fonte de informação é a imprensa periódica de determinada época, sem qualquer preocupação de determinar até que ponto esses dados eram corretos, fruto de trabalho de campo ou de "ouvir dizer", etc. Em outros casos encontram-se

nestes inventários, como fundamento de uma descrição de um espaço, a referência a um texto de algum coevo, por exemplo, algum corógrafo ou viajante, mas que nunca foi validada cientificamente. Como é que o utilizador pode entender esse texto? Se não tiver competências de crítica histórica como o pode fazer? Provavelmente, vai interpretar, por desconhecimento, o texto escrito em certa linguagem e ao serviço de certos objetivos, de modo errado.

As páginas institucionais de uma série de entidades foram usadas para verificar como se apresentavam, como se definiam em relação às noções de responsabilidade patrimonial.

Um outro tipo de fontes de informação foi o procurado nos arquivos. O arquivo da cidade, o Arquivo Histórico da Casa do Infante, permitiu seguir várias pistas, mas levantou muitas dificuldades por não apresentar a informação a partir de pontos de acesso segundo uma lógica orgânico-funcional.

O objetivo de classificar um bem ou um espaço passa pela recuperação e proteção do mesmo, defendendo a herança cultural. Antes deste processo de classificação, o Porto era muitas vezes definido como "cidade cinzenta", pela falta de edificação cuidada e de vida no centro histórico, estando deixado quase ao abandono durante bastante tempo. Claro que este é apenas um dos sentidos desta expressão. Nem sempre a expressão usada para caracterizar a cidade tem esta conexão negativa e depreciativa. A cidade que se veste de tons de cinza reflete os seus materiais de construção, o granito, o seu clima, o nevoeiro e neblinas frequentes, a chuva constante e miudinha, que tão bem estão descritos nas baladas, em tantas pinturas do romantismo portuense e moderno.

Assim sendo, para que estas recuperação e proteção sejam asseguradas, devem existir entidades responsáveis que trabalhem com este objetivo. O artigo da autora de Liliana Pinto e Teresa Santos, "Porto, Património Mundial- A Classificação e a Intervenção. Encontra-se o título "Porto, Património Mundial" em risco?" analisa três destes organismos relacionados com a intervenção urbana: CRUARB, Porto 2001, SA e o Plano de Gestão de 2008. Nesta fonte, compreendemos a importância de existirem organismos que trabalham com o objetivo de preservar e trabalhar de forma cautelosa no património e na cidade. A finalidade passa a ser, neste caso, a demonstração da

problemática dos centros históricos e abrir caminho para novas soluções criadas por projetos e intervenções ocasionais [PINTO e SANTOS, 2011]. O que podemos retirar deste trabalho é o entendimento dos fatores e das entidades que atuam nos projetos de intervenção urbana no Porto, compreendendo que, muitas vezes, a não execução prática resulta da falta de concordância entre as próprias entidades. No entanto, o empenho de todos os agentes como arquitetos, urbanistas, paisagistas, entre outros, apesar de alguma discordância, acabam sempre por desejar o mesmo resultado e trabalhar no mesmo sentido, protegendo o título de Património Mundial.

Foi em dezembro de 1996 que, no México, a UNESCO decidiu que o centro Histórico do Porto merecia estar inserido na lista do património mundial, incluindo-o na rota dos valores culturais da Humanidade de acordo com o critério IV de classificação "Excelente exemplo de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetónico ou tecnológico ou paisagístico ilustrando um ou vários períodos significativos da história da Humanidade" [Comité Intergovernamental Para A Proteção Do Património Mundial, Cultural E Natural, 2008: 28]. O principal argumento presente na proposta de inscrição, da autoria da Câmara do Porto, consiste na existência de uma obra-prima, tanto com cidade, como realização humana, onde se reúnem interesses militares, comerciais, agrícolas, demográficos, oferecendo abrigo a uma população capaz de edificar esta cidade. O resultado deste espaço é então definido como um trabalho coletivo resultante de sucessivas contribuições, e não um resultado de um evento pontual. Consegue-se compreender que para uma cidade chegar ao estatuto de lugar classificado é preciso haver planeamento urbanístico que seja pensado de modo consistente e não estático, pensando sempre no desenvolvimento futuro das problemáticas sociais e económicas, tendo sempre como base a relação entre os objetivos, as decisões e as motivações para a compreensão dos programas que se deve seguir, a partir de politicas estipuladas em cartas e convenções produzidas anteriormente sobre o urbanismo e a manutenção de lugares. Assim sendo, a Câmara do Porto definiu o tecido urbano do Porto, em 1998, como "testemunhado mais de mil anos de ocupação com intervenções sucessivas que foram deixando a sua marca. Os edifícios eclesiásticos são outros tantos testemunhos da sua história" [PORTO VIVO SRU, 2010]. Foi com base nesta afirmação que o Comité decidiu inscrever o bem a partir do IV Critério Cultural, considerando-o de notável valor

universal pelo tecido urbano e diversos edifícios históricos que testemunham o desenvolvimento da cidade, sendo as trocas comerciais e culturais um fator decisivo para a classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial da Humanidade [PORTO VIVO SRU, 2010].

É também relevante delimitar uma área da cidade concreta nesta investigação, para que a análise seja específica e clara. Neste ponto, é relevante compreender quem são os agentes da cidade e da sua evolução. Os arquitetos que trabalharam e colaboraram para a construção de estruturas e do próprio espaço urbano; os habitantes do Porto; os comerciantes; os trabalhadores; os mediadores patrimoniais que gerem as soluções para as intervenções e construções, assim como aquilo que é destruído; e os próprios fruidores, de que os turistas são um grupo considerável.

Na impossibilidade, dada a dimensão do centro histórico e das áreas protegidas limítrofes, em observar quer a totalidade do espaço, quer em estender a profundidade até aos "mais de mil anos" de trabalho consecutivo de ocupação, foi necessário recortar uma parte dessa realidade. Do ponto de vista cronológico, em relação ao espaço definido para estudo, parece ser essencial, enquanto ajuda à leitura contextualizada, que permita a compreensão dos fatores de mudança na cidade e no edificado, compreender o que, com origem nos séculos XIX e XX, levou às alterações que observamos atualmente no século XXI. Observar as consequências a nível económico, cultural e social, que foram os impulsores das intervenções na cidade, e o porquê de terem sido relevantes para o desenvolvimento do Porto. É por esta razão que me foco numa zona mais restrita da cidade, sendo o ponto central a Praça de Gomes Teixeira. Não só a praça propriamente dita, mas edifícios e locais de interesse perto dela, que sofreram alterações com o passar dos anos e com a evolução da cidade e da sociedade. Nesta sequência, também serão tratados alguns casos concretos que servem como exemplos destas mutações na cidade: Hospital de Santo António; Jardim da Cordoaria e Mercado do Anjo; Conjunto Monumental dos Clérigos; Centro Português de Fotografia; Igreja do Convento dos Carmelitas Descalços; Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo e Edifício da Reitoria da Universidade do Porto. Tudo a partir da noção dos novos usos do património, tendo em conta tudo aquilo que envolve o seu funcionamento e evolução, e como isto se reflete no património. Assim sendo, divide-se o texto nas

seguintes partes: as questões decorrentes do processo de urbanismo, a caracterização do Centro Histórico do Porto e a presentação de casos de estudo, passando pela definição dos principais conceitos do tema em questão.

1. Questões Decorrentes do Processo de Urbanização Portuense

1.1 Ponto de Partida: O conceito de urbanismo

Quando tentamos definir um conceito como o de urbanismo, tão abrangente, deparamo-nos com um desafio pelo facto de este ser tão antigo quanto a civilização urbana. A sua definição mais elementar e corrente pode ser encontrada nos dicionários: "Conjunto das questões relativas à arte de edificar uma cidade; maneira de expressão da gente das cidades" (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa). De facto, esta definição é bastante simples e resumida, assumindo que o urbanismo é tudo aquilo que envolve uma cidade, a partir da "arte de edificar". No entanto, segundo Jean-Louis Harouel, o conceito é mais complexo dado que o termo urbanismo acarreta uma certa ambiguidade, "a palava urbanismo designa efetivamente uma realidade muito antiga que se chama também arte urbana e que se opõe ao urbanismo no sentido estrito do termo" [HAROUEL, 2004:7]. Este sentido estrito liga-se de uma área do conhecimento, a uma disciplina autónoma que se tem vindo a desenvolver desde o início do século XX. Parte da noção de que, a partir do momento em que surgem ajuntamentos m dada civilização, que se fixa num espaço bem delimitado e que constitui um conjunto, há que criar condições para a sua sobrevivência. O urbanismo, por si, é entendido como aquilo que engloba praticamente tudo que se reúne no espaço de uma cidade: edifícios, praças, vias, a própria morfologia do território, infraestruturas várias (do abastecimento de água ao saneamento; do transporte à eletrificação), práticas sociais e mesmo mentalidades. Como podemos compreender, é realmente um conceito complexo e que pode ser facilmente considerado uma "gaveta" onde se arruma tudo que esteja relacionado com o funcionamento de uma cidade, e, talvez, assim o deva ser. No entanto, apesar de podermos assumir que é um termo que inclui várias realidades dentro de si, no âmbito desta dissertação, deve ficar bem claro a qual dos elementos essenciais deste conceito é dada relevância e como se relaciona com o património.

Para tal, penso que nos deveríamos focar na geografia urbana que estudamos, ou seja, Portugal. Manuel Teixeira considerava que a história urbana portuguesa se encontrava, em 1993, atrasada em relações a outros países, dizendo que seria "provavelmente prematuro tentar identificar minuciosamente as diferentes ênfases, novas direções ou tendências" [TEIXEIRA, 1993: 371]. Ao longo do século XIX a história urbana era local, sendo que cada área tinha o seu investigador "particular" que dominava os estudos da sua região, muitas vezes sem acesso a fontes de informação apropriadas e não os relacionando com os de outras localidades e outros historiadores. Recentemente, na segunda metade do século XX, a história das cidades começou a ser mais sistemática e valorizada, penso que também pelo aumento da produção de cartas e convenções ligadas à gestão do património, que também nelas incorporavam regras e comportamentos a obedecer quando estamos a intervir numa cidade.

Uma carta com a qual me deparei, e que me pareceu bem aplicada à temática das cidades e sua salvaguarda, foi a "Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas". Este documento foi produzido em 1986 e foi ratificado pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) no ano seguinte, com o objetivo de completar a Carta de Veneza de 1964, que abordava o tema da conservação e restauro dos monumentos e sítios. Este desejo foi então concretizado num texto onde os princípios e objetivos, assim como os instrumentos e os métodos para salvaguardar as cidades históricas são apresentados de forma a respeitar e reconhecer o valor o conjunto de bens encontrados nos locais e constituir objetos de memória da humanidade. No entanto, no ano em que se produz esta Carta, vive-se também uma realidade em que a globalização começa a ter um peso significativo no que toca aos efeitos que esta pode ter numa homogeneização cultural. O pensamento de imortalizar o património das cidades é posto em causa neste contexto, sendo que em 1964, quando, por todo o mundo, se sofrem ainda as consequências da destruição em massa resultante da Segunda Guerra Mundial, se reage a essa realidade, pretendendo preservar e proteger. Em 1986, esta "eternização" pode parecer pouco provável e irrealista.

Este documento faz também alusão à Carta de Nairobi de 1976, onde a preocupação foi a salvaguarda dos conjuntos históricos, no sentido da importância da sua conservação e proteção, assim como do seu desenvolvimento para adaptação à vida contemporânea

[ICOMOS, 1976] Não vale a pena enumerar todos os pontos abordados neste documento, mas vale sim compreender o seu objetivo. Os ideais nela apresentados defendem a proteção das cidades e bairros, no sentido em que estes devem fazer parte de uma relação harmoniosa com o desenvolvimento económico e social.

Que questão se pode colocar a todos os atores que intervêm nestes processos? Talvez tentar compreender o que se entende por desenvolvimento económico e social, tendo em conta os vários pontos de vista, quer sejam os mais dirigentes ou os mais liberais. Decerto, observar-se-ão respostas muito distintas sobre o mesmo tema, sendo que o conceito de harmonia será observado de diferentes perspetivas por cada um, tendo em consideração o seu passado, os seus valores, a sua natureza. Fica clara a preocupação de que se devem preservar os valores e a história de uma cidade, a partir de materiais e formas que representam a sua imagem, intervindo com prudência e com planificações prévias e documentando todo o processo. Para que tal seja possível, são necessários estudos sobre a história e sobre os valores do meio urbano. Posto isto, torna-se também essencial a participação ativa dos cidadãos, pois são estes que "habitam" o património e que lhe dão vida, devem existir motivações para que todos queiram proteger e valorizar os bens que encontram a seu redor. O sentido de pertença de uma dada comunidade é fundamental para que os cidadãos tenham orgulho do seu património, o mantenham e transformem cautelosamente [ANICO e PERALTA, 2005].

Este é o 10º ponto do documento, é aquele que salta à vista, pensando na temática das funções e/ou destruição de património como necessidade:

> No caso de ser necessário efetuar transformações de imóveis, ou de os construir de novo, todo o acrescentamento deverá respeitar a organização espacial existente, nomeadamente os seus aspetos parcelares e a sua escala, como o impõem a qualidade e o valor de conjunto das construções existentes. A introdução de elementos de carácter contemporâneo, sob reserva de não prejudicarem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento [ICOMOS,1986:1].

Como se pode ler, no caso de ser preciso transformar ou reconstruir, o projeto deve sempre obedecer àquilo que o precedeu e deve criar harmonia com o espaço e edificado

envolventes. O facto de ficar explícito que o acrescento de elementos contemporâneos é benéfico, também nos interessa para este estudo. Logicamente, ao longo de um processo de crescimento e desenvolvimento de uma cidade, sucede o fenómeno da modernização da mesma. Neste caso, e falando-se em intervir em património edificado, deve-se agir com responsabilidade, acrescentando novos elementos, se assim fizer sentido, mas o valor do original deve prevalecer e, sempre que possível, este deve ser mantido intacto, para que não se perca a herança e valor histórico do espaço. A introdução do conceito de "sítios" nas cartas orientadoras promulgadas pela Unesco, permitiu trabalhar com a noção de património cultural, que é suscetível de se modificar ao longo dos processos da história de um lugar onde acontece de modo ininterrupto uma ocupação e também a compreensão desse património que se pode mudar com as alterações na perceção do mesmo pela sociedade.

A questão da identificação das paisagens urbanas históricas levanta uma série de problemas, a que não se pretende dar resposta neste trabalho. Pretende-se sim, tentar descrever e interpretar as representações sociais de um espaço dentro da cidade do Porto, num período específico. Ao fazer isso, tentar-se-á fazer uma leitura de alguns elementos que compõem a paisagem urbana e ao sentido que lhes é atribuído pela sociedade. Ou seja, porque e como é que estes elementos se ligam para resultarem na formação de uma paisagem urbana histórica e o que são os traços que definem esses elementos como históricos [LUGINBUHL, 2009: 27-28].

Entre as questões maiores levantadas pelos gestores do património e pelas autoridades que procuram criar reflexões sobre e estabelecer linguagens claras que possam ajudar os diferentes agentes a encontrarem soluções e os cultores do urbanismo, que entendem a cidade como uma paisagem em transformação, produto de múltiplos fatores, apresentam-se pontos de vista que se parecem complementar. E é desta perspetiva que se orienta o trabalho.

Ao longo do século XX, a política urbana e as teorias do urbanismo caracterizaram-se por uma abordagem marcada pela proteção de imóveis e pela demolição de muitos outros, construindo-se novos edifícios no seu lugar, para que a cidade se adaptasse às novas formas de habitar [FERNANDES, 2011]. Tal resultou da evolução de uma sociedade que, com o crescimento do uso do automóvel e transportes públicos e da necessidade

de salubridade e higiene, achou que poderia e deveria requalificar o tecido urbano. Na minha opinião, deve-se, no entanto, preservar a herança e legado da cidade, penso que merece ser destacado o pensamento que se desenvolve por volta dos anos setenta, em que a herança de um espaço é também representada através arruamentos e construções, e não só nos monumentos antigos, quando a noção de paisagem urbana substitui a de conjunto edificado.

Um dos desafios da mediação patrimonial, é saber libertar-nos da mentalidade de que o princípio de que tudo aquilo que é antigo tem de ser guardado e preservado e deve ser considerado património. Muitas vezes pensamos que património é tudo aquilo que é antigo e que tudo deve ser classificado para ser valorizado, no entanto, devem existir critérios com peso e medida, para que se selecionem construções que de facto representem algo da memória do passado. Existirão sempre reações controversas quando se trata de destruir ou remodelar património antigo, principalmente por parte das gerações mais velhas, que cresceram com ele. O peso da nostalgia e das emoções pesa muito na opinião dos cidadãos quando se trata do seu património, daí haver também bastante repulsa quando se fala de mudar funções e construir de novo. O aviso que muitos fazem é de que se está a esquecer o passado e que já não se constrói como antigamente. Neste sentido, penso que o papel das cartas e convenções relativas ao património têm um papel essencial nas intervenções, onde existem critérios e regras que devem ser seguidos, e a decisão vai para além das expressões de uma opinião pública tantas vezes pouco informada e preparada. O esforço de apresentar decisões de políticas públicas ao cidadão comum deveria ser bem mais considerável.

Ainda nas décadas de 70 e 80 do século XX, o centro histórico sobressaía nas cidades como desinteressante, como velho e pouco atraente, em consequência de décadas de muitos anos de desvalorização, o que contrasta com a nova mentalidade que dá muito mais importância aos espaços da cidade, face ao crescimento do turismo e dos valores culturais. Deparo-me, atualmente, com conversas entre familiares e conhecidos, onde constantemente é referido o centro histórico, como sendo um espaço que ainda há poucos anos, estava quase entregue ao abandono. Portanto, outro ponto essencial a especificar nesta dissertação consiste em clarificar o que é o centro histórico, a sua génese e evolução, e os critérios que fundamentam essa identificação.

Dos anos 70 do século XX para cá, alguns organismos assumiram a orientação das transformações na definição do que hoje se apelida de Centro Histórico: o papel do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo foi essencial desde a sua constituição em 1974, possibilitada pelo estabelecimento de um regime democrático em Portugal, naquilo que diz respeito à reabilitação e valorização deste espaço da cidade [FERNANDES, 2011], fomentando várias formas de intervenção e restauro do edificado, onde se valorizam as fachadas dos edifícios cujo interior se encontrava degradado. Este comissariado conduziu a operação de renovação no Centro Histórico do Porto, aplicando a estratégia multidisciplinar e ampliando a área de intervenção anterior para incluir toa a zona da Ribeira [FLORES, 2017: 625]. Isto demonstra a realidade das intervenções por parte do setor privado, na revitalização de áreas degradadas do Porto, que são executadas com interesse próprio e não tanto por filantropia, concretizando as intervenções nas áreas que têm mais potencial económico, nem sempre sendo as mais indicadas ou necessitadas. A filosofia na qual se baseia a intervenção urbana, consiste no entendimento de que renovar é sinónimo de inovar, proporcionando uma nova vida ao existente, de modo que o caráter do lugar, social e físico, não deve ser interrompido, e quando são necessárias novas propostas, estas devem ser compatíveis com as estruturas pré-existentes, recusando falsas soluções miméticas, [FLORES, 2017: 624].

A "Porto Vivo SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana)", desde 2004 encarregou-se de gerir as alterações que devem ser realizadas no espaço urbano. Este departamento é responsável neste aspeto de equilibrar a gestão e negociação entre os interesses privados no espaço urbano que garanta o interesse público. A urbanização passa a designar a ocupação de um espaço para fins de uma cultura urbana, com processos de transformação e ocupação do espaço através de equipamentos, ruas, atividades variadas, definindo agora que o urbano já não se define com os parâmetros da concentração demográfica em espaço bem delimitado e com funções bem distintas de todos os outros espaços. Introduziu parâmetros como o da oferta que o tecido urbano representa para a população. Durante muito tempo, a tónica residiu nos critérios que quem vivia noutros ambientes seguia para se mudar para a cidade [PORTO VIVO SRU, 2010].

"Os conceitos de urbanismo e urbanização encontram hoje definição estabilizada no Glossário do Desenvolvimento Territorial, elaborado pela Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território [CEMAT, 2007] do Conselho da Europa, com o interesse e a particularidade de permitir encontrar alinhamento entre as diversas línguas europeias nos termos relativos ao ordenamento e desenvolvimento territorial" [CAVACO, 2018: 84]. O conceito de urbanismo surge definido com um sentido alargado e inclui o processo de planeamento, quer de regiões metropolitanas, quer de um município, quer mesmo de um bairro, tomando em consideração as vertentes físicas, sociais, económicas e ambientais que envolve. Tal pressupõe a produção e uso de instrumentos como os regulamentos locais especializados, por exemplo os da edificação [CONSELHO DA EUROPA, 2007]. Com a pressão turístico-imobiliária sentida nos centros históricos atualmente nas cidades portuguesas, a grande ameaça que devemos ter em conta é a descaracterização e gentrificação destas zonas, pela excessiva valorização do imobiliário, que vaia afastando os habitantes locais, e pela acelerada intervenção no edificado [FLORES, 2017: 625]. No entanto, a autenticidade e a compatibilidade das intervenções são muitas vezes esquecidas, sendo necessário introduzir e repensar as estratégias de reabilitação dos centros históricos, criando um conceito de inovação contínua e de equilíbrio social, respeitando os ambientes pré-existentes [FLORES, 2005].

Ao longo da leitura da bibliografia, a interpretação do termo surge discutida segundo diferentes variantes e pontos de vista. O artigo de Cristina Cavaco foi escolhido pelo facto de a autora fazer uma avaliação do mesmo enquanto política pública, em que considera que foi a ascensão e individualização do urbanismo como técnica científica que fundamentaram a sua institucionalização como instrumento político. O papel afirmado do Estado na gestão do espaço público e da ocupação territorial relaciona-se diretamente com os processos de urbanização e modernização de uma cidade, tendo havido uma "coincidência ou convergência entre a entrada na era da industrialização e a primeira grande vaga de urbanização e a própria consolidação da ação do Estado, na sua conceção moderna, na regulação da organização e ocupação do território" [CAVACO, 2018: 86]. Apesar de ser evidente a existência de divisões na investigação e nas formas de pensar o urbanismo, um conceito tratado por Neil Brenner, é o de "teoria

crítica urbana". Assim sendo, esta teoria descarta, precisamente, estas divisões, orientadas pelo e para o mercado, e, em vez de afirmar a condição atual das cidades como a expressão de leis de organização social, burocracias ou eficiência económica, "a teoria crítica urbana dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável do espaço urbano" [BRENNER, 2018: 21].

As evoluções urbanísticas sucedem-se lado a lado com o desenvolvimento da sociedade, como forma de acompanhar este crescimento. A aceleração da concentração demográfica no tecido urbano, provocada pela Industrialização, foi o fator mais importante para a mudança das cidades, sendo que estas tiveram rapidamente de responder às novas necessidades: é neste contexto que, em Portugal, um estado configurado por ideias liberais assume um novo papel de interferência junto da sociedade local, até então dependente de muitos outros poderes. A nova ordem social inscreve-se numa sociedade que está mais sensível às propostas nacionais e em que as pequenas pátrias vão tender a desaparecer e menos segura em relação à sua dimensão religiosa [CAVACO, 2018]. No que se refere às intervenções no património e à importância, a legislação existente, pode-se concluir que, a vontade política, tanto ou mais necessária do que as medidas legislativas, se encontrava quase sempre ausente [MATTOSO]. Na década de trinta do século XIX, quando D. Fernando II chegou a Portugal, o estado de abandono do património artístico era evidente. Apesar das teorias de Ruskin e de le-Duc, sobre o restauro de monumentos, foi o próprio D. Fernando que, direta ou indiretamente, esteve na base da sua salvaguarda [MATTOSO].

Não é fácil caracterizar em pormenor a situação industrial de meados do século XIX, sendo difícil estudar o processo de evolução da industrialização. As pequenas indústrias com menos de 10 operários ou artesãos, eram colocadas fora dos inquéritos industriais produzidos na altura, que se focariam, principalmente, nas grandes fábricas dos polos industriais mais conhecidos [MATTOSO, 1993]. Por isso mesmo, os estudos feitos sobre o aspeto industrial português do século XIX seja complexo de se avaliar e, assim sendo:

> Para o estudo da industrialização nos anos de 1850 e 1860, tem de recorrer-se não só aos inquéritos industriais de 1852 e de 1862-1863, este parcelar (…) mas a outros tipos de fontes, como legislação, relatórios, imprensa da época e

> documentação variada, existente, por exemplo, em arquivos notariais e empresariais [MATTOSO, 1993: 360].

Cristina Cavaco, afirma que "o urbanismo moderno, vindo aplicar às cidades e ao seu planeamento os princípios tayloristas da indústria, associados designadamente à espacialização e segregação funcional, desenvolve-se e concretiza-se" [CAVACO, 2018: 87].

O que podemos denotar é que, desde o seculo XIX até aos dias de hoje, a área disciplinar do "urbanismo" tende a tornar-se em algo que apresenta uma maior abrangência, não deixando de incluir uma base administrativa, mas sendo também marcada pela noção de desenvolvimento do território, de um planeamento bem estruturado e estratégico, onde vários domínios estão incluídos, como a economia, a sociedade, o ambiente, tendo a primeira publicação de uma Lei de bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo , remontado a ideais dos anos 60 do século XX, que não ficaram imunes às primeiras articulações no decreto de Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, de 1934. Este decreto ambicioso obrigava à elaboração de Planos Gerais de Urbanização, para aglomerados com mais de 2500 habitantes ou um crescimento populacional superior a 10%. Foi então com Duarte Pacheco que se estabeleceram as bases de doutrina de uma política urbana em Portugal [CAVACO, 2018:85].

Como podemos concluir, a condução urbana nunca é estática, mas sim um constante conjunto de transformações inevitáveis, às quais nos vemos obrigados a acompanhar e atender. Neil Brenner define a investigação da vida urbana como sendo uma análise de fluxo, transição, mutação e reestruturação. Assim sendo, a interação entre antigo e novo, continuidade e descontinuidade, reprodução e rutura, persistência e emergência, são os conceitos fulcrais na investigação da vida urbana [BRENNER, 2018].

1.2 Desenvolvimento da Cidade do Porto

É necessário remontar ao século XVIII para compreender que a expansão económica das cidades se traduz numa expansão urbanística, facilitada pela perda da relevância militar das muralhas, a construção de novos edifícios, reutilizando os materiais, quer na própria construção de habitação, quer em infraestruturas necessárias. O conceito de centro histórico implica olhar para a cidade como o resultado de forças dinâmicas que foram moldando o espaço – desde a muralha que protegia os membros da comunidade urbana contra terceiros, que delimitava poderes económicos e militares especiais, desde os privilégios que os moradores tinham em relação aos que eram estranhos, aos que vinham de fora, por exemplo, o facto de uns terem que pagar certas imposições por virem a este espaço fazer comércio: ainda no século XIX há alfândegas no perímetro da cidade, na estrada da Circunvalação ainda existem exemplares das casinhas das alfândegas. Desde os corpos sociais e funcionais que vão tendo influência maior, como é o caso dos Clérigos durante bastantes séculos, os dos mercadores maiores que compunham os poderes quer camarários, quer financeiros e económicos e os serviços da justiça e da administração até aos criativos (cidade enquanto indústria criativa). No Porto, as soluções de crescimento em altura, dentro do perímetro definido como urbano, vão ser acompanhadas pelo desenvolvimento de novas áreas urbanas. Observando o trabalho de Jaime Ferreira Alves sobre o Porto de João de Almada e Melo, compreende-se que a cidade do Porto foi um dos mais importantes focos de intervenção urbana na segunda metade do século XVIII, tendo saído intacta do terramoto de 1755. Esta intervenção focou-se em duas áreas da cidade distintas, isto é, dentro e fora da muralha, resultando uma ideia de alargamento, correção e melhoria dentro dos ideais do urbanismo e da arquitetura do século XVIII [FERREIRA-ALVES, 2008].

A Junta das Obras Públicas, introduziu, deste modo, uma abordagem racional no que toca à construção da cidade, defendendo aspetos importantes como a luz, a higiene e a salubridade. O principal objetivo deste plano seria aumentar a cidade para lá da área da muralha fernandina para que se criassem circulações e alargamentos de vias medievais, criando arruamentos e também espaços públicos. A cidade tinha-se ido sobrepovoando dentro do espaço da muralha Fernandina durante três séculos e expandiu-se consoante as vias de comunicação existentes e as portas da cidade, mas na

segunda metade do século XVIII denotam-se diversas transformações urbanísticas e arquitetónicas que mudaram o aspeto da cidade de forma muito notória. Os fatores principais para o aparecimento de uma nova fase na cidade, o crescimento rápido da população, uma situação económica favorável associada ao comercio e exportação do vinho do Porto (resultado da importância da produção vinícola e da criação da Companhia da Agricultura do Alto Douro). Segundo esta nova mentalidade introduzida por João de Almada e Melo, a cidade deveria "obedecer a planos rigorosos em que se privilegiava o conjunto arquitetónico e não o edifício isolado. O traçado das novas ruas era acompanhado pelo desenho dos alçados a edificar. Estas áreas constituem, ainda hoje, paradigma de coerência e equilíbrio na relação entre a rua e o conjunto edificado" [SILVA, 2013]. Foi também no século XVIII que se construíram os principais edifícios neoclássicos de influência inglesa na cidade do Porto, que se prolongaria também até ao século seguinte. Entre estes podem-se salientar o Edifício da Cadeia e Tribunal da Relação, O Hospital de Santo António, o Edifício da Cadeia e Tribunal da Relação, o Edifício da Real Academia da Marinha e do Comércio [SILVA, 2013: 13], alguns dos estudos de caso selecionados para esta dissertação.

Pode-se observar, já neste período, a teoria em que nos baseamos nesta dissertação, das intervenções em espaços antigos e atualizações que as modernizam. As transformações de criação de novas ruas e praças, de projetos para conjuntos arquitetónicos para as novas áreas da cidade e resultaram numa arquitetura uniforme e monumental que se começa a adotar cada vez mais no Porto setecentista. "Quando o Porto chega aos finais de Setecentos era uma cidade diferente, sendo esta a centúria que mais influência teve na definição da sua imagem. O século XVIII colocou-a numa das cidades barrocas mais importantes do país, dotou-a de uma arquitetura genuinamente de influência inglesa e que não teve seguidores no Portugal de então, e introduziu-lhe uma modernidade que até a essa altura a cidade desconhecia" [FERREIRA-ALVES, 2008: 196].

Contrapondo-se a este período áureo, o início do século XIX caracteriza-se como um período mais conturbado para a cidade do Porto, sendo que nele resulta uma regressão populacional e do crescimento económico devido à inquietação política e militar provocadas pelas invasões das tropas francesas de Napoleão Bonaparte entre 1807 e

1810. Eventos sucessivos resultantes da Guerra Peninsular, disputas entre liberais e absolutistas, entre outros problemas, marcam a década de 20 do século XIX, em que ocorreu o Cerco do Porto, um dos principais eventos que as tropas liberais de D. Pedro estiveram submetidas. No entanto, a vitória dos liberais tem grandes consequências no Porto, tanto em efeitos notados na sociedade como na organização urbana, marcando o fim do Antigo Regime, favorecendo-se o valor das instituições culturais e criando-se cemitérios civis. Na vertente religiosa, a extinção das ordens em 1834 constitui uma prova também da intensidade da transformação que ocorre nesta cronologia, favorecendo o crescimento do capitalismo [PEREIRA, 2011]. Apesar do crescimento urbano ser à partida algo considerado de modo positivo, é lógico que com isso surgem problemas que se devem tentar solucionar tão rápido quanto possível estas alterações na sociedade e na cidade. A questão da habitação, especificamente das ilhas, no desenvolvimento da cidade, é também desenvolvida por Gaspar Martins Pereira no seu texto "As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX". Apesar de se tratar de uma temática mais específica, esta fonte não deixa de contribuir para o entendimento do crescimento demográfico e das alterações urbanas, que acabam por se refletir na habitação [PEREIRA, 2011]. No século XIX, principalmente pelo desenvolvimento da industrialização, a questão do alojamento popular tornou-se mais visível. Nesta fonte, focamo-nos no período do século XIX e, com o exemplo das ilhas, compreendemos que são uma consequência do processo de industrialização e da migração em massa dos trabalhadores rurais para a cidade, resultando em condições de vida precária, com poucas condições de higiene e salubridade. Também com a descrição das ilhas e daquilo em que estes espaços consistiam, podemos ter uma noção, mais uma vez, da morfologia da cidade e do percurso de muitas famílias trabalhadoras portuenses, principalmente em zonas de encosta viradas para o rio, como era o caso da Corticeira, Fontainhas, Guindais, etc. [PEREIRA, 2011].

Num período posterior, a saída de residentes da área mais antiga da cidade para espaços mais periféricos permitiu a sua substituição pelas famílias vindas de fora da cidade, intensificando a ocupação residencial dos edifícios. Como consequência da industrialização e da migração massificada das classes trabalhadoras rurais para a cidade, as "ilhas" no Porto reafirmam-se. Estas eram "espaços de socialização/

integração importantes no percurso das famílias trabalhadoras nos finais do século XIX, num período crucial de industrialização, de crescimento demográfico e de transformações urbanísticas" [PEREIRA, 2011:2] As ilhas habitacionais mais comuns eram as denominadas como "de corredor", dispostas a partir de um estreito caminho, fechadas sobre si mesmas. A visão que as elites possuíam sobre estas ilhas era de desprezo, considerando que quem lá habitasse fazia parte de outra realidade cultural e socialmente degradada [PEREIRA, 2011]. Observa-se que existia uma diferença significativa entre condições de vida, e que as famílias mais pobres viviam em espaços demasiado pequenos e com pouca privacidade, nas dependências dos mais favorecidos, que ainda lucravam com esta situação, tudo isto porque este "*boom*" populacional não era um fator que se pudesse prever na altura, muito menos quando acontecia de forma tão célere e dentro de uma comunidade que não encarava o direito à habitação como um princípio essencial dos seus valores.

Os estudos das cidades do século XIX destacam sempre uma transformação tecnológica que é fundamental para compreender a organização espacial atualmente. As obras portuárias, as redes de estradas, caminhos de ferro, o telégrafo, a melhoria generalizada da circulação populacional, de mercadorias e de informação, o aumento da importância do capital financeiro e da industrialização, tudo se reflete na reestruturação económica e da sociedade portuguesa, que se reflete naquilo que é concretizado dentro do espaço das cidades [FERNANDES,1992: 65].

Mário Gonçalves Fernandes, na sua obra "Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926)" apresenta-nos um contexto urbano de uma vila, depois cidade, e oferece-nos uma visão interessante sobre a intervenção urbana e todos os fatores que com ela se relacionam. O autor apresenta elementos que implicaram a noção de planeamento urbano em Portugal, assim como as políticas municipais aplicadas ao mesmo. A questão dos orçamentos e o dinheiro municipal investido para recuperações urbanas também é interessante neste contexto. O autor, ao estudar a variação dos valores relativos à totalidade das obras públicas municipais, destaca dois períodos principais dentro do século XIX [FERNANDES, 1995: 126]. No final de oitocentos, dá-se um aumento da preocupação higienista, provocada pelo surto epidémico da Peste Bubónica no Porto, em 1898, fazendo com que o Conselho de

Melhoramentos Sanitários e o Regulamento Geral de Saúde e Beneficência Pública visasse organizar ações desenvolvidas pelo poder municipal no domínio da salubridade pública [FERNANDES, 1995]. Podemos compreender que o planeamento dos espaços urbanos neste período passava muito pela criação de condições higienistas, prevalecendo o foco na construção e conservação de estradas, construindo-se ligações entre as povoações e determinando-se, posteriormente, as ruas que lhes dariam continuidade no interior dos aglomerados urbanos, modificando-as se necessário, respeitando as condições previstas na legislação [FERNANDES, 1995: 1205]. Na atualidade, as questões de higiene e salubridade nas cidades já se encontram estabelecidas, fazendo com que o foco do planeamento urbano seja a melhoria das ligações entre espaços da cidade, nomeadamente modos de conectar o centro histórico a zonas mais periféricas, por exemplo, através da melhoria e aumento dos trajetos e linhas de transportes públicos.

Maria Manuela Assunção desenvolve, em "Da Construção do Espaço à Perceção do Olhar- a paisagem do Porto na 2ª Metade do Século XIX", a questão do processo de industrialização e relata como se vai construindo a paisagem urbana da cidade do Porto. Este fator destaca o aspeto visual da cidade e, mais uma vez, como é que este cresce para se adaptar às novas necessidades de uma sociedade cada vez mais desenvolvida: "Questionar a paisagem urbana do Porto implica, necessariamente um ponto de situação historiográfica que permita conhecer as modificações que decorreram dos últimos cinquenta anos do século XIX" [ASSUNÇÃO, 2008: 20]. Nesta dissertação, podemos também ler sobre as diferentes zonas da cidade, desde a localização da Câmara do Porto até à circunvalação, aberta em 1895, passando por como é que esta cidade se desenvolve em doze freguesias e a organização da mesma.

Esta autora analisa cartas topográficas, por exemplo, a de 1892, onde se pode compreender que a norte da Boavista e da Praça do Marquês de Pombal, se mantinha ainda uma zona muito rural, ainda na última década do século XIX. A partir desta análise, a autora produziu gráficos que representam aqueles que são os aspetos mais valorizados pelas entidades que gerem os projetos do espaço público. Para além deste desenvolvimento do processo de crescimento urbano do Porto, temos também

presente a questão económica, que afeta em qualquer circunstância, o modo como uma cidade se desenvolve:

O Porto vai começar a sentir, na sua atividade bancária, alguma crise de exportações, vai ter uma queda significativa a partir de 1880, correspondendo a uma grande crise cafeeira no país. Esta crise, ainda que o Governo tenha negociado uma moratória de dois meses e um empréstimo de dois milhões de libras distribuídos pelos bancos, não impediu que muitos deles desaparecessem [ASSUNÇÃO, 2008: 31].

Quando falamos de estrutura urbana, devemos também considerar a questão dos espaços de lazer como um elemento da sua composição, e Helena Madureira desenvolve esta questão no seu artigo "Processos de Transformação da Estrutura Verde do Porto". Sendo que estes espaços ambientais desempenham funções importantes dentro da cidade, como suporte de recreio e como uma das componentes da morfologia urbana, também precisam de uma perspetiva de intervenção que tenha em vista potencias as suas funções no tecido urbano [MADUREIRA, 2001]. A ideia de preservar e projetar espaços verdes na cidade é um conceito relativamente recente, resultante do crescimento urbano e do divórcio entre cidade e natureza iniciado a partir da Revolução Industrial [MADUREIRA, 2001]. Na cidade de hoje, os espaços verdes têm vindo a perder a importância que adquiriram no passado, também talvez pelas alterações da sociedade e da vida dos habitantes da cidade, que se torna cada vez mais célere e atribulada, ou mesmo por se encontrarem, muitas vezes, escondidos no interior de quarteirões. Helena Madureira reforça o papel dos jardins e parques públicos nas cidades, que deverão continuar a ser protegidos e promovidos, enquanto locais de contacto da população urbana com a natureza.

A dissertação de mestrado em Engenharia Civil de Sandra Teixeira, "Espaços públicos, Processos de Desenvolvimento Urbano e Períodos Morfológicos da cidade do Porto", foi uma fonte relevante no estudo dos centros históricos e do caso de estudo do Jardim da Cordoaria, mas, neste caso, através de uma perspetiva da área da Engenharia, mais focada nas temáticas da morfologia dos espaços públicos da cidade do Porto. A autora foca o seu estudo, a partir dos casos de estudo do Passeio das Virtudes, Avenida dos Aliados e Praça de D. Afonso V, nas questões da evolução histórica, usos e funções, morfologias e funcionamento da vivência urbana, permeabilidade, resiliência e

robustez, fazendo uso de cartografia de várias cronologias, desde 1813 até 2003. A autenticidade e disponibilidade desta cartografia foram os elementos que definiram o período a estudar na dissertação e

Todo o material cartográfico foi redesenhado no laboratório de SIG (Sistema de Informação Geográfica) do CITTA. De modo a evidenciar os aspetos fundamentais da forma urbana da cidade, foi removida toda a informação irrelevante [TEIXEIRA, 2012: 12].

Sandra Teixeira analisa a morfologia da cidade a partir de três períodos diferentes, dependentes da cartografia utilizada (Período Monárquico, Fim do Período Monárquico e Período Ditatorial e Período Democrático), demostrando a importância e as alterações pós-revolução industrial, que marcou a cidade profundamente, pelo processo de industrialização, pelo desenvolvimento dos transportes e pela construção de habitação precária para a classe trabalhadora, pela forma das ilhas [TEIXEIRA, 2012].

Assim sendo, este trabalho permitiu a compreensão da importância dos espaços públicos e o papel que têm dentro de uma cidade, quer seja de lazer, desporto ou descontração. Dada esta importância, o ponto crucial que devemos reter é o de que a sua manutenção deverá ser sempre uma prioridade, a partir de intervenções morfológicas, adaptando os espaços às novas exigências e realidades urbanas, evitando a todo o custo a perda dos espaços.

Um plano urbano é definido por Pereira de Oliveira como a "estrutura resultante da distribuição relativa dos espaços construídos e dos espaços livres, incluindo nestes, os espaços de circulação e os espaços verdes" [OLVEIRA, 1973: 346]. Assim sendo, deve se considerar o papel preponderante do verde como elemento de composição e estruturação do espaço livre, que representa um suporte do lazer da população urbana, na procura de espaços de ócio e atividades ao ar livre [MADUREIRA, 2001]. Avaliando de forma bastante negativa a disponibilidade de jardins e parques no Porto e a arborização da estrutura viária da cidade, as sugestões para a qualificação da cobertura vegetal urbana concentraram-se na necessidade de qualificação de jardins e parques já existentes, para além de introduzir mais [MADUREIRA, 2001]. Colocando o exemplo do Jardim da Cordoaria, sendo este um dos casos de estudo presentes nesta dissertação,

as suas potencialidades assentam-se principalmente no facto de estar inserido no centro da cidade e na "inerente forte movimentação de pessoas, e as apontadas, por exemplo, para os jardins de S. Lázaro e do Palácio de Cristal, baseadas na conceção mais comum de contacto com a natureza e de desafogo do ritmo urbano" [MADUREIRA, 2001: 147]. Entre os séculos XIX e XX, o crescimento urbano implicou uma diminuição da presença do verde na cidade, provocando uma homogeneização territorial a partir da ocupação do antigo espaço rural da cidade por espaços verdes, mas também se deu um desenvolvimento de sucessivos planos de ordenamento para a cidade, que, apesar de serem instrumentos potenciais de ordenamento dos espaços verdes, não conseguiram evitar a sua fragmentação e descontinuidade [MADUREIRA, 2001]. Atualmente, o problema dos espaços verdes pode ser considerado ainda presente, sendo muitas vezes estes espaços utilizados para criação de novos espaços que não têm a função de lazer ou permanência, mas sim de funcionar como espaços de passagem ou acesso a vias principais.

No Porto, se em tempos o centro era composto pelo poder episcopal no monte da Penaventosa com a Sé, e o dos mercadores com a Rua dos Mercadores, a Praça da Ribeira, a Rua Nova e, mais tarde, o crescer para a outra colina em frente, na Rua das Flores e da Vitória. A partir da segunda metade do século XIX, a imagem é outra. A instalação de associações comerciais e industriais nestes antigos espaços mostram as novas funções e os novos grupos mais determinantes e, mais tarde ainda, a mudança da centralidade para o eixo da Boavista, com os serviços de companhias de seguros, bancos e outros serviços. Tudo isto a par com as zonas residenciais de média e alta burguesia. Entretanto, os grupos situados, do ponto de vista económico, na base, ficam nos espaços que antes foram centrais, mas agora são históricos decadentes e nos novos espaços dos bairros sociais, mais na periferia deste centro histórico.

No que respeita à noção de planeamento urbano atual, Clara Pereira do Vale, Teresa Cunha Ferreira, Rui Fernandes Póvoas, Joaquim Teixeira e Carlos Eduardo Barroso, elaboraram uma revisão de um Plano Diretor Municipal, onde são definidas as linhas estratégicas para que irão enquadrar a generalidade de intervenções públicas e privadas dos anos seguintes, redefinindo-se instrumentos de gestão que as irão promover e regular, assim como o orçamento que as suporta [BARROSO et al, 2021: 450]. Para o

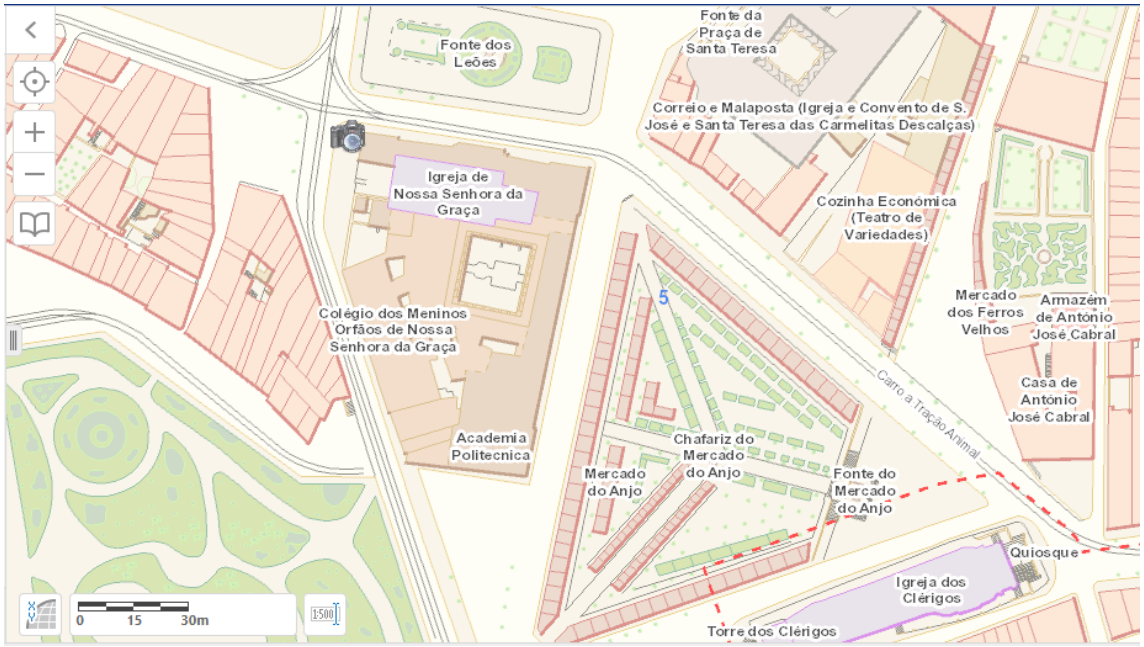
caso da cidade do Porto, os autores avaliam os valores patrimoniais que a cidade contém até à data. Assim sendo, revelam que os Imóveis de Interesse Público se localizam principalmente no núcleo dentro da muralha do século XIV, e em eixos de expansão urbana, como, por exemplo, a Avenida da Boavista, a Avenida de Fernão de Magalhães e a Avenida de Montevideu. 12% dos imoveis e bens da cidade estão classificados como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, Imóvel de Interesse Municipal e Imóvel de Interesse Patrimonial [BARROSO et al, 2021: 449]. Encarregue das questões de inventariação e tutela do Património Arquitetónico e Arqueológico, a Câmara Municipal do Porto dispõe de uma equipa de técnicos qualificados nas áreas de história, arqueologia, arquitetura e urbanismo, que as aprofunda.

Pode-se observar, num documento produzido em 2021, a proposta que é feita no contexto do planeamento urbano, compreendendo as preocupações e necessidades atuais dentro da cidade do Porto. Após elaborarem o diagnostico, os autores desta revisão procuraram definir categorias de bens patrimoniais, no conjunto de elementos essenciais que permitem identificar a obra e respeitar a memória do seu processo histórico. Assim sendo, "o objetivo será definir elementos identitários que devem ser salvaguardados, como suporte à gestão urbanística" [BARROSO, FERREIRA, PÓVOAS, TEIXEIRA e VALE, 2021: 450]. Abordam-se também questões que deverão ser revistas, como é o caso da delimitação de algumas áreas e respetivos critérios de delimitação e de inventariação, de modo a definir uma maior coerência e inter-relação entre áreas; os critérios de inventariação e algumas orientações para a gestão urbanística, por exemplo, redefinindo áreas de interesse urbanístico e arquitetónico que correspondessem a áreas demasiado extensas com inclusão de áreas desqualificadas urbanisticamente [BARROSO, FERREIRA, PÓVOAS, TEIXEIRA e VALE, 2021].

2. O Espaço Selecionado

2.1. Delimitação do Espaço

Figura 3: Carta Topográfica de 1892: área selecionada pode ser observada, assim como alguns dos casos de estudo (Conjunto dos Clérigos, o Mercado do Anjo e o Edifício da Reitoria)



Fonte: https://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/MuniSIGViewer/index.html?configBase=https://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/REST/sites/CARTOGRAFIA1892/viewers/Cartografia_1892/virtualdirectory/Resources/Config/Default (02/06/2022)

Pensando no espaço delimitado para o estudo desta dissertação (Figura 3), devemos compreender o porquê de ser este e não outro, e que importância terá na cidade do Porto. De facto, penso na Praça de Gomes Teixeira como o centro dos casos de estudo que, mais adiante, apresentarei. No entanto, o espaço abrangido vai para além dela, sendo que alguns dos casos específicos selecionados são de relevância para o tema dos novos usos do património, mesmo não se localizando precisamente na praça. Podemos considerar que este espaço é de fronteira, sendo que não se enquadra no espaço delimitado pela classificação do Centro Histórico do Porto, mas localiza-se precisamente nos limites, adjunto ao perímetro classificado como Centro Histórico. No entanto, a sua relevância histórica e a maneira como é tratado desde 1996 (ano da classificação), torna-

o quase como um espaço inscrito também. Ou seja, a tal dinâmica própria da paisagem urbana, assim como os efeitos da classificação patrimonial, transformam a perceção do espaço pelos que aí vivem, que aí trabalham, que o visitam e que o gerem.

O dinamismo da cidade e o crescimento turístico entre 1996 e hoje transformaram este espaço como se se encontrasse na parte "de dentro" da cidade. Não se pode descrever esta zona da cidade como sendo apenas de transição, pois revela algumas características do espaço classificado, como, por exemplo, as consequências do aumento turístico e da inflação imobiliária: a saída dos residentes desta zona central da cidade, para as periferias. Talvez, aquando da transformação iniciada no Porto no final do século passado, esta área se tenha tornado menos apelativa para viver, quer seja pelos valores da habitação, quer seja pela "confusão" criada por esta nova vida cosmopolita portuense. Falamos de uma zona da cidade, que já no início do século XX, muito antes de se pensar numa classificação, era abordada como zona de interesse, e atualmente, ainda mais o é, talvez pela proximidade de pontos de passagem obrigatórios da cidade, que constam em qualquer roteiro turístico, como o Conjunto dos Clérigos, ou a Livraria Lello.

Pode-se reparar que não selecionei a Livraria Lello, local de tanta curiosidade no Porto, como caso de estudo. Na verdade, localiza-se numa zona próxima de outros edifícios que selecionei, e numa zona extremamente nobre do Centro Histórico, mas talvez pela sua função se manter idêntica à inicial, não foi dos primeiros casos que me vieram ao pensamento. Atualmente, a sua importância para quem visita o Porto é inegável, não encontramos nenhum roteiro, percurso ou guia turístico que não incentive a visita à emblemática livraria de fachada neogótica. De facto, o espaço foi extremamente bem aproveitado para criar uma atratividade e gerar um negócio de sucesso, que, claro, é sempre um benefício para a cidade. O meu olhar neste estudo foca-se mais na memória que fica de um espaço quando é transformado, o que ele deixa de ser. É inegável a riqueza e beleza deste espaço, mas questiono-me se a função de livraria estará ainda presente. De facto, uma fotografia na escadaria é extremamente procurada, mas quantas pessoas irão realmente à Lello comprar ou consultar um livro?

Falando de critérios para a escolha dos meus casos de estudo, inicialmente recolhi informação sobre as suas funções, os públicos, o aspeto e valor arquitetónico dos

edifícios, a história, as diferenças estatísticas do uso dos espaços (por exemplo, dos visitantes). Também pela distinção entre as suas funções, observando os casos de estudo em questão, podemos reparar que tanto são espaços de função pública, como religiosa ou privada, ou mesmo as duas ao mesmo tempo, como é o caso das Igrejas do Carmo e dos Carmelitas ou a Igreja dos Clérigos, que se associam, na sua fundação, a grandes irmandades privadas.

2.2 O Centro Histórico do Porto e os Usos do Património

Assim como o conceito de urbanismo, a definição de centro histórico tem sofrido várias revisões e transformações, conforme já indicado acima. O ponto essencial é que, com estas transformações, advém a ideia de que a cidade, não tendo um único centro, sendo um organismo tão complexo que reúne em si várias dinâmicas e realidades, não poderá ser observada apenas pelo seu centro, mas deve sim ser considerada a partir de todo o seu conjunto. José Alberto Rio Fernandes, no seu trabalho "Centro Histórico e Urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto", demonstra a sua visão sobre aquilo que deverá ser hoje um centro histórico, afirmando que, antes de ser um centro único, já seria um local que carregava carga simbólica, marcava uma história urbana. No entanto, equipara também esta ideia do centro apenas ao facto de ser o centro de negócios, e por isto, considera que este termo de centro histórico talvez esteja em vias de extinção, devido ao facto de não podermos classificar aquilo que é ou não histórico [FERNANDES, 2011].

O espaço urbano, formado por alamedas, avenidas, esplanadas, jardins, terreiros, cais, rossios, praças, poderia surgir tanto em áreas anteriormente consolidadas, como a partir de transformações inevitáveis com o passar do tempo. Ao contrário da centralidade dos rossios ou praças dos períodos anteriores, no século XVIII, durante os trinta anos em que João de Almada e Melo liderou a Junta das Ordens Públicas, criada por D. José em 1763, estes espaços amplos aparecerem junto aos limites da cidade. Este elaborou um plano estratégico para o Porto, como resposta ao grande crescimento populacional muito por causa das trocas comerciais, que foi financiado pela Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro:

> No miolo da cidade muralhada, promoveu e facilitou a relação do rio com a zona alta da cidade, construiu praças, regularizou os bairros que se iam formando fora das muralhas sem planificação. Confrontada com um traçado urbano orgânico, a Junta propõe, para expansão da cidade, que os arruamentos fossem executados segundo um plano prévio" [FERREIRA-ALVES, 1987:175].

A Junta das Obras Públicas, introduziu, deste modo, uma abordagem racional no que toca à construção da cidade, defendendo aspetos importantes como a luz, a higiene e a

salubridade. O principal objetivo deste plano seria aumentar a cidade para lá da área da muralha fernandina para que se criassem circulações e alargamentos de vias medievais, criando arruamentos e também espaços públicos. A cidade tinha-se ido sobrepovoando dentro do espaço da muralha fernandina e expandindo-se consoante as vias de comunicação existentes e as portas da cidade, mas na segunda metade do século XVIII denotam-se diversas transformações urbanísticas e arquitetónicas que mudaram o aspeto da cidade de forma notória. Os fatores principais para o aparecimento de uma nova fase na cidade foram o crescimento rápido da população e a situação económica favorável associada ao comércio e exportação do vinho do Porto (resultado da importância da produção vinícola e da criação da Companhia da Agricultura do Alto Douro). Segundo esta nova mentalidade introduzida por João de Almada e Melo, a cidade deveria "obedecer a planos rigorosos em que se privilegiava o conjunto arquitetónico e não o edifício isolado. O traçado das novas ruas era acompanhado pelo desenho dos alçados a edificar. Estas áreas constituem, ainda hoje, paradigma de coerência e equilíbrio na relação entre a rua e o conjunto edificado" [SILVA, 2013:13].

A partir do Comissariado para a Renovação Urbana da Ribeira/Barredo (CRUARB), que foi a entidade encarregada da reabilitação e recuperação do Centro Histórico do Porto baseando-se na carta de Veneza entre 1974 e 2003, foi-se construindo a transformação urbana do centro que a UNESCO classificou como Património Mundial em 1996 [VALE; FIGUEIREDO; TAVARES, 2013]. Claro é que, numa cidade com tanta herança, o desafio da sua manutenção e do seu futuro é igualmente complexo. Os profissionais e responsáveis autárquicos da cidade do Porto carregam nas suas mãos decisões e ações que ditam a vida desta cidade, como se encontra hoje, e como se encontrará daqui a 100 anos. Vão sempre existir vantagens e desvantagens em qualquer solução que se escolha ao transformar elementos de uma cidade, no entanto, deve-se pensar e avaliar avanços e recuos, dinâmicas, inventários e soluções. Como já compreendemos, a cidade pode ser de tudo menos estática, está repleta de unidades económicas (serviços, comércio, entidades financeiras, etc.) em evolução, instituições novas, um turismo em crescimento veloz, ou seja, é um espaço ativo e habitado, um local vivo.

A inscrição na lista de Património Mundial considerou como objeto a malha medieval inserida dentro do espaço da muralha do século XIV, acrescentado de elementos na

outra margem do rio. Dentro deste espaço, e nos seus limites, pode-se encontrar a Torre dos Clérigos, o Teatro de São João, o antigo Edifício do Governo Civil, a Praça da Batalha, o Passeio das Virtudes, a Ponte Luís I e ainda a Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia. A norte, para alem dos limites definidos pela classificação de Centro Histórico, existem também locais que, embora fora desse espaço, estão incluídos na área de proteção, como os quarteirões periféricos da Avenida dos Aliados, a Praça Carlos Alberto, o Jardim do Carregal, a zona de Miragaia, Monchique e, na parte oriental, as Fontainhas [PORTO VIVO SRU, 2010].

No século XIX, sobretudo na sua segunda metade, fruto de um crescimento populacional significativo, que fez com que aumentassem as construções em altura e as ampliações, sendo grande parte da muralha destruída, o conceito de cidade fechada e delimitada por um muro defensivo, surge como limitadora do ponto de vista dos ideais iluministas em vigor na época. Uma das instituições que mais contribuiu para o desenho e implementação de novos espaços e de uma outra conceção de cidade, foi a Junta das Obras Públicas, extinta em 1804, quando morreu Francisco de Almada e Mendonça, a cidade que se iria projetar no século XIX já era muito diferente.

Até à década de 60 do século XX, ocorreram vários planos urbanísticos que atingiram o seu auge com o Plano Diretor Municipal da Cidade do Porto de Robert Auzelle, arquiteto francês, que trabalhou no planeamento urbano de várias cidades em França.

> A autenticidade e a força da imagem do Porto são consequências da proteção quo Centro Histórico tem tido por parte do Município e do investimento que este tem feito para reabilitar os edifícios degradados, o meio urbano e as atividades que trazem bem-estar e qualidade de vida à população em geral [PORTO VIVO SRU, 2010: 46].

O século XX na cidade caracteriza-se pelo planeamento dos espaços públicos da cidade, e não só, que começa a demonstrar uma visão mais global, sendo que esta cronologia é rica em documentos de planeamento urbano.

Encontrando-se classificado como Património Mundial desde 1996, o Centro Histórico do Porto partilha agora a sua herança com terceiros, a nível global. A partir do momento da classificação, fica estabelecida uma promessa de responsabilidade e de seguimento

de leis e protocolos para que a reabilitação seja realizada de forma correta e as intervenções elaboradas segundo convenções pré-estabelecidas. É neste contexto, que deve entrar na equação a Porto Vivo SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana), que consiste na empresa encarregada atualmente da elaboração e funcionamento do Plano de Gestão do Centro Histórico. Um dos aspetos mais valorizados do Porto e do Centro Histórico, é a complexidade do seu terreno, que articula a realidade do edificado urbano, de infraestruturas identificadoras do fenómeno e a identidade deste espaço com um diálogo entretecido com o rio Douro e Vila Nova de Gaia. O rio foi um aspeto crucial quando se tratou da ocupação inicial do espaço urbano pelos romanos, sendo que este era uma mais-valia para trocas e comunicações que deram origem a dois polos urbanos diferentes que caracterizam o espaço o porto (entrada e saída de mercadorias), que recebe uma designação no período medieval e que não perderá, a Ribeira, e a pequena elevação, mais tarde chamada de Morro da Sé, quando um poder eclesiástico aqui se sediar [PORTO VIVO SRU, 2010].

Nas atividades económicas, aquilo que essencialmente se pode observar na segunda metade do século XIX, e primeira parte do XX, é um reforço e ampliação do modelo estabelecido no século anterior: a área central do Porto expande-se e especializa-se nos setores financeiro e de retalho. Sucede-se também uma expulsão da residência, no centro da cidade, das pequenas indústrias e do retalho alimentar geral, consolidando-se as indústrias numa área em torno da zona urbana principal, que cria um aumento dos núcleos mais afastados e da sua importância. A questão da residência é mais complexa. Consolidaram-se, neste período, dois modelos residenciais entre o centro histórico, que inicia um processo de desvalorização, e a periferia imediata, onde a tipologia residencial que prevalece é a das casas isoladas particulares. Havia uma certa resistência à ideia de prédio multifamiliar, considerando-se que era melhor vender ou alugar casas mais pequenas, em vez de investir em prédios, que precisariam de uma injeção de capital inicial maior, e acarretariam uma complexidade de gestão e administração superior também. Foi por causa desta questão, que "só mais tarde, por volta da segunda década do século XX, surgiram os primeiros exemplos de prédios de habitação multifamiliar ou prédios de rendimento, alguns deles criados pela mão do arquiteto Marques da Silva"

[SILVA, 2013: 15]. Já na altura, para as faixas mais pobres e assalariadas, se encontrara uma solução, a das ilhas.

Um dos principais problemas que se associa ao turismo e crescimento do mesmo no centro histórico da cidade é a perda da população como resultado das alterações económicas, sociais e culturais. O facto de não se conseguir adaptar os modelos antigos da habitação às novas necessidades da sociedade atual e aos novos modos de vida, fez com que o edificado atual da cidade fosse abandonado e, consequentemente, caísse em degradação. A desertificação dos centros urbanos são um debate frequente a nível internacional. No Porto, isso acontece bem antes do fenómeno do turismo irromper. Desde por volta do início da década de 2000, em contexto de mediação urbana e tratamento do património, "o espaço da Baixa Portuense, é um exemplo bastante representativo destes fatores, onde houve uma perda de 50% da população no curto período de 40 anos, perda também de 50 000 habitantes no espaço de 20 anos, taxa de desemprego superior a 10%, elevada percentagem de habitantes reformados e saída de população jovem do centro" [SILVA, 2013: 5]. Portanto, a reabilitação é um assunto que, atualmente, é o centro da questão no que toca à readaptação do tecido urbano abandonado, salientando-se o caráter habitacional, que pode envolver a sua renovação, a demolição total ou parcial, ou mesmo a construção de novos edificados.

3. Estudos de Caso

3.1 Mercado do Anjo

Não podemos falar do Mercado do Anjo, sem antes compreender o que anteriormente ocupava aquela zona: o Recolhimento do Anjo. O Porto da Época Moderna foi marcado pela implantação de redes principais e complementares de assistência, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia e pelas valências das Ordens Terceiras de S. Francisco, do Carmo, do Terço e da Trindade [JESUS, 2006]. Observando-se que o maior grupo dos assistidos pelas instituições era feminino, as mulheres lideravam as estatísticas, numa escala decrescente segundo o seu estado civil, encabeçadas pelas viúvas e solteiras. Uma das preocupações com a proteção de situações das pessoas consideradas particularmente desamparadas, fez esta sociedade considerar a criação de casas para abrigar mulheres e protegê-las da pobreza.

É o caso do "Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo do Porto", fundado por uma viúva da cidade do Porto, D. Helena Pereira, em 1672, tendo aplicado os bens herdados à criação de um recolhimento para mulheres obres, casadas, órfãs ou viúvas [JESUS, 2006]. Como é fácil de compreender, este Recolhimento, apesar de partir de uma boa intenção de proteger estas mulheres, não tinha um caráter universal, não aceitava qualquer mulher de qualquer condição social. Existiam, sim, parâmetros de admissão neste espaço, consistindo estes em:

> Qualidade social (nobreza e limpeza de sangue); qualidade moral (donzelas honradas e pessoas virtuosas) e na situação de desamparo (por não terem dotes suficientes para tomar estado ou tendo-os, mas sendo órfãs). É sobretudo neste último ponto que reside a justificação do estabelecimento se conservar como um recolhimento, até porque a clientela parecia abundante e já existiam muitos conventos [JESUS, 2006: 32].

Apesar de haver esta relação de proximidade entre um convento e um recolhimento, é importante compreender que as suas funções não são as mesmas. O recolhimento pode estar associado a uma ordem religiosa enquanto inspiração do seu modelo de espiritualidade, no entanto, estas mulheres não professavam, ao contrário das freiras.

Pode-se então, de forma resumida, considerar que recolhimento tem a função de recolher ou abrigar, classificando-se como uma espécie de asilo sem votos religiosos, mas onde prevalecem os ideais como o respeito, acatamento, modéstia e pudor, preservando a honra das mulheres, mantendo-as afastadas dos homens, evitando tentações mundanas (este fator é comum tanto a conventos, como a recolhimentos). Na tabela abaixo, podemos observar a variedade de recolhimentos existentes na cidade do Porto entre os séculos XVI e XIX, podendo compreender que se destinavam a mulheres de categorias diferentes:

Tabela 3: Recolhimentos do Porto, ano de fundação e função de cada um (segundo JESUS, E.).

Recolhimento do Ferro/ Nossa Senhora do Patrocínio	Fundado em 1651	Destinado a prostitutas, mulheres casadas e com comportamentos condenáveis
Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo	Fundado em 1672	Destinado a órfãs, viúvas, casadas com maridos ausentes (sempre de condição nobre)
Recolhimento da Manteladas de São Francisco	Fundado em 1686	Destinado a Irmãs terceiras doentes, velhas e pobres
Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança	Fundado em 1722	Abrigo de órfãs
Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e São José	Fundado em 1809	Abrigo de órfãs

Fonte: JESUS, Elisabete (2006). Poder, caridade e honra: o Recolhimento do anjo do Porto (1672-1800). Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O apoio do poder laico e do poder eclesiástico episcopal também foi essencial à fundação do Recolhimento do Anjo do Porto. Para que este desejo fosse cumprido, em 1672 foi enviado uma súplica a Roma, com o pedido de que se formasse um recolhimento no Porto onde "os cidadãos do comércio e da navegação pudessem deixar, sob custódia, as suas mulheres e filhas, por tardarem no regresso a casa" [JESUS, 2006: 41]. Foi aprovado o projeto e a instituição pôde usufruir da proteção do reino, sendo que o Bispo D. João de Sousa autorizou a fundação e concedeu-lhe clausura. Podemos compreender que foi o poder episcopal que se relacionou mais com o funcionamento do Recolhimento, chamando a si a tutela temporal e espiritual. Ao funcionar como um

espaço de segurança para as familiares de um determinado número de homens envolvidos em negócios, na administração concelhia e régia, este projeto é também do interesse de todos quanto pretendiam manter a ordem social em que se integrar, por isso foi apoiado pela Câmara e por uma série de grupos na cidade. Os dotes obrigatórios para poderem ser aceites ou, no caso das porcionistas, o dinheiro cobrado às mesmas, contribuíam para um bom funcionamento do Recolhimento, se bem gerido. Mas, para além disso, já que a instituição tinha a obrigação de tornar rentável o seu património e evitar a sua degradação, esta instituição, tal como outras de caridade [CAVALLO, 1995, apud Jesus, 2006], tinha de participar do meio do negócio de capitais e de outros na cidade, dando o seu contributo para a animação financeira e económica.

No final de Setecentos, o suporte económico da instituição parece tornar-se difícil e observaram-se diversas dívidas, tendo o recolhimento passado de credor a devedor:

> Em 1793, ano do tremor da terra, foram pedidos 500$000 reis a um lavrador do Concelho da Maia para a conclusão da obra do Recolhimento. No ano de 1796, pediu-se mais 600$000 reis para pagamento de algumas dívidas, a Maria Felizarda de Araújo, a troco da sua admissão na comunidade, e, em 1797, mais 250$000 reis foram conseguidos por empréstimo contraído pelo procurador das recolhidas [JESUS, 2006: 60].

O empréstimo a juro foi uma maneira de tentarem ultrapassar alguns problemas já que esta aplicação do numerário que entrava na instituição parecia relativamente simples e existia um mercado para tal. No entanto eram períodos conturbados economicamente e o capital demorava a ser retornado para a instituição. No final do século XVIII observaram-se algumas melhorias nos ritmos financeiros do recolhimento, também pelas ajudas e aumento do número de mulheres abrigadas no espaço.

Foi em 1833 que o rei D. Pedro IV concedeu à Câmara Municipal do Porto o espaço e a cerca que pertenciam ao Recolhimento, para que fosse criado um novo mercado público, nesta área da cidade, junto à Igreja dos Clérigos. Foi já em 1834 que o Município encomendou um projeto que foi aprovado em 1837, após a demolição do espaço do Recolhimento [Arquivo Municipal do Porto, Câmara Municipal do Porto, Mercado do Anjo 1839-1948, texto de apresentação da série Imposto do piso da Praça do Mercado-

https://gisaweb.cm-porto.pt/creators/43466/] A área destinada ao mercado é composta por uma planta de forma triangular, onde, ao centro, se poderia encontrar um chafariz para uso das próprias vendedeiras (Figura 13). Este elemento demarcava o centro do mercado e os locais de venda, arrendados pela Câmara, distribuídos a seu redor, direcionados para o interior. Este mercado iniciou o seu funcionamento em 1839, mas não permaneceu inalterado durante muito tempo, sendo que no início do século XX, foi encomendado ao arquiteto da cidade, José Marques da Silva, um novo projeto para o mercado:

> Razões de ordem urbanística e higiénica levaram com que a Câmara do Porto necessitasse de construir um novo mercado. o programa proposto passava pela transformação do mercado aí existente. Dispondo de uma área triangular é encomendado ao arquiteto José Marques da Silva o projeto para o novo mercado do Anjo [Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva, Universidade do Porto, Novo Mercado do Anjo].

1905 é o ano de que data o projeto, sendo que depois de ser aprovado, se deu início à obra, no ano seguinte; no entanto, o estado da obra encontra-se registado, pela Fundação Marques da Silva, como "interrompido". Esta interrupção decorreu das propostas que se fizeram sentir na altura em pensar o espaço nesta zona da cidade de modo mais global. A tendência de edificação mais seleta a zona valorizava o conjunto e alguns advogavam um aproveitamento distinto do mercado, entendendo que poderia proporcionar aos moradores e frequentadores do comércio das ruas envolventes um ambiente de lazer. A Câmara abriu, em 1936, concurso para a criação de um novo mercado. A transferência do Mercado do Anjo para instalações provisórias dá-se em 1948, para o local onde funcionara o Mercado do Peixe, atualmente o espaço ocupado pelo Palácio da Justiça. O Mercado do Peixe, por sua vez, é deslocado para a Casa da Roda [Arquivo Municipal do Porto, Câmara Municipal do Porto, Mercado do anjo 1839-1948, texto de apresentação da série Imposto do piso da Praça do Mercado do Anjo-https://gisaweb.cm-porto.pt/creators/43466/].

Pensando agora um pouco no contexto das feiras e mercados na sua relação com a cidade, o Porto acrescentou às preocupações com a necessidade de aprovisionamento comuns a qualquer espaço urbano, as de distribuição, importação e exportação,

próprias a uma cidade portuária. Desde a outorga do direito a feira em 1186, passando pela segunda concessão em 1334 até 1403, quando uma nova feira franca mensal, realizada no primeiro dia de cada mês, é estabelecida numa das artérias principais da cidade, a cota baixa, na Rua Formosa [MOREIRA, 2017], seguem-se inúmeras feiras e mercados especializados ao longo do período moderno, tanto dentro quanto fora das muralhas. Esta feira, segundo Nonnel, foi criada "numa clara afirmação de jurisdição sobre a cidade baixa, em franco crescimento económico e urbano [NONNEL, 1992]. O facto de a feira ter sido removida do centro da cidade, deveu-se à necessidade de espaços amplos e acessíveis para os bens, pessoas e animais, onde todos pudessem ser acomodados. Para além disso, a perturbação e incómodo que a realização da feira representava na vivencia urbana contribuiu em grande parte para esta decisão, marcando um momento de mudança de pensamento sobre a forma como a cidade se deve organizar, "a separação física da Praça do Mercado tanto da sede do poder religioso como da sede do poder civil (…) marca o início de uma evolução dos lugares e da edificação do mercado" [NONNEL, 1992: 25].

Em meados do século XVIII, e apesar de ainda se sentirem os resultados da da popularidade que as feiras tinham alcançado nos séculos anteriores, há sinais claros de mudanças:

> Aquilo que começou como um conjunto de eventos espalhados pela cidade, com preocupação na sua localização, de forma a garantir a afirmação do poder político, o fácil abastecimento e acesso, torna-se, nesta época, num elevado número de eventos sociais e comerciais que preenchem os diferentes espaços [MOREIRA, 2017: 20].

Consequentemente, vão perdendo a importância que outrora tiveram no desenvolvimento e afirmação da cidade, substituindo a centralidade e afirmação do domínio político por uma "tendência para a proliferação e dispersão dos lugares onde se processa a comercialização dos bens e produtos" [NONNEL, 1992: 19], prevalecendo uma preocupação com a qualidade do espaço onde acontecem.

No contexto do século XIX, estas práticas mercantis eram variadas, desde feiras semanais, mensais e anuais, ocupando praticamente todos os largos e praças

disponíveis. No período da Revolução Industrial, as feiras vão perder a tão elevada importância que tinham até então, sendo que a industrialização fez com que se desenvolvesse um comércio retalhista mais sedentarizado, com maior qualidade e mais acessível do que as feiras, o que diminuiu a sua procura, fazendo com que estas desaparecessem ou se deslocassem para as periferias da cidade [MOREIRA, 2017]. Esta conotação negativa que as ferias ganharam sucessivamente neste período fez com que os economistas da altura as definissem como uma representação de "luxo, apelo ao consumo, gasto supérfluo, a distração do trabalho" [ALVES, 2005: 156]. Num período influenciado pela Revolução Industrial, onde a preocupação era a produtividade e eficácia, o comércio sedentário surgiu como uma resposta às necessidades da população, enquanto a feira se tornava numa distração.

Algumas definições de mercado, como é o caso da do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, consideram que o mercado deve-se localizar em recintos fechados, onde se vendem produtos de retalho ou produtos alimentares, organizados por lugares de venda independentes com zonas e serviços comuns [MOREIRA, 2017]. No entanto, se assim fosse sempre, a distinção entre feira e mercado seria simples e evidente, e sabemos que isto nem sempre acontece, mesmo em exemplos concretos do Porto, como é o caso do Mercado do Bolhão, que, apesar de se localizar numa estrutura que parece interior, se nele entrarmos, compreendemos que existem vários espaços descobertos.

O Mercado do Anjo, juntamente com o Mercado do Bolhão conceberam-se como mercados centrais, ao mesmo tempo que os estabelecimentos comerciais fixos se multiplicam, sendo que "muitas das artérias largas e retilíneas da parte alta, de fora da muralha, e em muitos casos de construção ou beneficiação almadina, são densamente preenchidas (Santo António, Clérigos, Santa Catarina, Almada, Cedofeita…), sendo relativamente raras (com a notável exceção da Rua das Flores), as artérias comerciais prestigiadas na parte mais antiga da cidade" [FERNANDES, 2002: 15]. Estas zonas vão tentar resistir como locais privilegiados de comércio de rua no Porto, aquando do surgimento dos centros comerciais. No entanto, atualmente, para além de lojas, podem-se encontrar nestes locais restaurantes e cafés, turísticos ou tipicamente locais, que, apesar de tudo, atraem turistas, contribuindo para a manutenção do comércio de rés-

do-chão dos edifícios, característicos da primeira parte do século XX. Até sofrer outra intervenção que só seria na década de 90, a Praça do Anjo tornou-se num lugar esquecido e sem identidade, funcionando como espaço de estacionamento automóvel. Foi em 1992 que o CRUARB promoveu uma nova intervenção e que gerou uma reabilitação da Praça, vencendo o concurso o projeto "Shopping Clérigos" [CARDOSO, 2018]. Este projeto foi considerado um fracasso, sendo que não se relacionava de forma harmoniosa com a sua envolvência dentro do espaço urbano. Este local encerrou em 2006, e desde esse período até à sua reabilitação final o espaço foi-se degradando e o efeito da perda de memória coletiva aconteceu. Este espaço constitui um processo de identificação ligado às designações que conheceu ao longo dos vários séculos. Inicialmente, o nome do Recolhimento do Anjo, que foi acima abordado, proveio da existência de uma capela com essa mesma devoção, anterior à construção do Recolhimento. Mais tarde, enquanto o mercado não possuía uma especialização, este era apenas conhecido como Mercado do Anjo, mais uma vez remetendo aos edifícios localizados anteriormente no espaço, mas com objetivos e funções bem distintas. No entanto, depois de se ter especializado numa só tipologia, a sua designação tornou-se mais específica e simples, Mercado da Fruta. Praça de Lisboa é o nome atribuído atualmente, e poucos serão os que saberão qual a razão deste nome.

O arranque na transformação do espaço da Praça do Anjo deveu-se a um projeto da Porto Vivo SRU e da Câmara Municipal do Porto, com o objetivo de reabilitar o local e proporcionar-lhe nova utilidade, mas visando manter a função original deste espaço, o comércio. Como visto acima, essa função "original" foi atribuída à zona de modo oficial, por definição régia/camarária, depois da extinção das ordens religiosas. Houve várias propostas para este novo projeto, entre elas o do arquiteto Pedro Arrozeiro Ribeiro que considerou a antiga praça uma falha no tecido urbano da cidade, que se tornou num lugar esquecido, sem vida pública, devido à fraca permanência da população. O espaço não conseguiu relacionar-se com a sua envolvência, fazendo com que as pessoas não circulassem pela praça, preferindo sempre circundá-la [CARDOSO, 2018].

Assim sendo, a proposta de Pedro Arrozeiro Ribeiro tinha como objetivo relacionar o espaço com o tecido urbano, eliminando aquilo que era antigo, sendo que pretendia fazer renascer o espaço, mudando a geometria do espaço da praça e o desnível do

terreno, melhorando a paisagem e os acessos [CARDOSO, 2018] (Figura 9). Outra das principais propostas para a reabilitação deste local foi apresentado por um gabinete de arquitetura, o Design Factory GmbH. Neste caso, os arquitetos consideraram bastante a envolvência do local, afirmando que este inclui a Universidade, a Torre dos Clérigos, escritórios e zona residencial, pretendendo construir algo que fizesse a passagem do antigo para o novo, enriquecendo o espaço [CARDOSO, 2018]. Os arquitetos colaboradores deste gabinete alemão afirmaram que o vazio que há muito se apresentava naquele local, foi usado a partir das ideias-base da proposta. Deste modo, tornar-se-ia acessível e composto por elementos naturais. [CARDOSO, 2018: 85] (Figura 8).

No entanto, o projeto vencedor não foi nenhum destes dois, mas sim um da autoria de Pedro Balonas, projeto composto por três premissas principais: revitalizar as áreas degradadas e a circulação pedonal, aproveitar a topografia do terreno e as inclinações oferecidas, renovar a paisagem através de áreas verdes [BALONAS e MENANO, 2013]. A partir desta obra contemporânea em pleno centro histórico do Porto, a antiga Praça do Anjo, atual Praça de Lisboa, inaugurou-se em julho de 2012, tornando-se no local repleto de vida e movimento que conhecemos hoje (Figuras 10 e 11). Este projeto foi considerado extremamente inovador, sendo que foi o único que ofereceu a este espaço urbano soluções para os problemas anteriores que nenhum dos restantes tinha resolvido, nomeadamente o desnível do terreno que a praça possuía há vários séculos. Penso que aquilo que mais se destaca neste projeto é a inclusão de um espaço verde bastante organizado e com utilidade: o arquiteto denomina este espaço de "Jardim Urbano". Podemos reparar que se encontra ao mesmo nível da rua de S. Filipe de Nery, justaposto à Torre dos Clérigos, o que oferece a quem frequente o espaço uma vista e proximidade para um dos locais mais nobres do Porto. Neste projeto foi acrescentado um plano intermédio criado em betão e vidro, onde foram colocadas áreas de comércio e lazer, onde as pessoas podem caminhar desde a Livraria Lello até aos Clérigos, através de um só corredor (Figura 7). A Praça de Lisboa apresentou uma forma triangular desde a construção do Recolhimento do Anjo, como já observamos acima. Este facto tornou-se no principal obstáculo (juntamente com o piso desnivelado) para que o espaço se transformasse numa praça pública, até à apresentação deste projeto de arquitetura,

que em vez de recusar a topografia e o traçado urbano, aproveitou-o e deu-lhe utilidade, com uma visão atual da cidade [BALONAS E MENANO, 2013].

O antigo terreno da cerca do Recolhimento, que da proteção régia passa para o espaço público, pelo ato de doação de um monarca aos seus súbditos, os habitantes da cidade do Porto, ganhou novas funções. De espaço essencialmente verde, de produção agrícola, como era próprio de qualquer espaço dentro de uma cerca conventual, apesar de já tão imbricado com o espaço urbano, paredes meias com o desenvolvimento de artérias urbanas no século XVIII, passa a ser considerado como espaço de trocas, de cruzamento de pessoas que oferecem serviços, comunicam, expõem e procedem à troca de bens, no século XIX. Não perde a ligação ao setor agrícola, pois muitos dos bens transacionados dizem respeito ao abastecimento de víveres à população. Em determinado período do século XX especializa-se em fruta e flores, assumindo essa outra característica de espaço de lazer, liberto de muitos dos maus cheiros que as barracas anteriores dos talhos e de outros sectores implicavam. Finalmente, surge, na sua última remodelação, como espaço verde, com oliveiras – interpretação que a partir do topónimo Porta do Olival, uma das portas da muralha virada para este espaço, se lhe quis conferir -, mas também de armazém temporário, o parque subterrâneo de automóveis e de comércio voltado para certos segmentos e longe da noção mais universal do abastecimento alimentar. Parece prevalecer o lazer e a exclusividade. Uma outra grande diferença prende-se com o ruído e desordem. Em tempos foi espaço regulamentado com princípios que implicavam um viver fora do mundo, nas normas do recolhimento, de um grupo de pessoas, com o predomínio feminino. O silêncio era um bem. Contrastando com as necessidades e objetivos fundacionais da nova praça, estava a harmonia que deveria fazer-se sentir numa cerca e que pretendia recriar a harmonia celeste, muitas vezes desrespeitada. Testemunho de tal, são as repreensões que tantas vezes eram feitas às recolhidas. Acreditava-se que a pureza da alma só poderia ser atingida em silêncio e recolhimento, incentivando a reflexão, sendo a serenidade fundamental durante os exercícios espirituais diários e durante a noite [JESUS, 2006].

Entre o espaço cercado das mulheres e os mercados, também delimitados do século XIX e parte do XX, não se abandonam totalmente as normas de fazer silêncio em certas horas. O mercado fechava as portas entre as 18h da tarde e o amanhecer do dia

seguinte. Hoje, o silêncio não é um bem a construir, decorre da necessidade do descanso de quem trabalha neste espaço ou, em determinadas circunstâncias como aconteceu recentemente da proibição de circular para evitar um mal maior, como o da pandemia. A população que acudia a este espaço formada por vendedores e vendedeiras, prestadores de serviços como transportadores de mercadorias, talhantes, varredores e clientes de várias proveniências sociais, tinha origens na cidade e arredores. Hoje a população frequentadora do espaço fala inúmeras línguas, identifica-se muitas vezes com uma geografia intercontinental, e, apesar da globalização, tem hábitos e costumes distintos. Não frequenta este espaço por rotina decorrente do ato de adquirir o necessário para um consumo alimentar básico, mas sim para fazer experiências que lhe são propostas como genuínas e globais, seguindo as bebidas e tipos de alimentação das tendências internacionais, experimentando o descanso junto de árvores identificadas como próprias das paisagens mediterrânicas e evocadoras de climas e paisagens hoje comumente vendidas como destinos paradisíacos e cobiçados. A denominação da antiga porta da muralha, Porta do Olival, de modo algum implica a existência de um olival nos espaços fora de muros. Muitas vezes as portas recebiam o nome do destino que se podia alcançar saindo em determinada direção, como ainda hoje se usa nas placas de direção de uma autoestrada.

3.2 Jardim da Cordoaria

O jardim da Cordoaria, de nome oficial Jardim de João Chagas, caracteriza-se como espaço verde de recreio, um dos mais antigos da cidade do Porto, consistindo num jardim público contemporâneo, onde se podem encontrar elementos simuladores de uma gruta, percursos pedonais, um coreto e estátuas de artistas portugueses.

Nos séculos XVII e XVIII a noção de espaço público tal como hoje é usada e definida não existia na sociedade de então, nem sequer entre os que se debruçavam sobre a administração da coisa pública. No entanto, não deixa de ser possível identificar, em varias iniciativas, como as dos Passeios Púbicos, o modo como o conceito de fruição conjunta de um espaço que já não decorre das funções urbanas de comunicação, casos das ruas, travessas, vielas, becos, escadas; das praças, largos, terreiros e rossios de comércio, e também de exercício de poder, das fangas, armazéns, cobertas, etc. de abastecimento dos habitantes, mas sim da ideia de passeio, de ser visto e de ver terceiros, se liga ao espaço que hoje se designa como espaço verde. Evidentemente, cada núcleo urbano o fazia à sua escala. Aquilo que hoje se designa de espaço público, sobretudo na sua valência de espaço público de permanência, tende a desenvolver-se em paralelo com os novos gostos e atividades da sociedade que os frequenta. Estes espaços definem-se geralmente como "cenários de atividade e comportamento, isto é, como locais que estimulam ações e comportamentos espontâneos e a assistência ou participação nestes acontecimentos, como por exemplo, o simples passeio, o encontro com a natureza, descansar, brincar, jogar, o encontro com os amigos, o encontro com os outros, o ver e ser visto" [MATOS, 2010: 21]. Assim sendo, os espaços verdes, para além das funções típicas do espaço público de lazer, possuem também a capacidade de oferecer o bem-estar associado aos atos de passear e conviver. Outro fator importante dos espaços verdes diz respeito às suas funções higiénicas e profiláticas contra a degradação ambiental do espaço urbano. Estes caracterizam-se como elementos estruturais da vida urbana, sendo que desenvolvem uma função de interesse geral dos cidadãos pelo tipo de serviços que podem prestar, estimulando a qualidade de vida e vivência urbana, enquanto contribuem para uma coesão e embelezamento do espaço. Assim como se observa no caso do Jardim da Cordoaria, os espaços verdes foram, ao

longo dos anos, alvo de investimento e reabilitação, pelo facto de melhorarem a imagem e qualidade de vida da cidade, assim como dinamizarem o setor económico.

Os espaços públicos da cidade do Porto, refletem a sua história e crescimento, sendo que dependem da morfologia do território, da sua implantação geográfica e, logicamente, das transformações que vão ocorrendo com o passar do tempo [BARBOSA, 2011]. No século XIX, o jardim que hoje conhecemos como "da Cordoaria", era de facto uma Alameda, e era esta a sua designação neste período. Considera-se o primeiro espaço verde da cidade, sendo que, neste período, os espaços públicos que já existiam correspondiam principalmente a alargamentos de ruas que serviam para a realização de feiras. No entanto, já no século XX, este espaço verde, localizado no espaço do antigo Campo do Olival, privilegiadamente próximo da Torre dos Clérigos, do Hospital de Santo António, denominava-se jardim de João Chagas (em homenagem ao escritor, jornalista, político e crítico da monarquia). Caracteriza-se pela sua "riqueza arbustiva e arbórea, [tendo sido] construído a partir de um projeto de Emílio David e inaugurado em 1867" [TEIXEIRA, 2012: 60]. Atualmente, este espaço é definido pelas intervenções que sofreu no ano de 2001, no âmbito do programa "Porto 2001", apresentando uma forma de traçado geométrico triangular, muito diferente do original, do qual pouco sobreviveu.

Foi em julho de 2000 que a zona da Cordoaria foi alvo da ação de limpeza profunda no âmbito dos trabalhos de reabilitação urbana do Porto Capital da Cultura Europeia 2001. Este momento foi controverso, sendo que grande parte dos especialistas considerou que este jardim histórico era merecedor de um projeto que louvasse o seu passado, suportado por fontes de informação histórica, e não a implantação de um novo projeto [ANDRESEN e MARQUES, 2001]. A forma do projeto original do jardim permanece triangular, como a conhecemos. Este local é marcado por um eixo estrutural poente (alameda) de plátanos e pelo largo central, com diferentes combinações de árvores de folha caduca e formas de coníferas [SERRÃO, 2015: 33]. De uma forma geral, prevalecem espaços onde a vegetação é reduzida, no entanto oferecendo um espaço de lazer; encontram-se, colocados nos alinhamentos retilíneos de passeio, bancos onde se pode permanecer, aproveitando a envolvência do espaço. No entanto, para além disto, o jardim desempenha uma função de conservação do património cultural da cidade, albergando algumas das árvores classificadas da cidade.

Retomando ao Porto oitocentista, podemos recorrer ao artigo “Natureza e cultura no Porto do século XIX”, da autoria de José Ramiro Pimenta e Helena Madureira. Neste período, o centro da cidade encontrava-se densamente edificado e praticamente desprovido de vegetação, encontrando-se esta apenas em quintais de edifícios. Nos espaços localizados junto às portas da cidade encontravam-se os campos, locais de mercado e de encontro, que, apesar do progressivo crescimento urbano, sobreviverão, e transformando-se nos principais jardins públicos da cidade [MADUREIRA e PIMENTA, 2012]. Já no século seguinte, a cidade não possuía praticamente espaços verdes simbólicos, isto é, uma expressão de natureza vegetal dentro da cidade. No século XIX, num contexto de modernização, os autores referem que podemos falar da natureza do mesmo sentido que ainda hoje o centro da cidade cumpre:

> Uma natureza liminal, indómita, uma penha ventosa com escassa cobertura vegetal a que a gemoforfologia impede maior exuberância e que nessa condição se mantinha ao longo de todo o século XIX como que rememorando uma muralha primitiva que isolava o burgo fortificado do espaço que lhe era exterior (…). [MADUREIRA e PIMENTA, 2012: 75].

Esta citação pretende relembrar a história dos espaços verdes do Porto. Os autores do artigo “Natureza e cultura no Porto do século XIX”, relembram que, durante séculos, o centro da cidade encontrava-se densamente edificado e praticamente desprovido de vegetação, encontrando-se esta apenas em quintais e edifícios. Os espaços localizados junto às portas da cidade, marcados pelos campos, mas também por locais de mercado e de encontro, que, apesar do progressivo crescimento urbano, sobreviveram. Serão transformados nos principais jardins públicos da cidade. A cidade não possuía praticamente espaços verdes simbólicos, isto é, uma expressão de natureza vegetal. No século XIX, num contexto de modernização, os autores referem que podemos falar da natureza do mesmo sentido que ainda hoje o centro da cidade cumpre:

Durante os séculos XVIII e XIX, o Porto assistiu à criação de várias alamedas (como é o caso da Cordoaria), espaços lineares com arvoredo, localizados em zonas onde pudessem servir do ponto de vista cénico. A industrialização impulsionou a implantação de jardins públicos dentro das cidades europeias, surgindo como um elemento de cariz mais social, cujos projetos se desenvolviam em torno de questões de higiene e

salubridade dentro da cidade, perspetivando estes espaços como se fossem de reforma social. O período em que surgem os primeiros jardins públicos portuenses corresponde a novas dinâmicas espaciais e a uma noção mais alargada da escala da cidade [MADUREIRA e PIMENTA, 2012]. Na cidade do século XIX implementaram-se os principais jardins públicos em espaços que anteriormente serviram feiras, campos, ou ao longo de principais vias de ligação da cidade. Uma vez mais, o jardim da Cordoaria encaixa-se perfeitamente nesta tipologia, sendo que anteriormente tinha sido um campo e uma alameda. Este jardim de que falamos, ganhou extrema relevância nos finais de Oitocentos, localizando-se numa zona nobre da cidade, englobando o Mercado do Anjo e um conjunto de espaços ajardinados, que se articulavam entre si através de uma rede de arruamentos arborizado desde a Rua da Restauração até à Torre dos Clérigos.

Já no século XX, entre os anos 60 e 70, o espaço verde da cidade diminui de 1400ha para 800ha. Estes espaços parecem deter uma importância menor no Porto, apesar da crescente importância do lazer, o que sucede mais frequentemente é o embelezamento dos espaços. A diminuição do espaço verde deve ser justificada pelo crescimento da população e "aumento da capacidade económica de alguns grupos sociais, do aumento da mobilidade, pela melhoria da motorização e da rede viária, ao que acresce o aumento do tempo de lazer" [MARTINS, 1992: 627]. Em 1941 foi elaborada a memória descritiva do Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto, onde se caracterizam objetivamente os espaços verdes existentes na cidade, que não servem os momentos de repouso e funcionavam como áreas de passagem, apesar de se tentar alterar isto com a colocação de vedações e canteiros em seu redor. Só criando parques ou jardins com "mais e melhores equipamentos capazes de atrair as populações e pelo educar, ou seja, incutir hábitos de fruição dos espaços de lazer, seria possível guindá-los de novo a um lugar de destaque na vida do portuense [MARTINS, 1992: 634]. A verdade é que, atualmente, cada vez mais difícil será regressar a este hábito de passarmos os nossos tempos livres num banco de jardim: parece que é um gosto que ganhamos com a idade, ou então assim seja apenas porque as pessoas que hoje encontramos repousando em jardins públicos são mais velhas, e encaram este ritual com mais familiaridade do que os mais jovens, que mais facilmente optam por descansar numa esplanada bem localizada com

vistas para o rio Douro. No entanto, não posso afirmar que estes hábitos estejam completamente esquecidos. Eu própria o observo, entre colegas e amigos mais jovens: existem espaços verdes da cidade que ainda são bastante utilizados pelas gerações mais novas para apenas lazer, como é o caso do Jardim das Virtudes ou do Jardim do Morro. No entanto, isto não vem contrariar o facto de que o espaço verde dentro das cidades tem vindo a perder a grande importância que teve nos séculos passados.

No início do século XIX, o jardim que hoje conhecemos como "da Cordoaria", era, de facto, uma Alameda, e era esta a sua designação neste período. Alguns consideram-no como o primeiro espaço verde que obedeceu a uma noção de planificação de plantação de árvores propositadamente criado pela cidade, situado no espaço extramuros do Porto, mas sob o seu poder direto (SILVA, 1993: 226-232].

A plantação de árvores em número avantajado e segundo um projeto, prevista na carta régia endereçada à Câmara do Porto, em 1611, causou alguma discussão sobre a sua necessidade e interesse. Outros espaços próximos das portas da muralha mais usadas garantiam sombras e água fresca para quem quisesse conviver, mas ligavam-se principalmente a alargamentos de ruas que serviam para a realização de feiras ou mercados. No caso da Cordoaria, a intenção do plantio de um grande número de árvores de modo regular, denota a vontade clara de organizar e ordenar um espaço que estava em plena urbanização. No século XX, este espaço verde localizado no antigo Campo do Olival, próximo da Igreja e Torre dos Clérigos, do Hospital de Santo António, perde a designação toponímica, campo do Olival ou funcional, Cordoaria, já que aqui durante muito tempo tinham os cordoeiros estendido a sua produção, desde o século XV [Isabel Sereno e Luísa Estadão, Jardim da Cordoaria / Jardim de João Chagas, SIPA] e passa a denominar-se Jardim de João Chagas (em homenagem ao escritor, jornalista, político e crítico da monarquia). Caracteriza-se pela sua "riqueza arbustiva e arbórea, foi construído a partir de um projeto de Emílio David e inaugurado em 1867" [TEIXEIRA,2012: 60].

Foi em julho de 2000 que a zona da Cordoaria foi alvo da ação de limpeza profunda no âmbito dos trabalhos de reabilitação urbana do Porto Capital da Cultura europeia 2001. Este momento foi controverso, sendo que grande parte dos especialistas considerou que este jardim histórico era merecedor de um projeto que não desvirtuasse o seu

passado, suportado por fontes de informação histórica, e não a implantação de um novo projeto [ANDRESEN E MARQUES, 2001]. A forma do projeto é triangular, permanecendo semelhante ao que este era desde o projeto romântico. Anteriormente, a Alameda da Cordoaria era retangular, tendo o edifício da Universidade crescido em parte deste terreno, assim como o casario entre a Universidade e o Hospital de Santo António. Este local é marcado por um eixo estrutural poente (alameda) de plátanos e pelo largo central, com diferentes combinações de árvores de folha caduca e formas de coníferas [SERRÃO, 2015: 33]. De uma forma geral, prevalecem espaços onde a vegetação é reduzida, no entanto, oferecendo um espaço de lazer, encontram-se colocados nos alinhamentos retilíneos de passeio, bancos onde se pode permanecer, aproveitando a envolvência do espaço. Para além disto, o jardim desempenha uma função de conservação do património cultural da cidade, albergando algumas das árvores classificadas da cidade.

O projeto de reabilitação do espaço ficou a cargo da PROAP, atelier de arquitetura paisagista sediado em Lisboa que caracterizou o espaço como sendo "como em tantas outras situações da mesma época, um manifesto, corporização de transformações sociais profundas, pela apropriação elegante de um espaço de características profundamente populares". Os arquitetos responsáveis foram João Nunes, Carlos Ribas, Camilo Cortesão e Mercês Vieira. Este projeto iniciou-se em janeiro de 1999 e terminou no mesmo mês do ano seguinte. O caminho que seguiu foi o de substituição de um espaço central da cidade, até então ocupado por um terreiro de mercados e feiras, tais como a de S. Miguel, o que dificultava a utilização quotidiana, por um espaço de lazer, de encontro e de representação social [PROAP, 2000]. Os arquitetos redesenharam a área envolvente do Jardim, desde o Palácio da Justiça aos Clérigos, criando um espaço homogéneo, tentando preservar elementos originais do lugar como a vegetação, o espaço do lago, os caminhos e as zonas de repouso. É este ponto que muitos consideram não ter sido cumprido, sendo que vários autores referem que esta reforma alterou demasiadamente a essência do jardim. O formalismo geométrico prevalece ao longo de todo o projeto, desde os traçados de caminhos e a localização dos bancos (Figura 16).

3.3 Hospital de Santo António

Em termos de contexto histórico, sabemos que, desde cedo, as ordens religiosas e as irmandades tiveram um papel preponderante no que tratava de ajudar pobres e doentes, tendo muitas das vezes facilidades para tal nos seus próprios complexos hospitalares dentro das instituições. Neste ambiente tradicional cristão acreditava-se que uma pessoa doente libertava Cristo da sua dor, sendo que os cuidados do corpo eram concretizados em função dos cuidados da alma, para que se obtivesse a sua salvação [SILVA,2014]. Nas cidades medievais, a existência de ordens mendicantes no centro da cidade era significativa, pretendendo atender aos problemas dos habitantes e anunciando o evangelho na rua, em contacto com o século. O testemunho da presença das ordens monásticas, recolhidas no interior dos mosteiros, parecia a estes frades desadequado à vida urbana. Nesta dimensão de vida no meio da população, cedo fundaram pequenos hospitais para receberem os doentes, os que se encontravam de passagem como os peregrinos, os desamparados, os que padeciam de doenças crónicas. Na passagem para a época moderna, a importância da caridade não é esquecida entre as confrarias religiosas. No caso português, "a Santa Casa da Misericórdia desempenhou desde o século XVI importante papel nos estabelecimentos hospitalares, inclusive na cidade do Porto. Num período de crescimento e desenvolvimento urbano, tornara-se necessário construir um espaço específico para tratamento dos doentes" [SILVA, 2014:710]. No século XVIII, a cidade conheceu um momento de prosperidade que correspondeu também a um desenvolvimento urbanístico, muito graças ao crescimento do comércio do vinho do Porto e à ação dos Almadas [FERREIRA-ALVES, 1987]. A Misericórdia do Porto, continuado a ocupar um papel primordial na assistência aos pobres e aos doentes, reconhecendo as limitações físicas do antigo edifício às Ruas dos Caldeireiros/ Rua das Flores e a necessidade de aplicar novos conceitos próprios às práticas médicas e cirúrgicas, resolve arrancar com a construção de um novo hospital.

As condições de salubridade do burgo continuavam no século XVIII, muito propícias à propagação de doenças. Ruas sujas e estreitas, casas sem ar e sem luz, chafarizes e fontes que serviam não só para o abastecimento de água à população, como lugar de lavagens várias [BASTO, 1931]. No Porto em crescimento era necessário melhorar os cuidados de saúde dos doentes, sendo que o seu número ia aumentando

significativamente. Assim sendo, a Santa Casa da Misericórdia procurava, no século XVIII, um modo de criar um hospital que viesse acompanhar e apoiar o crescimento urbano que se vivia, tendo pedido autorização ao rei para que se pudesse erguer um novo estabelecimento de saúde em São Lázaro. No entanto, apesar do monarca D. José ter concordado com as vantagens desta nova construção para a cidade, não aprovou a localização proposta, sendo que neste local o abastecimento de água seria escasso para o hospital, para além de se encontrar longe das portas da cidade (Figura 20). O local aprovado foi, então, um terreno fora das muralhas da cidade, onde se poderia utilizar a arca da água que chegava do manancial de Paranhos. Existia ainda neste espaço, um curso de água (o Rio das Virtudes), que mais tarde virá a ser canalizado.

> Assim, podemos considerar que o local para a construção do novo hospital foi escolhido em função das teorias higienistas da época, pois a qualidade do ar e da água era fundamental. Era também essencial que o hospital ficasse fora das antigas muralhas, acompanhando o crescimento da cidade [SILVA, 2014: 715].

Na carta régia mencionada fica claro que a supervisão da construção do novo edifício era da responsabilidade de João de Almada e Melo, na sua qualidade de intendente das restantes obras públicas da cidade. Para além de sabermos já que este homem foi extremamente relevante na história do Porto, neste caso de estudo é importante também salientar que foi provedor da Santa Casa da Misericórdia a partir de 1772.

Pode-se compreender a partir de uma carta também destacada pela autora Helena Silva, dirigida ao Provedor D. António de Lencastre, que John Carr, o arquiteto responsável pela proposta de construção, já era extremamente reconhecido no norte de Inglaterra, principalmente em Yorkshire. O Hospital de Santo António não foi o seu primeiro projeto hospitalar. Carr afirma, neste documento, que se encontrava no momento a construir um hospital para doenças várias, identificado pelos estudiosos como o hospital da "General Infirmary" de Leeds. Conclui-se, também, a partir desta carta, que o projeto do hospital portuense era tema de conversa em Inglaterra, nomeadamente com o próprio rei, que também observou o projeto com aprovação:

> […] *a design which the King of England has seen with admiration and approbation, he desired to see it, having heard so great an account of it and of*

> *the noble founder Don Antonio de Lancaster from a great many noblemen of my acquaintance* […] [CARR, 1769].

Esta relação próxima de Carr com a família real só vem reforçar a ideia de que é um homem de facto importante no seu país, e muito valorizado pelo seu trabalho. Apesar de, também nesta carta, o próprio Carr aceitar o orçamento proposto de 500£, não deixa de afirmar que este valor, em Inglaterra, não faria jus ao seu trabalho. No entanto, sentindo-se honrado pelo interesse de D. António de Lencastre, provedor da Misericórdia, Carr refere que aceita este valor:

> […] *but the honor and pleasure of being employed by your Lordship, and the hopes I have of seeing some part of the design erected I shall not ask more of your Lordship than the above sum of £500* [CARR, 1769].

Os projetos e as plantas para o novo hospital foram enviados por via marítima por intermédio do capitão Robert Schonwar, que regressaria ao Reino Unido com o pagamento das 500 libras acordado. Nas plantas de Carr, pode-se observar um espaço de forma quadrangular, onde, ao centro, se pode encontrar uma espécie de pátio interior, relembrando a função de um claustro (Figura 21). Este projeto não era uma novidade, seguia a tipologia hospitalar que já se vinha a observar anteriormente, também no Reino Unido, sendo um espaço organizado como residência, que se desenvolve em torno de um pátio central. Este edifício cria uma circulação bastante fluida no seu interior, sendo que esta é feita através de corredores interiores. Segue claramente as formas arquitetónicas neopalladianas, simétricas, extremamente sóbrias e horizontais. Mais uma vez, Carr traz estes ideais observados no Reino Unido em casas de campo de aristocratas e edifícios públicos [SILVA, 2014]. No entanto, o que diferencia este hospital dos restantes da mesma tipologia e cronologia? Os materiais. No Reino Unido, prevaleciam as construções em tijolo, mas, no Porto, o granito era o material de eleição.

Os espaços mais abertos ao público estavam localizados mais próximos da entrada, assim como era característico nas mansões palladianas ou mesmo em hospitais britânicos. Contrapondo-se a este facto, os espaços mais privados e restritos estavam reservados aos pisos superiores [FORTY, 1980]. Ou seja, no piso térreo do Hospital de

Santo António, Carr projetou as salas de receção dos doentes e enjeitados, as salas para tratamento dos pacientes não hospitalizados e ainda outra sala em que "os médicos, cirurgiões e boticários faziam as suas juntas (ou consultas)" [SILVA,2014: 717]. O segundo piso do Hospital servia para acolher as enfermarias, havendo uma separação de acordo com a patologia dos pacientes (lado norte para a ala das febres, lado poente para leprosos, feridos e doentes particulares, lado sul para doenças venéreas e doentes entrevados, e lado nascente para doentes tuberculosos). No mesmo piso haveria espaço ainda para um conjunto de serviços, nomeadamente alojamentos, salas de visitas e ainda quatro salas com cisternas para abastecer de água cada um dos andares. Carr tinha ainda previsto a construção no lado poente de balcões ou varandas em que os doentes pudessem passear e "gozar do ar". O terceiro piso, espaço ainda mais privado e restrito, acolheria os enjeitados e as suas amas [FERREIRA-ALVES, 1987]. Apesar do projeto final exceder o orçamento da Santa Casa da Misericórdia do Porto, em 1770 iniciaram-se as obras, juntamente com uma cerimónia de lançamento da primeira pedra que incluiu uma procissão desde a Igreja da Misericórdia, na Rua das Flores, até ao local onde seria erigido o futuro estabelecimento hospitalar. Artur de Magalhães Basto faz uma apreciação bastante interessante da relação entre este estabelecimento de caridade e a Santa Casa da Misericórdia, diz mesmo que estes se confundem:

> É curioso até que dizendo-se, no Porto, Hospital da Misericórdia, toda a gente sabe que se quer mencionar este Hospital, apesar da Santa Casa ter tantos outros; e não falta, mesmo, quem julgue que a Misericórdia, instituição admirável com mais de quatro séculos de existência, é simplesmente este Hospital [BASTO, 1931: 8].

O Hospital teve origens humildes, tendo sido construído lentamente, de acordo com as possibilidades, por um grupo de homens bons e generosos, dedicados de forma piedosa à Irmandade [BASTO, 1931].

A verdade é que, apesar de todas as preocupações de higiene e distinção de espaços para cada especialidade de Carr, e também por falta de capital, as obras foram interrompidas várias vezes e o espaço foi alvo de várias críticas, mesmo por parte de alguns médicos. Apesar deste estabelecimento se ter tornado no maior da idade do Porto, e um espaço particular para nao tratamento de doentes administrado pela santa

Casa da Misericórdia. O projeto de John Carr não foi inteiramente concretizado, sendo que apenas a fachada do lado nascente foi terminada, assim como uma certa parte das fachadas norte e sul [SILVA, 2014: 718].

Já nos anos trinta do século XIX, o médico Costa Simões manifestou a sua opinião sobre o Hospital de Santo António, considerando que este era uma "escandalosa monstruosidade", construída com dinheiro dos pobres e que este "ostentava a sumptuosidade de um palácio real dos mais imponentes, absolutamente inútil e impróprio para as atividades hospitalares" [SIMÕES, 1833: 27-28]. Estas afirmações subentendem que Carr projetou um edifício dispendioso e, talvez, demasiado monumental para aquilo que seria necessário tendo em conta a sua função. O facto de as obras terem sido tão prolongadas, fez com que os conceitos de sistemas de ventilação, abastecimento de água e esgotos, definição de espaços separados entre enfermarias não tivessem sido concretizados com sucesso, dando origem a estas críticas sobre falta de condições de higiene no hospital [SILVA, 2014]. Outro crítico do espaço foi João Mendes Osório, mesário da Misericórdia do Porto. Este apontou diversos defeitos ao hospital, e propôs ainda a construção de um novo hospital, afirmando que as enfermarias de dimensões reduzidas e sombrias se caracterizavam por uma falta enorme de higiene, desagradando qualquer um que ali entrasse [OSÓRIO, 1868]. Compreende-se que as ideias de Carr eram demasiado ambiciosas para os recursos que existiam disponíveis para esta construção, o edifício deveria ter o dobro das camas que tinha, segundo Costa Simões, que apresentou um projeto para uma nova construção, composto por pavilhões, com ventilação apropriada, aquecimento e esgotos. O médico defendia que o Hospital de Santo António era um ótimo edifício para muitas repartições públicas, mas um péssimo abrigo para um hospital, como deveria ser o da Misericórdia do Porto" [SIMÕES, 1883].

Apesar de todas as opiniões manifestadas contra este complexo hospitalar, é indubitável que fez parte de um momento de desenvolvimento urbanístico no Porto que se viveu ao longo dos séculos XVIII e XIX. Ao longo do século XIX, foram sendo efetuadas obras para que se melhorasse as instalações e para que as críticas por parte dos médicos pudessem ser amenizadas, priorizando a melhoria das condições de higiene e conforto dos pacientes. Até à sua nacionalização, o Hospital de Santo António continuou a ser

administrado pela Irmandade da Santa Casa e continuou a ser o mais importante estabelecimento de saúde no Porto, pelo menos até à construção do Hospital de São João em 1959 [SILVA, 2014]. No final do século passado, o Estado português construiu um outro edifício nos terrenos do Hospital de Santo António, aumentando a sua capacidade e melhorando cada vez mais as condições para médicos, enfermeiros, auxiliares, doentes. Este Hospital, ainda hoje em funcionamento com a sua função original preservada, é um dos maiores e mais importantes da cidade, também pelo facto de ser o Centro Hospitalar Universitário, que dá apoio à aprendizagem dos alunos de medicina do Porto e de acolher alguns dos melhores profissionais de saúde do país.

3.4 Conjunto Monumental dos Clérigos

Atualmente, aquilo que agora se chama de complexo da Igreja e Torre dos Clérigos, oferece uma extensa possibilidade de visitas, quer virtuais, quer presenciais, que se pode conhecer a partir da plataforma digital[3]. Para além de possibilitar o conhecimento do espaço, existe também uma secção de informação histórica do conjunto, o que beneficia sempre quem tenciona fazer a visita, sendo que se poderá preparar para ver no espaço edificado.

Uma característica inovadora desta plataforma consiste na visita virtual de 360º, onde qualquer pessoa pode caminhar pelo espaço, observando cada sala a partir de uma imagem de 360º (figura 23). Este instrumento foi bastante utilizado no período de confinamento devido à pandemia, e, como podemos observar, alguns locais turísticos continuam a utilizar esta ferramenta, bastante útil ao visitante.

Relativamente às visitas, o conjunto monumental também oferece algumas opções para quem pretende conhecer o local, tais como visitas diurnas, noturnas, livres ou guiadas. Sendo que este espaço é hoje utilizado para fins culturais e turísticos, a entrada tem na maioria dos casos um preço associado, no entanto, alguns visitantes têm isenção, como é o caso do Clero, Escuteiros, Exército, Marinha, Força Aérea, PSP e GNR. As escolas, universidades e academias seniores usufruem também de descontos no que toca aos bilhetes, incentivando, deste modo, um serviço educativo e um caráter pedagógico que colabora com os serviços que tutelam o património da cidade [www.torredosclerigos.pt]. O objetivo deste serviço é impulsionar e influenciar uma partilha multicultural e entre grupos de proveniências e idades distintas. Para tal, existe uma organização de visitas guiadas temáticas, onde a mediação da visita é adaptada aos interesses do público. Apesar de serem realizados diversos eventos culturais neste espaço, como é o caso de concertos de órgão de tubos ou de coros, ainda se mantém o uso primitivo da igreja dos Clérigos em funcionamento, sendo que todos os domingos se realiza uma eucaristia às 21h30. Apesar deste conjunto dos Clérigos ser, de facto, uma das principais atrações turísticas da cidade o Porto, é importante salientar que, com a evolução e transformação

[3] http://www.torredosclerigos.pt/pt/

dos usos do património, deve-se sempre que possível ter em consideração aquilo para que um espaço foi construído. Apesar de ser vantajoso a existência de um bem patrimonial tão reconhecido na cidade e a possibilidade de oferecer conhecimento a quem visita, optou a Irmandade dos Clérigos por preservar a função original e o caráter litúrgico da igreja.

Em 2014, foi feito um estudo por Fábio Lourenço e Carlos Costa, no contexto da revista "Turismo e Desenvolvimento", cujo objetivo era estudar a maneira como deve ser providenciado o património cultural, no caso específico do conjunto arquitetónico dos Clérigos. Este estudo foi construído com base na análise de aproximadamente vinte guias turísticos, publicados num intervalo de 150 anos. Estes autores destacam, e isto também pôde ser observado na visualização do site da Torre dos Clérigos, que um dos principais aspetos, que é sempre tido como destaque, é a altura da torre, quer seja através da referência exata, quer seja apenas um valor aproximado. Este fator é relevante sendo que este edifício era o mais elevado da cidade, demonstrando tanto o valor arquitetónico na cidade, como também um certo pragmatismo, visto que a altura da torre era útil para os navios que se aproximassem da zona da Ribeira, servindo como uma espécie de farol. Esta realidade do século XVIII e que mereceu destaque na altura, parece ter feito escola e foi sendo transmitida em guias de outras épocas. Outro dado quantitativo bastante utilizado para apresentar este edifício é o número de degraus que nele podemos encontrar – 240 – sendo que, a sua altura obviamente oferece uma vantagem, uma vista única e elevada da cidade do Porto [COSTA, LOURENÇO, 2014]. Estes aspetos parecem ser mais do campo das curiosidades do que é identificativo e revelador do conjunto. O tipo de literatura em análise também proporciona isto. Outros elementos valorizados nos guias são, desde cedo, a dimensão arquitetónica do edificado e o projeto de Nicolau Nasoni, sendo que o barroco na cidade é também um tema muito referido, relacionando-se obviamente com estes dois temas principais. Apesar disto, "certos aspetos são negligenciados, tais como: o grupo social responsável pela edificação – o clero portuense; o grande impulsionador, D Jerónimo de Távora e Noronha; as vivências em torno do conjunto arquitetónico dos Clérigos, a enfermaria dos Clérigos, etc." [COSTA, LOURENÇO, 2014: 210]. Os autores, na generalidade das descrições do conjunto monumental, principalmente nos guias mais antigos, dão

particular atenção ao edificado, ao património material e menor atenção ao imaterial. Este fator pode-se dever ao facto de, no século XIX, o barroco não ser visto com apreço, visto que nas sociedades liberais o barroco se associava ao absolutismo político e até às extravagâncias de soberanos e grupos da sociedade de antigo regime.

Estes são dois exemplos de descrições encontradas em duas edições dos guias de viagem, dois exemplos de publicações que se destacam a partir na segunda metade do século XIX, quando "o forte crescimento das viagens foi acompanhado também pelo crescimento de publicações de guias de viagem, como de Bradshaw's, Baedeker, Murray, e os livros de viagem com relatos mais pessoais de estadias ou passagens pela cidade. Já no século XIX, os autores dos guias oferecem aos seus leitores o que estes procuram: quais os locais a visitar e indicações sobre os mesmos. Na edição do guia Baedeker de 1908, como no de Murray de 1887, a Torre dos Clérigos está incluída no grupo de lugares ou edifícios que seriam interessantes numa visita, mas nenhum deles entende que fazem parte do grupo mais restrito dos que não se pode deixar de visitar [LUZ-SILVA, 2021].É na segunda metade do século XIX que se podem encontrar os primeiros indícios de turismo na cidade do Porto, com o aparecimento da agência Abreu em 1841, sinal de consumos e consumidores das práticas ligadas ao turismo. Os guias da cidade e região incluem conselhos sobre o núcleo de lugares imprescindíveis a uma visita.

Atualmente, todos os turistas que visitam a cidade do Porto, vêm com a expectativa de conhecer a Torre dos Clérigos, no entanto, a sua história e evolução interessa-nos mais do que este facto, no âmbito desta dissertação. Apesar destes dois elementos serem independentes, não se pode falar deste conjunto monumental em separado. A igreja e a torre funcionam em uníssono, principalmente a nível da sua estrutura arquitetónica, que inevitavelmente liga estes dois elementos. A construção deste complexo foi desafiante, devido a problemas técnicos e obstáculos administrativos, que puseram à prova a resistência da Irmandade dos Clérigos, mas a vontade e incentivo desta Irmandade acabou por ser crucial à conclusão do conjunto que se tornou único na cidade do século XVIII [LOPES, QUEIROZ, 2013]. É inquestionável o facto de que esta monumental Torre remata o centro histórico do Porto de forma imponente e harmoniosa em simultâneo, localizando-se num local privilegiado da cidade, próximo de

vários pontos de passagem principais, alguns deles também aqui incluídos dentro dos casos de estudo. A torre, tornou-se um símbolo da cidade do Porto, daí estar presente em vários guias da cidade ao longo dos tempos e, mais recentemente, foi incluída em páginas oficiais da cidade como o ícone, por excelência. Pareceu às entidades oficiais que este edifício poderia ter traços especiais e tornar-se num símbolo, situado num lugar central da cidade [COSTA, LOURENÇO, 2014]. Para estes outros divulgadores do Porto, junto da atividade turística a torre emparelha o rio, a zona histórica da Ribeira e o dialeto dos portuenses, enquanto símbolos da cidade [COSTA, LOURENÇO, 2014]. Segundo esta interpretação, os símbolos, comuns a todas as cidades, normalmente relacionando-se com eventos históricos ou memórias do passado materializado no edificado, pretendiam ser sinais de poderes régios, religiosos, estatais. No caso dos Clérigos, o símbolo encontra-se relacionado com uma Irmandade, que refletiria uma imagem do poder eclesiástico portuense, mesmo não sendo este o objetivo inicial dos promotores da obra, [COSTA, LOURENÇO, 2014]. No entanto, apenas destacamos tanto este caso específico, pois é dele que tratamos neste capítulo, mas é certo que, dentro da cidade do Porto, existem inúmeros outros exemplos de pontos de atração que o visitante contempla habitualmente, contribuindo para a criação de uma memória e imagem que permanece e deixa uma vontade de regressar.

Sabemos que o património cultural é um dos principais fatores que o motivam, e vários autores assim o consideram, como Elizabeth Murphy e Douglas Pearce, afirmando que o património pode mesmo contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde se insere, desde que seja alvo de uma utilização cautelosa por parte do turismo [PEARCE, 1989]. O grande desafio da atualidade, e no caso do Porto concretamente, é poder manter o património cuidado e preservado, e sabemos que, cada vez mais, são pensadas medidas para que tal continue a acontecer e seja melhorado. Neste contexto, podemos denotar que o desenvolvimento do turismo, para além de beneficiar economicamente os países e as cidades, tem vindo a ter grande apoio por parte dos fundos estruturais europeus [JEFFRIES, 2001]. Neste caso, aborda-se apenas o património edificado, mas é importante salientar, mais uma vez, que não se limita a isto. Pode-se comprovar isto com os Clérigos, que para além da evidente dimensão arquitetónica, carregam ainda

uma dimensão histórica, económica, sociológica, turística, política e religiosa [COSTA e LOURENÇO, 2014].

3.5 Centro Português de Fotografia/ Cadeia e Tribunal da Relação

O atual edifício do Centro Português de Fotografia do Porto foi, em tempos, um espaço extremamente importante para a cidade: A Cadeia e Tribunal da Relação. O tribunal superior, Casa da Relação foi criado por Filipe II em 1582, com o objetivo de encurtar as distâncias na administração da justiça superior. São abrangidas por este tribunal as comarcas judiciais de todo o Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira (com exceção de Castelo Branco) e ainda as Comarcas de Esgueira e Coimbra, na Estremadura [CARDOSO, 2009, tabela 4]. O edifício que o devia albergar é mandado construir no espaço próximo da Porta do Olival, dentro de muros, em área de recente e rápida transformação urbana, próximo ao Mosteiro de S. Bento, mas desaparece num incêndio algumas décadas depois (1632) [SANTOS, 1999: 74]. Em várias descrições da cidade, como a de Pereira de Novais, faz-se referência a um novo edifício acima do Mosteiro de S. Bento, mas sem grande precisão. Segundo Ferreira-Alves, um dos edifícios que mais sofreu com o terramoto de 1755, na cidade, foi a Cadeia e Tribunal da Relação, que desde 1750-1751 se encontrava em obras. O estado de degradação do mesmo tinha tornado imperativa a obra. Desde 1751 que o tribunal passou a reunir fora em diferentes edifícios. A parte da cadeia mantém-se até ruir em 1755. Na documentação endereçada ao rei, entre 1750 e 1755, colocando a necessidade das obras, usa-se o termo ruína e fala-se de escoramentos das paredes que restam para que a população prisional possa continuar aqui, determinando-se que a obra se deverá fazer de modo faseado, mantendo o funcionamento da instituição. Os planos anteriores aos anos 1760 são da autoria de Nicolau Nasoni. Em relação ao edifício não só foi discutida a sua implantação, decidindo que continuaria no mesmo espaço dentro de muros, ao contrário da proposta que o transplantaria para o largo do Olival ou para a Cordoaria, como também a necessidade de recriar esta zona, construindo uma fonte, desembraçando as vias adjacentes, conferindo monumentalidade à fachada principal.

Este aspeto foi retomado pelo projeto entregue ao arquiteto responsável pela reformulação do espaço urbano lisboeta, o engenheiro Eugénio dos Santos e Carvalho, selecionado por João de Almada e Melo, para a obra que se haveria de construir a partir de 1767 [FERREIRA-ALVES, 1999: 478-488]. A obra de construção deste edifício localizado em pleno centro histórico do Porto, no Campo do Olival, durou cerca de trinta

anos e consumiu uma parte significativa dos recursos financeiros disponíveis para as obras públicas na cidade. A primeira sessão no Tribunal ocorreu no início do ano de 1797. A prisão já funcionava então nas novas instalações há 10 anos. Desde a sua construção até ao abandono do imóvel, que se deu após o 25 de abril de 1974, observaram-se diversos registos do estado de conservação do edifício, que nos ajudam a compreender o estado em que outrora se encontrava, desde presidentes da Relação, ao próprio monarca D. Pedro V, que queria mandar arrasar o edifício, até Camilo Castelo Branco (que também aqui esteve preso entre 1860 e 1861, julgado por um crime de adultério). No século XIX, um dos membros do aparelho judicial afirma:

> Contrasta singularmente a apparencia exterior do sumptuoso Edifício da Cadeia da Relação com a mizeria do interior, na parte destinada para a Cadeas […] As Cadeas da Relação não teem melhorado a par das ideas do seculo em que vivemos- nenhum efeito salutar da civilização alli tem chegado, e podem dar mais uma idêa dos antigos Cárceres das Nações e Governos bárbaros, do que das Cadêas dúm Paiz livre e civilizado" [Ofício do Procurador Emílio Correa de Sá Brandão de outubro de 1850 transcrito em CASTRO, 2017: pp. 111-113].

A ruína mantinha-se, permanecendo a estrutura deste edifício deteriorada e, segundo algumas opiniões, pronto para demolição. Em 1937 a área do Tribunal foi abandonada, e a da Prisão em 1974, quando os últimos presos foram transferidos para a nova instituição prisional do Porto, em Custóias. A partir deste momento, o edifício caiu no abandono e o Estado pouco ou nada se interessou por ele ou pela sua reabilitação. Torna-se alvo de intrusões, de degradação e destruição do seu interior [CASTRO, 2017] As razões da depauperação e abandono ligam-se ao desinteresse por parte dos ministérios da tutela, à falta de recursos financeiros para obras de manutenção; a obras realizadas de forma errada e pensadas apenas a curto prazo; a questões da política partidária e à falta de planos estratégicos baseados em diagnósticos informados e não sonhados ou idealizados segundo as tendências político-partidárias, que considerem as novas necessidades da cidade. Toca às empresas responsáveis pela manutenção urbana e à própria Câmara Municipal evitar que se repitam.

Em 1987 o edifício foi cedido ao Instituto Português de Património Cultural por parte da Direção Geral do Património do Estado (DGPC), e começam a surgir intervenções para

remediar o estado decadente do edifício, que foram acompanhadas de trabalhos intensivos de avaliação arqueológica, investigação histórica, estudo dos materiais, para que fosse desvendada a estrutura original do edifício, para que a sua essência não fosse perdida nestas intervenções, respeitando a originalidade do mesmo [CASTRO, 2017]. Cerca de dois anos mais tarde, foi entregue o projeto de recuperação e remodelação ao arquiteto Humberto Vieira assim como ao Gabinete de Organização e Projetos. A obra demorou e no ano de 2000, visando adaptar o edifício à sua nova funcionalidade - abrigar o Centro Português de Fotografia no ano seguinte - deram-se as últimas intervenções, a cargo dos arquitetos Eduardo Souto Moura e uma vez mais, Humberto Vieira.

Tabela 4: Área de Jurisdição da Relação e Casa do Porto.

Províncias	Comarcas
Trás-os-Montes	Bragança
	Mirandela
	Moncorvo
	Vila Real
Entre Douro e Minho	Barcelos
	Braga
	Guimarães
	Penafiel
	Porto
	Valença
	Viana do Castelo
Beira	Arganil
	Aveiro
	Feira
	Guarda
	Lamego
	Linhares
	Pinhel
	Trancoso
	Viseu
	Exceto a comarca de Vila de Castelo Branco
Estremadura	Apenas as comarcas de Coimbra e Esgueira

Fonte: CARDOSO, Maria Teresa (2009). O Sistema Prisional Português no século, p.254

Ainda existe necessidade de assegurar a sua conservação, principalmente para que não se volte a cair no erro de abandonar o espaço, retomando o estado degradado. O ponto fulcral neste caso é garantir a estabilidade da estrutura e assegurar a preservação dos materiais pétreos e metálicos que são parte da essência do monumento desde a sua

construção. Os objetivos atuais do Centro Português de Fotografia passam pela conservação, valorização, proteção legal do património, neste caso fotográfico, formulando políticas e técnicas de arquivo, permitindo o acesso a informação fotográfica, "em benefício das presentes e futuras gerações como fonte de conhecimento para o desenvolvimento cultural, social e económico" [CASTRO, 2017: 118].

Apesar da recuperação e das intervenções ocorridas neste edifício, descritas por uma das responsáveis pelo património na DCRN, arquiteta Isabel Sereno no Dia Internacional do Monumentos e Sítios no Centro Português de Fotografia, como tendo passado pelas fases de remoção do lixo urbano deixado no local e que tinha implicações na saúde pública, a remoção de materiais de construção do edifício apodrecidos, mas também de bens móveis de todo o tipo que não tinham sido retirados do edifício aquando das mudanças e finalmente a remoção de todos os elementos espúrios para que se pudesse obter uma visão do espaço arquitetónico, foi depois necessário garantir a estabilidade da estrutura e assegurar a preservação dos materiais pétreos e metálicos que são parte da essência do monumento desde a sua construção.

A intenção do Ministério da Cultura ao atribuir esta nova função ao edifício reside na vontade de fazer renascer a cultura fotográfica, num período em que começaram a surgir também mais escolas de fotografia e alguns festivais relacionados com esta arte. Os objetivos atuais do Centro Português de Fotografia passam pela conservação, valorização, proteção legal do património, neste caso fotográfico, formulando políticas e técnicas de arquivo, permitindo o acesso a informação fotográfica, *"em benefício das presentes e futuras gerações como fonte de conhecimento para o desenvolvimento cultural, social e económico"* [CASTRO, 2017: 118].

No CPF podem encontrar-se exposições fotográficas nacionais e internacionais de fotografia contemporânea, e também utilizar o espaço de forma interativa, sendo que oferecem algumas experiências relativas à prática da fotografia, onde o visitante se pode envolver com a exposição. Existe também uma exposição permanente do núcleo museológico, onde se passam a conhecer máquinas fotográficas antigas [Centro Português de Fotografia, Serviços- www.cpf.pt]. Para além disto, o CPF é um local útil para os estudiosos ou curiosos deste tema, sendo que também se pode encontrar uma

biblioteca especializada onde se pode fazer pesquisa ou investigar sobre a arte da fotografia. Para além disto, como o espaço foi musealizado, também se acrescentou ao CPF uma loja para os visitantes e uma equipa de serviço educativo que pode acompanhar os visitantes através de visitas guiadas. Apesar de, talvez, o público-alvo deste local ser mais específico, e menos apelativo para o visitante comum, pouco sensibilizado para a fotografia, a musealização e arquivo aqui concebidos, deram um sentido novo a este espaço e edifício, beneficiando o Centro Histórico do Porto, oferecendo-lhe esta cultura fotográfica que raramente se poderia encontrar na cidade. Sendo que a entrada é, atualmente, gratuita, as pessoas são mais facilmente incentivadas a fazer a visita, mesmo aquelas que à partida não se interessariam por visitar uma exposição fotográfica. De certo modo, isto consiste um mecanismo de mediação cultural, onde uma arte específica é promovida dentro da cidade (tanto para moradores, como para visitantes ou turistas), e visto que se localiza num espaço privilegiado do Centro Histórico, perto de pontos de passagem essenciais do Porto, sem dúvida que vem enriquecer a cidade e oferecer conhecimento e gosto pela fotografia contemporânea.

De um património funcional ligado ao modo como se construiu a justiça em Portugal ao longo de vários séculos, no Tribunal da Relação, e na penalização de quem era sentenciado em ser privado da sua liberdade – na cadeia num estudo por amostragem passaram no ano de 1737, 1349 presos, dos quais quase metade não conheceu este edifício por mais de 3 dias [CARDOSO, 2009: 257]. Há hoje uma apresentação com novas funções e objetivos. O espaço foi palco, durante alguns séculos, de aspetos bem menos trágicos do que a parte do edifício destinado às enxovias e prisões, e onde se projetam todos os elementos de reconhecimento cultural e social pelo papel de quem administra a justiça régia e depois republicana, na opinião pública. Ser-se desembargador do tribunal de segunda instância significava um alto prestígio na sociedade dos séculos XVII e XVIII, porque significava estar mais próximo da fonte de justiça, o monarca. No sistema liberal a justiça é reconhecida como um poder próprio e já não decorrente do poder absoluto do rei. E quem a administra passará a gozar de novo estatuto social e político, sem que o antigo edifício se desmorone. Ou seja, neste espaço que se queria na expressão edificada na segunda metade do século XVIII, sublinhada na conceção e nos

ornamentos, celebrar o caracter superlativo da administração da justiça, forma elevada do poder régio, mas que também, e decorrente da mesma justiça, servia de palco a algumas misérias humanas e que contrastavam com a monumentalidade imprimida ao edifício, traduz-se agora uma nova conceção de sociedade. Para uma parte da população mais idosa do Porto ainda hoje há lembranças bem vivas desta realidade e que se expressam num misto de comiseração e desdém pelos presos. Para os novos utilizadores, os visitantes quer do edifício, quer do Centro Português de Fotografia, a atenção e sintonia provém de noções de património como um valor a cultivar. Culto da memória e da história, tanto quanto a formação escolar, as leituras feitas, a perceção ideológica e o envolvimento na cidadania, permitem entender as realidades e a informação que é transmitida. Com exceção dos que, por razões profissionais, pessoais e familiares estão ligados ao mundo da prisão, esta é uma vertente da sociedade atual que se prefere ignorar genericamente. Para esta realidade plasmada no edifício, mesmo que seja uma realidade do passado, os visitantes podem compreender uma ligação de sensibilidade com o Centro Português de fotografia, pela sua longa e pesada história.

3.6 Convento dos Carmelitas Descalços

No início do século XVIII implantou-se no Porto o convento das Carmelitas - Convento das Carmelitas Descalças de Santa Teresa e S. João da Cruz, denominado de convento de S. José e Maria das Carmelitas Descalças, fora das muralhas da cidade e perto do local onde já se encontravam há 85 anos os padres Carmelitas, próximo do Olival. Em julho de 1702 a Câmara Municipal do Porto concedeu licença para a edificação do convento que tinha obtido proteção régia e que se implantou num espaço que se começara a estruturar, no século anterior, em termos de vivências religiosas dos habitantes: existia aí um Calvário, elemento central da prática pública de oração penitencial da via-sacra, que estava em voga na época [AZEVEDO, 2001]. Não muito longe ficava a cerca do Recolhimento do Anjo e o Colégio dos Meninos Órfãos [PEREIRA, 2007: 298]. Pouco mais de um século depois viria a conhecer o destino das outras ordens religiosas e desaparecia a sua presença, no Porto. Aquando da extinção já as freiras assustadas com a guerra civil tinham abandonado o edifício.

A extinção dos conventos em Portugal, no século XIX, marcou o destino dos edifícios que os abrigavam, sendo, ainda hoje, debatido o significado das suas heranças, apelando a novos ou repetidos conceitos, sendo que, a extinção dos conventos no Porto levou a várias soluções de integração destes conjuntos na malha urbana [PEREIRA, 2007]. No período seguinte à extinção dos conventos, observaram-se várias soluções de intervenção nestes espaços, incluindo os que foram inteiramente destruídos, (São Bento da Avé Maria, São Domingos, Congregados, Loios); e os que mantiveram a totalidade ou parte das suas estruturas, funcionando com diferentes ocupações [PEREIRA, 2007: 7]. No entanto, todos eles sofreram mudanças significativas, tendo sido readaptados.

As alterações funcionais deste espaço são inúmeras e de diversas tipologias, o que fez com que, com o passar dos anos, o imóvel nunca tenha deixado de estar ocupado e o seu caráter comercial foi-se acentuando. Após um incêndio em 1872, construiu-se, no terreno adjacente ao edifício, um barracão que serviu para exibição de peças de teatro e após a sua remodelação passou a ser conhecido como Teatro de Variedades, até à década de 90 do século XIX, quando a concorrência começou a crescer e as instalações se começaram a desadequar. No entanto, no final do século, nesta zona envolvente do edifício do convento, já se encontravam instalados vários estabelecimentos voltados

para a praça de Guilherme Gomes Fernandes e para a Rua de Santa Teresa (Figura 33). Durante várias décadas, era na Praça de Santa Teresa que os portuenses iam comprar pão, local junto aos Clérigos, e onde o cariz comercial permanecia, com a Feira do Pão. A tradição apenas começou a mudar quando a feira passou para o antigo Mercado do Anjo, na Cordoaria, e a Praça passou a denominar-se de Praça de Guilherme Gomes Fernandes [Histórias da cidade: era uma vez a praça onde o Porto ia comprar pão, notícias Câmara Municipal do Porto- sociedade, novembro de 2021- https://www.porto.pt/pt/noticia/historias-da-cidade-era-uma-vez-a-praca-onde-o-porto-ia-comprar-pao].

Apesar de toda esta dinâmica em torno do antigo convento, ainda sobrava, em meados do século XIX, dentro da cerca, espaço para a instalação de um mercado onde se comercializava uma variedade de artigos usados (o cariz comercial sempre presente nas transformações deste edifício). Os vendedores da antiga Feira da Ladra vieram construir neste local o mercado que ficou conhecido como "Ferros Velhos", onde se podia encontrar:

> …tudo quanto a mais caprichosa fantasia pudesse inventar e apetecer: roupas de homem e de mulher, livros, fechaduras, tachos, calçado, bacias, grades, colchões, espelhos, tapetes, cortinas, pregos, ferros de brunir, lavatórios, cadeiras, armários, louças, chapéus, espadins, candeias, tabuleiros, vidraças, portas, caixas, baús, mesas, pistolas, bacamartes, vestuários completos do século XVIII, chapéus armados, retratos, paisagens, sobrecasacas e capotes do tempo da revolução de 20 e dos patriotas da Junta [PEREIRA, 1914: 123].

O atual aspeto da zona é relativamente recente, já dos inícios do século XX, período em que se conseguiu eliminar a ocupação da feira dos "Ferros Velhos". Até pouco tempo antes desta demolição, o espaço era ermo e sombrio [Jornal de Notícias, Ferros Velhos, uma feira permanente de farrapos e cacos- https://www.pressreader.com/portugal/jornal-de-noticias/20220410/281934546480289]. Atualmente, este espaço, que vai da Praça da Liberdade até à Praça Guilherme Gomes Fernandes, caracteriza-se, de facto, por um requinte arquitetónico, com várias obras do ilustre arquiteto Marques da Silva e exemplares de edifícios *Arte Nova*. No entanto, permanece uma ocupação retalhista

intensa, que cria uma discrepância comercial entre as praças da Liberdade e de Carlos Alberto e o eixo dos Clérigos-Carmelitas.

A ordem dos Irmãos Descalços de Nossa Senhora do Monte do Carmo, vulgarmente chamas de Carmelitas Descalços, começou a construir entre 1619 e 1622, o seu mosteiro no Porto, não muito longe do largo do Olival e da Alameda da Cordoaria. De tal modo foi marcante a sua presença, até por a Ordem Terceira do Carmo ter vindo encostar-se a este conjunto, com a sua igreja própria, que este espaço veio a ser conhecido como topónimo, ainda hoje referência na cidade, do Carmo. Os frades carmelitas encontravam-se já no Porto desde 1617, tendo-se instalado em casas na rua de S. Miguel, junto ao mosteiro de São Bento da Vitória. Em 1619 é colocada a primeira pedra, e em 1622 já foi possível aos frades começarem a ocupar os dormitórios, mesmo sem as obras terem terminado completamente. A obra de pedraria e carpintaria da igreja ficou pronta bastante tempo mais tarde, 1628, sendo que os trabalhos de talha e douramento do altar-mor e dos retábulos, se prolongaram até à década de 50 [Programa Passo a Passo com Germano- o Porto com História, visita O Mosteiros Antigos da Cidade[4]].

Após a fundação da Ordem por Santa Teresa de Jesus, no século XVI, a presença dos Carmelitas Descalços em Portugal foi imediata. Teresa de Ávila e João da Cruz interpretam alguns dos sinais do mundo em que vivem, como razões para reformarem a ordem em que professaram, no sentido dos ideais de mudança que se fazem sentir no século XVI, no seio da igreja. Separam-se da Ordem do Carmo e fundam os primeiros conventos das Carmelitas Descalças, em Ávila, em 1562, e o ramo masculino em Duruelo, seis anos depois [MARINHO, 2015]. Apenas em 1580 se oficializou a separação definitiva da Ordem dos Descalços em relação à primitiva Ordem Carmelita, assim como o regresso à exigência e rigor da Regra de 1247, considerada mais fiel ao espírito das origens no Monte Carmelo e à primitiva Regra de Santo Alberto [VEIGA, 2010]. Tratando-se de uma Ordem reformada, não podemos prescindir das suas origens, “uma vez que Santa Teresa quis voltar ao espírito dos santos Padres do Monte Carmelo - uma cordilheira que se estende em direção noroeste, desde Meggido até ao Mediterrâneo

[4] Informação disponível em http://www.torredosclerigos.pt/pt/noticias-e-eventos/noticias/passo-passo-com-germano-3-visita/ (consultado a 27/09/2022)

[VECHINA, 2013: 2]. Foi então graças à vontade de Santa Teresa que esta Ordem se estabeleceu em Portugal, vontade esta descrita pelo Padre Jeremias Vechina deste modo:

> Pela relação que a Santa Madre tinha com alguns portugueses e concretamente com o seu amigo D. Teotónio de Bragança era seu desejo fundar em Portugal e precisamente em Évora onde D. Teotónio era Arcebispo. Certamente que Santa Teresa o teria levado a cabo se não se tivesse precipitado a guerra da sucessão e a sua morte [VECHINA, 2019: 25].

O facto de os fundadores apelarem a uma reforma, num contexto tão exaltado quanto o do século XVI, despertou paixões e adesões, mas também suspeitas por parte de vários bispos europeus. Será pelo exemplo de observância, mas também de reconhecimento do que é natural à humanidade, que Teresa de Ávila conseguirá difundir um pouco por toda a parte o novo carisma.

Devido à enorme vontade de muitos portugueses terem em Lisboa as Carmelitas Descalças, "sucedeu-se o estabelecimento do primeiro convento feminino, tendo sido decidido que a sua prioresa seria Maria de São José que, educada por Santa Teresa, conhecia muitíssimo bem a espiritualidade teresiana. Com ela chegaram a Lisboa, no dia 24 de dezembro de 1584, mais três religiosas" [MARINHO, 2015: 43]. Segundo o Padre Jeremias Vechina, os Carmelitas ganharam fácil e rapidamente a simpatia dos lisboetas pela fama que tinham, de serem religiosos austeros e observadores. Este facto observava-se nos grandes donativos que recebiam em imagens, quadros e joias para o culto, com grande valor artístico [VECHINA, 2019]. Os espaços conventuais da nova ordem religiosa ganharam muito valor artístico, tendo sido objeto de diversas campanhas decorativas, que ofereceram ao espaço obras de pintura, escultura, talha e azulejo.

No Porto, após o lançamento da primeira pedra do novo convento dos padres Carmelitas, em 1619, os projetos e construção ficaram a cargo dos padres Frei Tomás de S. Cirilo e Frei Soeiro da Ressurreição. Apenas em 1628 a comunidade inteira se pôde instalar definitivamente. O convento desenvolvia-se em torno de um claustro, como era comum, estando a igreja do lado nascente, com a capela-mor virada a norte, e os

dormitórios estendidos pelo corpo poente. Calcula-se que os restantes complexos, como as cozinhas e oficinas, se dispunham nas caves e no rés-do-chão. O edifício não apresenta uma fachada luxuosa ou de ostentação, mas sim uma aparência sóbria e de proporções discretas (Figura 28), como descreve Henrique Sousa Reis:

> Nada tinha de singular este convento na sua divisão interna, talhada em pequenas e estreitas celas; dormitórios extensos e baixos circundando um claustro, em cuja obra nada mais se buscou senão dar aos religiosos casa para habitarem, porém, a igreja é boa e toda coberta de entalha de madeira dourada [SOUSA REIS, 1999: 113].

O convento, tendo já sido descrito como de proporções discretas, teria apenas cerca de 50 religiosos, sendo um número bastante reduzido comparando com outros conventos da época. No período das invasões francesas, o espaço conventual foi ocupado por um regimento das tropas inimigas, que estabeleceram ali o seu quartel. A cerca era das maiores da cidade, mas foi demolida em 1832, próximo do período da extinção do convento, para possibilitar o alinhamento e alargamento da rua do Carmo, parcelada e vendida [PEREIRA, 2007].

Atualmente, a área do convento localiza-se numa área especial de proteção, sendo que a Praça Carlos Alberto se localiza no interior do perímetro inscrito na lista de Património da Humanidade. A sua função altera-se principalmente a partir de 1833, quando o convento foi extinto, mantendo uma função religiosa no espaço da igreja, mas, no espaço do antigo convento, situa-se o quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR) [SIPA, 2016]. Na página relativa à Igreja e Convento dos Carmelitas do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), podemos observar uma cronologia que nos ajuda a compreender o período de funcionamento do convento, assim como o funcionamento do mesmo dentro da cidade.

Ana Cristina Pereira apresenta-nos um estudo bastante aprofundado e interessante sobre os conventos do Porto e as suas transformações. Sendo que utiliza como casos de estudo o Convento dos Carmelitas Descalços e a Igreja dos Terceiros do Carmo, muito relevante neste âmbito. Refere o estado primitivo e atual dos edifícios e, neste caso, as funções mantêm-se semelhantes. Em termos do uso do espaço, a igreja mantém a sua

tipologia original. Encontrando-se aberta ao culto. Foi acrescentada a vertente turística, oferecendo a possibilidade de realizar visitas culturais. O uso das dependências e da cerca conventual foi alterado. O espaço atual está dividido entre a GNR e o que resta do Hospital da Ordem do Carmo. O quartel não alterou o edifício aquando da sua ocupação, apenas se alojaram no espaço pré-existente, adaptando a ele a sua vivência (Figura 29). Apesar da função ser diferente, as necessidades que o quartel precisa de oferecer não se afastam muito daquelas que o convento possuía: dormitórios, cozinha, refeitório, oficinas. Assim sendo, a ocupação foi quase "automática", mantendo-se até hoje traços do anterior edifício, com algumas alterações estruturais, mas identificando-se ainda elementos originais como espaços de circulação e dormitórios [PEREIRA, 2007]. Com o passar do tempo, denota-se "uma tentativa de mimetismo na imagem das fachadas das novas construções, tornando, no entanto, o trabalho de reconhecimento do original do antigo convento mais difícil de reconhecer" [PEREIRA, 2007: 275]. A GNR foi construindo e acrescentando novos corpos ao edifício consoante as suas necessidades, como foi o caso, nos anos 50, dos dormitórios do piso superior. Foram ainda acrescentados novos pátios nos corpos poente e norte, encostados aos limites do terreno, servidos por uma nova entrada rasgada no fim do corpo dos dormitórios a sul. Após 1994, ano da proposta de classificação do espaço, juntamente com a Igreja dos Terceiros do Carmo e sua sacristia, como Monumento Nacional, registaram-se várias intervenções e obras de restauro:

> De 1993 a 1955 a DGEMN executou trabalhos de reparação e beneficiação das cavalarias e picadeiro pela Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas, limpeza da fachada e restauro da talha da igreja. A Porto 2001 integrou o espaço do antigo convento, através de uma proposta da equipa do Arquiteto Camilo Cortesão [PEREIRA, 2007: 275].

3.7 Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo

A Igreja dos Terceiros do Carmo encontra-se a nascente da Igreja dos Carmelitas, sendo as suas fachadas praticamente adjacentes. Associada à Ordem do Carmo, os Terceiros Carmelitas fazem parte do movimento que tantos leigos congregou ao longo do período moderno, na cidade do Porto. Se a seguinte definição se refere à atualidade, ela pode sugerir alguns dos traços essenciais destas entidades: "associações cujos membros, participando no século do espírito de algum instituto religioso, e sob a sua alta orientação, levam uma vida apostólica e tendem à perfeição cristã" [ARAÚJO, 2000: 350-351]. De salientar será o seu caráter de secularidade e a vinculação a alguma ordem religiosa.

Foi na livraria do convento vizinho – dos Carmelitas – que, um ano depois, se elegeu a primeira Mesa, da qual foi prior Tomás António de Sousa Cirne. Apesar desta eleição, apenas em 1751 "se iniciaram as negociações com os frades Carmelitas, já ali instalados, para a aquisição do terreno junto à igreja, acompanhando o lado nascente da Praça dos Ferradores" [PEREIRA, 2007: 274], antiga denominação da Praça Carlos Alberto. Destas negociações resultou um contrato onde se concordava que a torre sineira da Igreja do Convento dos Carmelitas iria ser transferida para o lado esquerdo, permitindo que as duas igrejas, a da Ordem e a dos Terceiros, se "encostassem uma à outra", tal como a espiritualidade de uns e outros acontecia "paredes meias". Nos finais do século XVIII, muitas das festas ligadas à Casa Real, celebradas na cidade, tiveram como palco o espaço frente à igreja dos Terceiros [FERREIRA-ALVES, 1988]. Entre ambas, localizar-se-ia a habitação do capelão, que pode, hoje, ser visitada.

O lançamento da primeira pedra da Igreja do Carmo – note-se que a designação Carmo será a que identifica a igreja dos leigos reunidos na ordem Terceira, enquanto a do convento recebe a designação de Igreja dos Carmelitas - projetada pelo arquiteto e pintor José de Figueiredo Seixas, deu-se em 1756, por D. João Ferreira da Silva, bispo de Tânger e governador apostólico da diocese do Porto [PEREIRA, 2007]. Alguns anos passados, em 1762, novos desenhos foram aprovados pela Mesa e, pela semelhança com a Igreja dos Clérigos, levou a supor-se que o projeto seria de Nicolau Nasoni, iniciando-se os trabalhos de decoração. Apesar destes não estarem completamente terminados, em 1768 a igreja foi aberta ao culto. Três anos mais tarde, os altares laterais

e as imagens das capelas foram executados, e ainda, em 1773, Francisco Pereira Campanhã executou e desenhou o retábulo da capela-mor [PEREIRA, 2007]. Há um ritmo e dinâmica nestas construções que indicia o número cada vez maior de leigos que se identificam com a espiritualidade carmelita. Esta dinâmica levará à construção de infraestruturas de assistência, como foi o caso do hospital do Carmo, recentemente desativado.

A fachada oriental é uma das mais procuradas por aqueles que visitam a cidade do Porto, principalmente pelo seu revestimento a azulejo. Os azulejos tiveram proveniência em fábricas de Vila Nova de Gaia, segundo cartões desenhados pelo italiano Silvestre Silvestri [NOÉ e SERENO, 1996]. Denota o gosto revivalista de inícios do século XX, tendo como matriz os elementos decorativos que, no século XVIII, marcaram a ornamentação. Diogo Alcoforado faz um estudo sobre os principais elementos decorativos da Igreja, e descreve-a como sendo:

> "*rocaille*", com todas as características de complexidade e ostentação patentes (e alicerçadas) na existência de múltiplos elementos integrados em jogos de oposições contínuas, tornando facilmente detetáveis contrastes como: vertical/horizontal, retilíneo/ não retilíneo, reentrante/saliente, macio/rugoso, iluminado/sombrio, figurativo/ não figurativo, orgânico/ não orgânico… [ALCOFORADO, 1979: 207].

As Igrejas do Carmo e dos Carmelitas são muitas vezes abordadas como formando um conjunto edificado, que, de facto, acabam por ser, sendo que a sua classificação como Monumento Nacional assim o fez parecer. As duas fachadas, apesar de serem diferentes, complementam-se e são elementos destacados para a fisionomia da Praça Carlos Alberto (Figura 34), assim como na relação com os casos de estudo aqui referidos. Estes dois edifícios, dentro da área selecionada no âmbito desta dissertação, enquadram-se, juntamente com os Clérigos, na tipologia de edifícios religiosos. No entanto, como já reparámos, todos, apesar de ainda funcionarem enquanto templo da Igreja católica, adaptaram-se à nova realidade da cidade do Porto, e oferecem visitas culturais, guiadas ou não, que contribuem para a criação um fundo de rendimentos que ajuda na preservação e manutenção dos espaços, assim como acontece na Casa Escondida (Casa dos Capelães), entre as igrejas, que, atualmente, funciona como museu.

O recheio do espaço, que vai para além da igreja em si, foi apenas há pouco tempo aberto ao público, sendo hoje denominado de Circuito Turístico da Ordem do Carmo. Este circuito realiza-se através da Casa Escondida, a mais estreita da cidade e antiga habitação de vários capelões, artistas ou médicos do hospital da Ordem, para além de ter servido, de sala de reuniões no período das Invasões Francesas; as catacumbas; o Salão Nobre (Figura 37); Sala dos Paramentos (Figura 38); e Sacristia (Figura 39), que funciona como uma área museológica que apresenta o espólio da Ordem, pinturas, esculturas, vestes litúrgicas e relíquias.

3.8 Edifício da Reitoria da Universidade do Porto

O edifício onde se encontra, atualmente, a Reitoria da Universidade do Porto, foi dos primeiros exemplos de que me lembrei quando iniciei o processo de seleção dos casos de estudo para esta dissertação. Isto deve-se ao facto de este edifício ter, ao longo da sua existência, abrigado variadas instituições, sempre com alguma conotação com o ensino e formação.

Para compreender a história deste estudo de caso, podemos recuar até 1803, ano em que o arquiteto professor José da Costa e Silva, difusor do neoclássico romano em Portugal, executou o primeiro projeto para o que seria a Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto [FERNANDES, 2007]. Esta Academia foi criada por D. João VI neste ano, e substituída em 1837 pela Academia Politécnica do Porto (APP), e tornando-se na primeira instituição de ensino superior da cidade do Porto [PINTO, 2012]. Os proprietários de navios e comerciantes, que desde o século XVIII sentiam a necessidade de uma outra preparação para os homens do mar e comerciantes, solicitaram ao Príncipe-Regente o estabelecimento de Aulas de Comércio e de uma Academia para pilotos e oficiais da Marinha. Apresentou-se este requerimento em outubro de 1799, tendo sido assinado por 63 comerciantes, que justificavam este pedido com a decadência em que se encontrava a marinha mercante e o comércio [SANTOS, 2006].

A instituição divida-se em duas Aulas que se realizavam na cidade, desde a segunda metade do século XVIII: Náutica (1762) e Debuxo e Desenho (1779), aulas estas que eram da responsabilidade da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro [PINTO, 2012], que, juntamente com a Câmara Municipal do Porto, concorreu à concretização do edifício em 1803. Mais tarde, foram acrescentadas à Academia novas aulas de Matemática, Comércio, Língua Inglesa e Francesa, para além de, segundo o Alvará de 29 de julho de 1803, uma aula de Filosofia Racional e Moral, assim como outra de Agricultura [PINTO, 2012].

O projeto de Costa e Silva para a Academia Real de Marinha e Comércio (1803) foi cedo criticado, especificamente pelo arquiteto barroco e neoclássico Carlos Luís Ferreira de Amarante, que considerou que o trabalho do anterior arquiteto era irregular,

pretendendo que se uniformizassem as cimalhas da igreja e da torre, tendo assim ficado responsável pela construção do edifício. O edifício em que se instalou a Academia era o antigo Colégio dos Meninos Órfãos. A construção não foi fácil nem rápida, devido à instabilidade económica e política que se vivia no país, e também devido à necessidade de adaptar as instalações às variadas funcionalidades do edifício [FERNANDES, 2007]. Dos acontecimentos deste período conturbado, destacam-se as invasões napoleónicas, a Revolução Liberal que culmina com a promulgação da Constituição Portuguesa e a guerra civil de 1823-34, que foi particularmente violenta para a cidade do Porto [PINTO, 2012].

No período do cerco do Porto (1832-1833), o edifício da Academia Real de Marinha e Comércio teve de ser utilizado como hospital de sangue, de apoio às tropas liberais, tendo sido o edifício que lhes serviu de apoio. Logicamente, assim que deixou de haver necessidade de estar ocupado pelos militares, o edifício teve de ser recuperado e as obras fizeram com que as aulas fossem transferidas para o palacete do 2º Visconde de Balsemão, na Praça de Carlos Alberto [FERNANDES, 2007].

A primeira grande transformação deu-se, como referido acima, em 1837, passando de Academia Real de Marinha e Comércio a Academia Politécnica do Porto (APP), pela ação governativa de Passos Manuel. Passou a integrar as áreas de Engenharia, Medicina e Belas-Artes:

> A transformação da Academia sucedia-se no seguimento do articulado às reformas da Universidade de Coimbra e das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto e é coetânea da fundação da Escola Politécnica de Lisboa que, até certo ponto, serviu de inspiração e de modelo ao curso que então se instituía no Porto [AZEVEDO, 1982: 146-147].

O foco desta nova Academia passou a ser a área das engenharias, e não tanto comercial e naval, foco que foi sendo reforçado ao longo da sua existência. Podemos observar a partir da Tabela 10, uma comparação entre os cursos disponíveis na Academia Politécnica do Porto e na Escola Politécnica de Lisboa, que tinha sido transformada na mesma altura, de Academia Real da Marinha em Escola Politécnica:

Tabela 5: Estatutos de 1837 da Escola Politécnica de Lisboa e da APP: Cursos Disponíveis.

Escola Politécnica de Lisboa	**Academia Politécnica do Porto**
Curso preparatório para Oficiais de Estado Maior, e de Engenharia Militar; assim como Engenheiros Civis	Engenheiros Civis de todas as classes: de minas, construtores, de pontes e estradas
Curso preparatório para Oficiais de Artilharia	Oficiais da Marinha
Curso preparatório para Oficiais de Marinha	Pilotos
Curso preparatório para Engenheiros Construtores de Marinha	Comerciantes
Curso que abrange o estudo de todas as disciplinas da Escola, ou Curso Geral	Agricultores
	Diretores de Fábricas
	Artistas em geral

Fonte: PINTO, Hélder (2012). A Matemática na Academia Politécnica do Porto. Faculdade de ciências da Universidade de Lisboa. p.112

Por volta de 1864, a Academia Politécnica do Porto e o Conselho Geral de Instrução Pública começaram a ser alvo de protestos e denúncias, que afirmavam que após 1837 a reforma aplicada à Academia do Porto começou a ser sinónimo de ruína e destruição pela falta de fundos financeiros [SANTOS, 1997]. Assim sendo, a Academia foi sujeita a uma intensa inspeção do estado do ensino do estabelecimento, tendo sido o responsável por ela o conselheiro Dr. José Maria de Abreu. O relatório apresentado constituía um diagnóstico do estado da Academia, das carências de base e da falta de organização. Posto isto, propôs:

> Reorganizar os cursos, suprimir mesmo alguns deles, como o de artistas, agricultores e construtores de navios (…) o ensino devia limitar-se aos cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Comércio e Pilotagem e, como cursos preparatórios, os das escolas médico-cirúrgicas, do Exército e Naval [SANTOS, 1997: 24].

Após 20 anos desta avaliação, em 1885, a Academia foi sujeita a uma transformação significativa, que marcou o início de um grande progresso do ensino técnico superior do Norte de Portugal. Como tinha sido proposto no diagnóstico, suprimiram-se alguns cursos e alargaram-se as cadeiras pré-existentes, tendo sido criadas cinco novas. Depois de se rever o programa, redistribuíram-se as matérias pelas 18 cadeiras resultantes e passou a haver apenas dois cursos principais: o curso de engenheiros civis, de obras públicas, de minas e industriais e o curso de comércio [PINTO, 1997]. Permaneceu ativo o curso mais antigo da Academia, o de comércio, e quatro cursos preparatórios para as Escolas do Exército, Naval, Médico-Cirúrgica e de Farmácia.

Em 1974, um grande incêndio destruiu parte do edifício da Faculdade de Ciências (Figuras 42 e 43), com quem a Reitoria foi partilhando as instalações (em 1911), também com a Faculdade Técnica, depois Faculdade de Engenharia (a partir de 1915) e com a primeira Faculdade de Letras (em 1919) [UNIVERSIDADE DO PORTO, 2011]. Apenas em 2006 a Reitoria regressou ao seu local de origem. Na década de 50 do século passado, a Direção dos Edifícios do Norte caracterizou os espaços ocupados pela Reitoria do seguinte modo:

A Reitoria vive arrumada e apertada num recanto do edifício da Faculdade de ciências, muito distante da dignidade de que deveria rodear-se a sua alta e complexa função de supremo organismo universitário; e vê-se quase impossibilitada nas poucas quadras, e apenas sofríveis, que lhe pertencem, de cumprir com a eficiência elementarmente requerida, o muito que lhe compete como cúpula que é das estruturas administrativas de cinco faculdades [Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto, Processos de Correspondência, Caixa 115, Ofício do Vice-Reitor José Cardoso Morgado Júnior, dirigido ao Diretor Geral do Ensino Superior, 1976].

Foi então neste período, em meados do século XX, que pareceu ideal reavaliar o espaço da Reitoria e realojar os serviços, que necessitavam de instalações maiores e melhores, dedicadas apenas a estes serviços. A Faculdade de Medicina encontrava-se em vias de ser transferida para o novo Hospital Escolar do Porto (Figura 41) e, assim sendo, o espaço onde se encontrava a antiga Escola Médico-Cirúrgica ficaria livre [ARQUIVO CENTRAL DA REITORIA, 2007]. Consequentemente, propôs-se a transferência dos Museus dos

Institutos de Zoologia, Geologia e Antropologia e a Faculdade de Economia, do edifício da Faculdade de ciências para o de Medicina.

Formalmente, e podemos observá-lo na Figura 40, o edifício da Reitoria da Universidade do Porto, localizada na Praça de Gomes Teixeira, representa mais um exemplar da arquitetura neopalladiana em Portugal. A sua simetria do eixo Norte/Sul revela-se a partir da planta retangular e os quatro pisos regulares, no entanto, esta não continua no interior do edifício. Esta é quebrada pela disposição dos espaços e pela imponente escadaria nobre (Figura 45). O interior da Reitoria é rico em ornamentação, desde pavimentos em mármore a tetos estucados com pintura branca. As paredes são embelezadas com pinturas que representam alegorias da Matemática e das Ciências, para além dos estuques dourados e pinturas relacionadas com os antecedentes da Universidade que ornamentam as paredes do Salão Nobre [FERNANDES, 2007]. Atualmente, o edifício mantém-se como a principal instituição do ensino superior no Porto e, para além disso, podem-se visitar os museus da Ciência (remontando às origens da Reitoria) e da História Natural desde 1996; um acervo constituído principalmente por obras publicadas após 1945 e, desde 2007, a loja da Universidade do Porto.

4. Considerações Finais

Terminado este estudo sobre a cidade do Porto, o seu desenvolvimento urbano, o Centro Histórico (assim classificado desde 1996) e os oito casos de estudo selecionados, conclui-se que uma cidade evolui de forma constante e célere, e que o Urbanismo nunca foi nem nunca será uma disciplina estática. O meu objetivo com esta dissertação foi demonstrar como, dentro de uma área, pode haver tanta mudança funcional e formal no património arquitetónico, de acordo com as necessidades que surgem com o desenvolvimento da sociedade que o habita. Os casos de estudo que apresentei (Mercado do Anjo; Jardim da Cordoaria; Hospital de Santo António; Conjunto Monumental dos Clérigos; Centro Português de Fotografia; Convento dos Carmelitas Descalços; Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo e Edifício da Reitoria da Universidade do Porto) acabam por fazer parte de uma zona envolvente, que tem como ponto central a Praça de Gomes Teixeira, que observámos que, desde cedo, se tornou numa zona importante para o Porto, especialmente na vertente comercial, de que esta cidade sempre tanto beneficiou. A partir destes casos concretos, que são apenas oito entre tantos outros relevantes no Centro Histórico, observa-se a variedade de tipologias e caráter que cada um possui, no entanto, existem em uníssono, contribuindo para a história do Porto, adaptando-se e transformando-se, de acordo com os novos hábitos que surgem com o passar do tempo. Em termos da alteração das funções originais dos edifícios, aquele que se destaca é o do Centro Português de Fotografia, que se distancia bastante da sua utilidade inicial de Cadeia e Tribunal da Relação. Outros, ou se mantiveram iguais (Hospital de Santo António), ou se adaptaram ao crescimento turístico da cidade, oferecendo visitas e experiências culturais (Igreja do Carmo; Igreja do Convento dos Carmelitas Descalços e Conjunto Monumental dos Clérigos), nunca perdendo a sua vertente religiosa. As mudanças são garantidas, e o grande desafio dos gestores de património é tomar decisões sobre o seu destino. Enquanto mediadores, ou mesmo enquanto habitantes de uma cidade, devemos pensar o património como representativo da nossa memória e identidade, tomando decisões cautelosas e de acordo com a legislação adequada, preservando-o para as gerações vindouras.

Fontes

Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto, Processos de Correspondência, Caixa 115, Ofício do Vice-Reitor José Cardoso Morgado Júnior, dirigido ao Diretor Geral do Ensino Superior, 1976.

Arquivo Municipal do Porto, Câmara Municipal do Porto, Mercado do Anjo 1839-1948, texto de apresentação da série Imposto do piso da Praça do Mercado - https://gisaweb.cm-porto.pt/creators/43466/ (consultado a 26/09/2022)

Arquivo Municipal do Porto, Carta topográfica da Cidade do Porto. https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/380170/documents/ (consultado a 19/07/2022)

Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia do Porto, Secção D, banco 1, livro n.1. John Carr, Carta, 1769

Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia do Porto, Secção D, Banco 1, livro 1, Hospital novo: cartas régias e títulos das compras. Carta de D. José ao Provedor, Oficiais, e mais Irmãos da Mesa da Misericórdia da Cidade do Porto, 1768

BAEDEKER, Karl (1908). Handbook for Travellers: Spain and Portugal. (Third edition) Leipzig/London/N.York, Karl Baedeker/Fisher Unwinn/Scribner´s Sons

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. *Cartas Históricas Interativas do Porto- CHIP.* https://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/MuniSIGViewer/index.html?configBase=https://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/REST/sites/CARTOGRAFIA1892/viewers/Cartografia_1892/virtualdirectory (consultado a 19/07/2022)

CEMAT (2007). Glossário do Desenvolvimento Territorial, Conselho da Europa, Territory and Landscape Series nº. 2

COSTA, Padre Agostinho Rebelo da (1789). Descripção topográfica, e histórica da cidade do Porto. Porto: Oficina de António Alvarez Ribeiro

Fundação Marques da Silva- Novo Mercado do Anjo: https://arquivoatom.up.pt/index.php/novo-mercado-do-anjo (consultado a 09/06/2022)

Histórias da cidade: era uma vez a praça onde o Porto ia comprar pão, Porto notícias, novembro de 2021- https://www.porto.pt/pt/noticia/historias-da-cidade-era-uma-vez-a-praca-onde-o-porto-ia-comprar-pao (consultado a 27/09/2022)

ICOMOS (1976). Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas Adopted by the General Conference at its nineteenth session, Nairobi, 1976.Carta de Nairobi

https://www.icomos.org/publications/93towns7o.pdf

ICOMOS (1986). Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, disponível em:

https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/28%20Carta%20cidades%20hist%C3%B3ricas%20-%20ICOMOS%201987.pdf

Jornal de Notícias, Ferros Velhos, uma feira permanente de farrapos e cacos, disponível em: https://www.pressreader.com/portugal/jornal-de-noticias/20220410/281934546480289

MURRAY, John (1887). A Handbook for Travellers in Portugal Madeira, Azores and Canaries. London.

OSÓRIO, João (1868). O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira.

PORTO VIVO SRU (2010). Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial. Porto, Câmara Municipal do Porto

PROAP- Jardim da Cordoaria. Disponível em http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/cordoaria-garden-2/ (consultado a 01/07/2022)

Programa Passo a Passo com Germano- o Porto com História, visita O Mosteiros Antigos da Cidade, disponível em: http://www.torredosclerigos.pt/pt/noticias-e-eventos/noticias/passo-passo-com-germano-3-visita/ (consultado a 27/09/2022)

SIMÕES, António da Costa (1883). O Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto: Relatório. Porto, Tipografia do Jornal do Porto.

SIPA. Igreja e Convento dos Carmelitas/ Igreja e Convento dos Carmelitas Descalços. IPA PT011312150107. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5497 (consultado a 19/07/2022)

SIPA. Igreja do Carmo/Igreja dos Terceiros do Carmo IPA 00005521. Notas de Paula NOÉ e de Isabel SERENO, 1996.

SIPA (2016). Igreja do Carmo/ Igreja dos Terceiros do Carmo. IPA 00005521. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5521 (consultado a 19/07/2022)

SIPA. Jardim da Cordoaria/ Jardim de João Chagas. IPA PT011312150181. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5500 (consultado a 30/06/2022)

SOUSA REIS, Henrique (1999). Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, col. Manuscritos inéditos da BPMP

UNIVERSIDADE DO PORTO (2012). Edifício da Reitoria da U.Porto- Enquadramento: Lado Sul, Jardim de João Chagas. https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=edif%c3%adcio%20da%20reitoria%20-%20campo%20dos%20m%c3%a1rtires%20da%20p%c3%a1tria%20-%20lado%20sul:%20jardim%20de%20jo%c3%a3o%20chagas (consultado a 30/06/2022)

Bibliografia

ALCOFORADO, Diogo (1979). A Igreja dos Terceiros do Carmo: contribuições para uma leitura da sua fachada. Revista de História, INIC, Centro de História da Universidade do Porto. vol. 2., Faculdade de Letras da Universidade do Porto p. 205-214.

ALVES, Jorge (2005). Feiras e mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas, in "Vetores de desenvolvimento económico: as feiras da Idade Média à época contemporânea: atas", p. 155-165.

ANDRESEN Teresa; MARQUES Teresa (2001). "Jardins Históricos do Porto". Lisboa. Edições Inapa., Lisboa

ARAÚJO, António de Sousa (2000). Ordens Terceiras. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. J-P. P. 350-351

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) (2001). Dicionário de História Religiosa de Portugal, volume J-P, Lisboa, 2001, Círculo dos Leitores

AZEVEDO, Rafael (1982). O Porto na época moderna. Da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto à Academia Politécnica do Porto. Revista de História INIC, Centro de História da Universidade do Porto. Bol. IV. p. 133-150 Centro de História da Universidade do Porto.

BAEDEKER, Karl (1908). Handbook for Travellers: Spain and Portugal. Londres: Leipsic

BALONAS e MENANO - ARCHITECTURAL AND URBAN CONCEPT (2013) - Praça de Lisboa: Porto, Portugal. Architizer. https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/ (consultado a 14/06/2022)

BARATA-SALGUEIRO, Teresa (1999). A cidade em Portugal- Uma geografia urbana in Medeiros, C. A. (coord). Geografia de Portugal- Sociedade, Paisagens e Cidades, Vol. 2; Círculo dos Leitores; Lisboa, 2005. P. 230-300 e 343-365

BARBOSA, Magda (2011). As Praças da Cidade do Porto. Edita-me. Porto

BARRETA, João (2004). Revitalização comercial dos centros urbanos – a gestão como parte da solução; Revista Urbanismo – Revista da Associação dos Urbanistas Portugueses, ano 5, nº 18, 2004. P. 14-18

BASTO, Artur (1931). Origens e desenvolvimento de um grande estabelecimento de assistência e caridade: O Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto. Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira

CARDOSO, Tiago Barros (2018). Requalificação do tecido urbano através do uso da praça, Lisboa, Universidade Lusíada (dissertação de mestrado). Disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3751 (consultado a 26/09/2022)

CARR, John (1769). Carta. Hospital novo: cartas régias e títulos das compras. Secção D, banco 1, livro n.1. Documentos manuscritos. Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia do Porto

CASTRO, Bernardino (20178). Centro Português De Fotografia: Do Passado De Cadeia E Tribunal A Espaço Abandonado E Ao Desígnio De Um Espaço De Cultura Do Património Arquivístico Fotográfico. In SANTOS, Maria José Moutinho et all (Coord.) — The Portuguese Prison Photo Project. Uma Exposição Sobre Prisões Portuguesas. Atas Conferência de 2017 "Uma Exposição Sobre Prisões Portuguesas". The Portuguese Photo Project. Atas da Conferência Internacional.Porto, CITCEM.

CAVACO, CRISTINA (2018). Urbanismo como política pública. Que mudanças de azimute? Território, Planeamento e Urbanismo. Teoria e prática, nº 1, p. 78-104 (https://doi.org/10.34624/tpu.v0i1.868)

CAVALLO, Sandra (1995). Charity and Power in Early Modern Italy: benefactors and their motives in Turin (1541-1789). Cambridge University Press

CEMAT (2007). Glossário do Desenvolvimento Territorial, Conselho da Europa

COSTA, Agostinho (1789). Descripção topográfica, e histórica da cidade do Porto. Porto: Oficina de António Alvarez Ribeiro

COSTA, Carlos; LOURENÇO, Fábio (2014). Como oferecer o património cultural: o caso do conjunto arquitetónico dos Clérigos. Revista Turismo e Desenvolvimento, vol.1, nº21/22 p. 205-2017

DOM JOSÉ (1768). Carta ao Provedor, Oficiais, e mais Irmãos da Mesa da Misericórdia da Cidade do Porto. Hospital novo: cartas régias e títulos das compras. Secção D, banco 1, livro n.1. Documentos manuscritos. Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia do Porto

FERNANDES, Mário (1992). Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926). Revista da Faculdade de Letras- Geografia. I Série, Vol. VIII. P. 65-162. Porto

FERNANDES, Maria Eugénia Matos (2007). A Universidade do Porto e a Cidade- Edifícios ao longo da História. Arquivo Municipal do Porto. U.Porto Press.

FERREIRA-ALVES, Joaquim J. (1987). O Porto na época dos Almadas. Arquitetura e Obras públicas v.1. Tese de Doutoramento em História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols. (Tese de Doutoramento em História da Arte)

FERREIRA-ALVES, Joaquim J. (1988). A festa barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII: subsídios para o seu estudo. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto- História, II série, vol.5, P. 10-66

FERREIRA-ALVES, Joaquim J. (2008). João de Almada e Melo (1703-1786): O Homem e a Cidade. Revista População e Sociedade nº 16 (2008). Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, P.187-197

FORTY, Adrian (1980). The Modern Hospital in France and England. In King Anthony D. "Buildings and society". Londres, Routledge, Kegan, and Paul, Londres

GARCÍA-HERNÁNDEZ, María; CALLE-VAQUERO, Manuel de la e YUBERO, Claudia, Cultural Heritage and Urban Tourism: Historic City Centres under Pressure, Sustainability 2017, 9(8), 1346; (https://doi.org/10.3390/su9081346 2017)

HAROUEL, Jean-Louis (2004). História do Urbanismo, 4ª edição, 2004, Papirus Editora

JEFFRIES, David (2001). Governments and Tourism, Editora Routledge

JESUS, Elisabete (2006). Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800). Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado)

LOPES, Beatriz; QUEIROZ, Francisco (2013). A Igreja e a Torre dos Clérigos. Porto, Irmandade dos Clérigos. Porto

LUGINBUHL, Yves Atelier 1, Identification du paysage urbain historique, in Paysages urbains historiques : Synthèse des journées techniques, Une nouvelle recommandation de l'UNESCO à l'appui de la Convention du patrimoine mondial, Bordeaux, 2009, p.27-38. disponível em: https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2156/1/ICOMOS-France-Paysages-Urbains-Historiques.pdf)

LUZ-SILVA, Eva (2021). O Turismo no Porto na Segunda Metade do Séulo XIX. Guias e relatos de viagem. Dissertação de Mestrado em Turismo e Desenvolvimento de Negócios. Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (Dissertação de Mestrado)

MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramiro (2012). Natureza e cultura no Porto do século XIX. Revista Convergência Crítica. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social- NEPETS. V.1, Nº2. P. 73-89

MARINHO, Lúcia (2015). Carmelitas Descalços: representação dos fundadores da Ordem em três painéis de azulejo. GlazeArch 2015, (International Conference. Glazed Ceramics in Architectural Heritage), Lisboa, LNEC, p.41-55 International Conferece Glazed Ceramics in Architectural Heritage. P. 41-23

MARTINS, Luís (1992). Do Passeio Público ao "Jogo de Cartas" - Apontamentos Sobre os Espaços Ajardinados do Porto. In VI Colóquio Ibérico de Geografia- ACTAS. 1ª edição, vol. II. P. 627-240

MATOS, Fátima (2010). Espaços Públicos e Qualidade de vida nas Cidades- O Caso da Cidade do Porto. OBSERVATORIUM: Revista Eletrónica de Geografia, v.2, nº4. P. 17-33, 2010. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-CEGOT

MATTOSO, José (coord.) (1993). História de Portugal, Quinto Volume- O Liberalismo (1807-1890), Círculo de Leitores, edição nº 2408

MOREIRA, Marcos (2017). Módulo de uma Feira, da relação com a cidade ao desenvolvimento de um posto de venda modular. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado em Arquitetura)

MURRAY, John (1887). A Handbook for travellers in Portugal Madeira, Azores and Canaries. Londres

NOÉ, Paula; SERENO, Isabel (1996). Igreja do Cramo/Igreja dos Terceiros do Carmo. SIPA. IPA 00005521

NONNEL, Anni Gunther (coord.) (1992). O mercado do Bolhão: estudos e documentos. Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, Câmara Municipal da Cidade do Porto

OSÓRIO, João (1868). O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Tipografia de António José da Silva Teixeira. Porto

PEARCE, Douglas (1989). Tourist Development, John Wley & Sons, Inc, 2ª edição, 1989, Nova Iorque

PEREIRA, Gaspar Martins (2011). As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX in Família, Espaço e Património, Carlota Santos (coord.), CITCEM. P. 477-493

PEREIRA, Ana Cristina (2007). Os Conventos do Porto. Descontinuidades, Transformação e Reutilização. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (dissertação de mestrado)

PEREIRA, Firmino (1914). O Porto d'Outros Tempos. Livraria Chardron. Porto

PEREIRA, Gaspar (2011). As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto in Santos, Carlota (coord.) Família, Espaço e Património, Porto, CITCEM, p.477-493

PINTO, Hélder (2012). A Matemática na Academia Politécnica do Porto. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (tese de doutoramento).

PORTO VIVO SRU (2010). Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial. Edição Câmara Municipal do Porto

RAMOS, Luís A. De Oliveira (dir.) (2015). História do Porto, 3ª edição, Porto Editora, 2015

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia (2001). A Universidade do Porto: Estudo orgânico-funcional (modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo). Adaptação de textos de FERNANDES, Maria Eugénia; RIBEIRO, Fernanda. Porto, Reitoria da Universidade do Porto

RIBEIRO, Lília (2012). A arquitetura neopalladiana portuense: O Hospital de Santo António (1769-1832). Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Tese de Doutoramento)

RIO FERNANDES, José A. Rio (1993). O Bairro dos Carmelitas. Revista "O Tripeiro" 7ª série, ano XII/ Nº 11. P. 345-346

RIO FERNANDES, José A. Rio (2011). Centro Histórico e Urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto. In Atas do seminário Centros Históricos: Passado e Presente, pp. 12-25. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

SANTOS, Cândido (1997). A Academia Politécnica do Porto no tempo de Rodrigues de Freitas.in Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos: atas do Colóquio. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Centro Leonardo Coimbra, 1997, p. 21-32 Faculdade de Letras da Universidade do Porto

SANTOS, Cândido (2006). O Porto e a instrução pública: a Academia Real da Marinha e Comércio (1803-1837). In Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques, vol. 1, 2006, p. 415-427 Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SANTOS, Maria José (1999). A Sombra e a Luz- As prisões do liberalismo. Porto, Edições Afrontamento. Porto

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoesas (2010). Planeamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2010 (dissertação de mestrado)

SERRÃO, António (2015). O Jardim no Projeto de Intervenção. Universidade Lusófona do Porto (dissertação de mestrado)

SILVA, Daniela (2013). Regresso à baixa: Residência Universitária. Matosinhos Escola Superior de Artes e Design. Matosinhos (dissertação mestrado).

SILVA, Francisco Ribeiro (1993). Espaços e tempos de lazer na sociedade portuense do Antigo Regime, in "O Tripeiro", Série Nova, nº 8 p.226-232

SILVA, Helena (2014). O Porto e a construção da cidade moderna: o caso do Hospital Geral de Santo António, nos séculos XVIII e XIX. História, Ciências, Saúde –Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, pp.709-725.

SIMÕES, António da Costa (1883). O Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto: Relatório. Tipografia do Jornal do Porto

SOUSA REIS, Henrique (1999). Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto. IV volume. Manuscritos inéditos da BPMP. Porto

TAVARES, Alice; FEITOSA, Maria José; COSTA, Aníbal (2018). Diagnóstico de equilíbrios entre Património, habitação e turismo em centros históricos: os casos de estudo do Porto (Portugal) e de Salvador (Brasil). Revista Conservar Património, 28. P. 49-56

TAYLOR, Frederick (1995). Princípios de Administração Científica. 8ª edição, Editora Atlas S.A. São Paulo

TEIXEIRA, Manuel (1993). A História Urbana em Portugal- Desenvolvimentos Recentes. Análise Social, vol. XXVIII, pp. 371-390

TEIXEIRA, Sandra (2012). Espaços Públicos, Processos de Desenvolvimento Urbano e Períodos Morfológicos da Cidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (dissertação de mestrado)

The Changing Role and Relevance of Urban Conservation Charters- Proceedings, Recife, CECI (Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada), 19-21 de novembro de 2007

VALE, Clara; FIGUEIREDO, Ricardo; TAVARES, Rui (2013). Avenida dos Aliados e Baixa do Porto- memória, realidade e permanência. Porto Vivo, SRU.

VAN OERS, Ron (2010). Managing cities and the historic urban landscape initiative- an introduction in Ron van Oens and Sachiko Haraguchi (eds.), Historic Cities Managing-Gérer les villes historiques, World Heritage Papers/ Cahiers, nº 27, UNESCO World Heritage Centre, 2010. P. 7-17

VEIGA, Carlos (2010). Carmelitas Descalços" in Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal. 1ª edição, Lisboa, Gradiva Publicações S.A., Lisboa

VECHINA, Jeremias Pe. (2013). História e Espiritualidade da Reforma de Stª Teresa de Jesus. In Atas do Ciclo de conferências sobre "Convento de Nossa Senhora dos Remédios e a Ordem do Carmo em Portugal e no Brasil" associado à Exposição "Convento de Nossa Senhora dos Remédios". Évora

VECHINA, Jeremias Pe. (2019). Reforma Teresiana em Portugal: História in "Studia Carmelita", Revista da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços. Número 1, p. 20-35

Apêndices

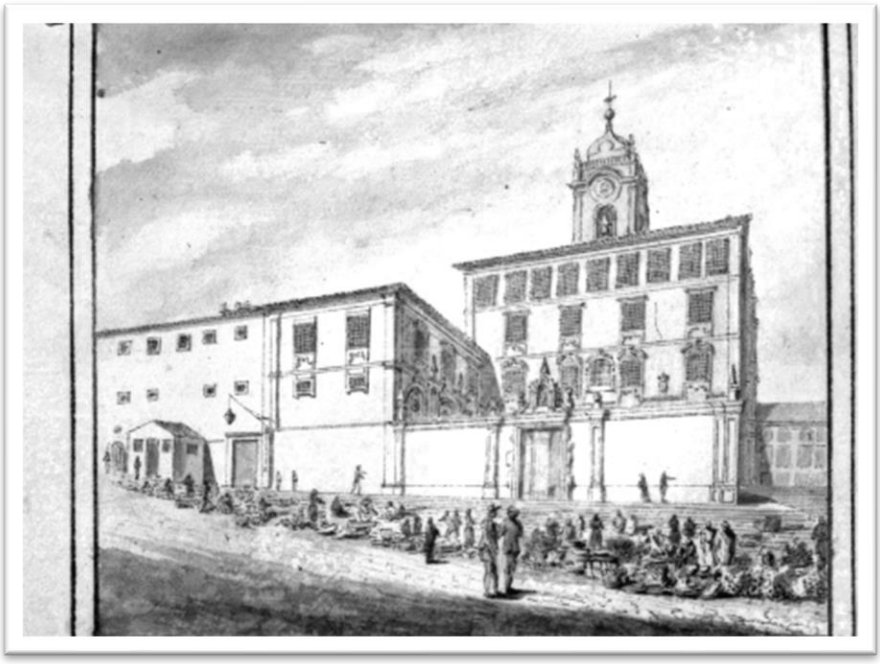
Apêndice 1: Mercado do Anjo

Figura 4: Antigo Mercado do Peixe, onde hoje se localiza o Palácio da Justiça do Porto



Fonte:" O Mercado do Anjo (cidade do Porto)", disponível em www.monumentosdesaparecidos.blogspot.pt (09/06/2022)

Figura 5: Feira de São Bento, em frente ao extinto Mosteiro de São Bento de Avé-Maria, em 1833



Fonte: MOREIRA, MOREIRA, Marcos (2017), p.19

Figura 6: Demolição do Mercado do Anjo em 1948.)



Fonte: "O Mercado do Anjo (cidade do Porto), disponível em: http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-mercado-do-anjo-cidade-do-porto.html (18/09/2022)

Figura 7: Passeio dos Clérigos.



Fonte: "Passeio dos Clérigos", disponível em: http://porto.convida.pt/poi/shopping/passeio-dos-clerigos-40557/84 (18/09/2022)

Figura 8:Projeto para a praça de Lisboa, da autoria da Design Factory GMBH



Fonte:"Praça de Lisboa | public space architecture", disponível em: https://archello.com/story/6540/attachments/photos-videos (18/09/2022)

Figura 9: Projeto Arrozeiro Ribeiro para a Praça de Lisboa, Divisare, 2014.



Fonte: CARDOSO, Tiago (1991). Requalificação do tecido urbano através da praça. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitetura e Artes

Figura 10: Projeto de Pedro Balonas para a Praça de Lisboa



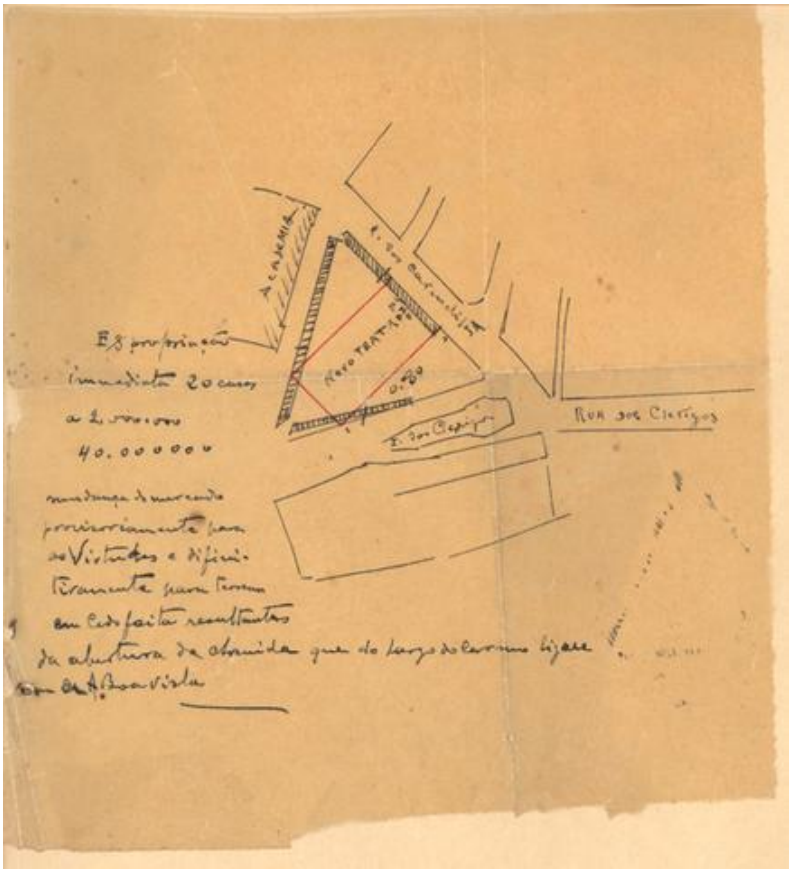
Fonte: https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/ (29/09/2022)

Figura 11: Projeto de Pedro Balonas para a Praça de Lisboa



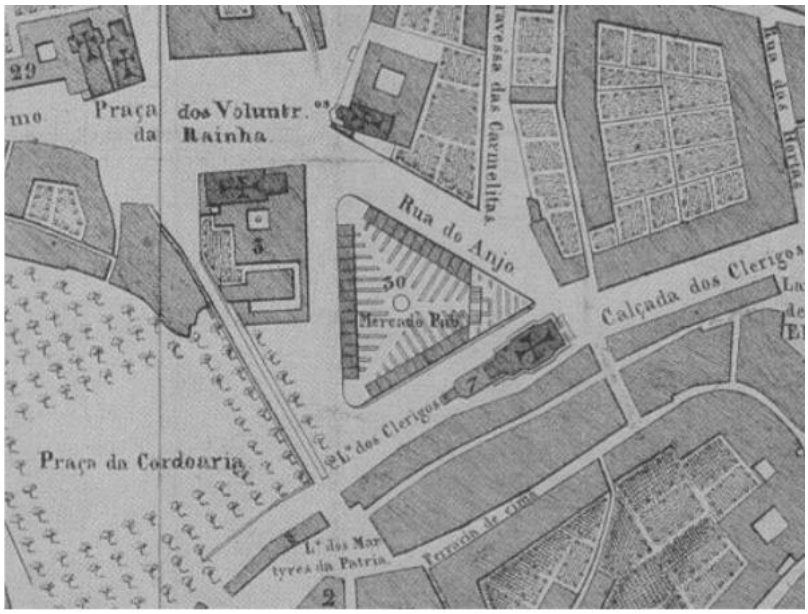
Fonte: https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/ (29/09/2022)

Figura 12: Planta de Implantação do mercado em 1905.



Fonte: Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva- Mercado do Anjo, disponível em: https://arquivoatom.up.pt/index.php/1lftq (18/09/2022)

Figura 13: Ilustração do Mercado do Anjo.



Fonte: Porto Vivo SRU, 2010

Figura 14: Vendedoras de castanhas, junto ao chafariz do Mercado do anjo, 1912.



Fonte: "O Mercado do Anjo (cidade do Porto)", disponível em: http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-mercado-do-anjo-cidade-do-porto.html (18/09/2022)

Figura 15: Aspeto interior do Mercado do Anjo



Fonte: "O Mercado do Anjo (cidade do Porto)", disponível em: http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-mercado-do-anjo-cidade-do-porto.html (18/09/2022)

Apêndice 2: Jardim da Cordoaria

Figura 16: Alameda da Cordoaria no século XIX



Fonte: TEIXEIRA, Sandra (2012). Espaços Públicos, Processos De Desenvolvimento Urbano E Períodos Morfológicos Da Cidade Do Porto. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, p. 25

Figura 17: Jardim da Cordoaria



Fonte: "Jardim da Cordoaria", disponível em: http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/cordoaria-garden-2/ (18/09/2022)

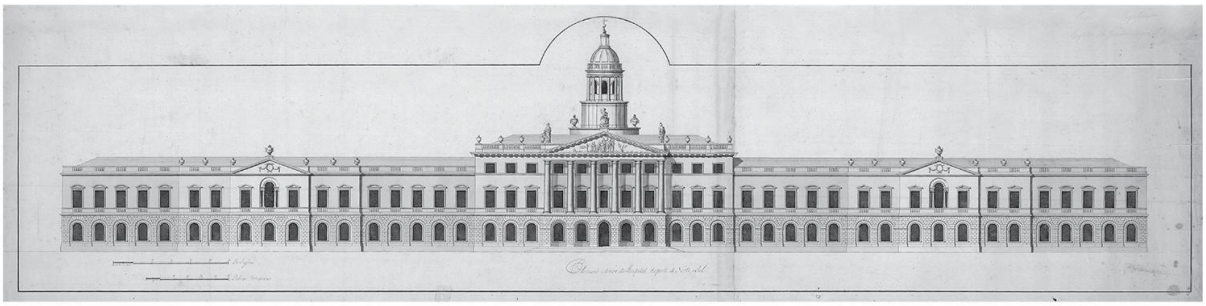
Figura 18: Jardim da Cordoaria



Fonte: "Jardim da Cordoaria", disponível em: http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/cordoaria-garden-2/ (18/09/2022)

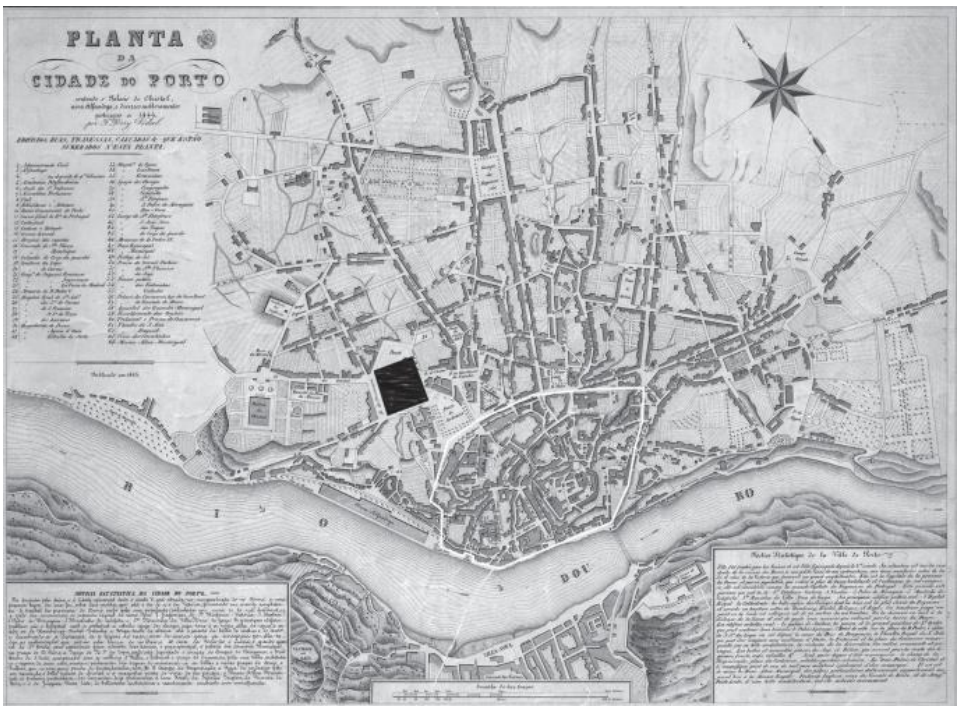
Apêndice 3: Hospital de Santo António

Figura 19: Alçado principal do Hospital de Santo António, ao centro zimbório da igreja nunca erguida.



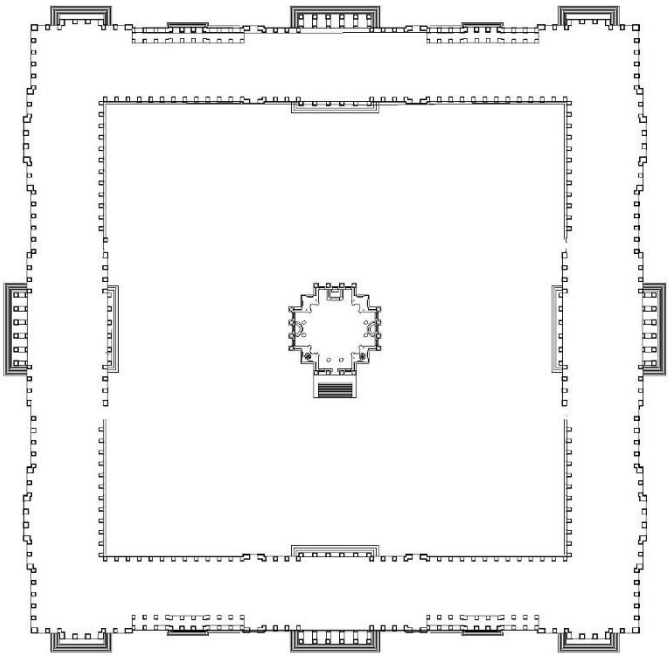
Fonte: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia

Figura 20: Local do Hospital de Santo António em 1844.



Fonte: Acervo da biblioteca nacional de Portugal

Figura 21: Planta do edifício



Fonte; "Reconstituição do projeto original do Hospital Geral de Santo António segundo John Carr (1877), disponível em: http://archeotype-porto.blogspot.com/2010/06/reconstituicao-do-projecto-original-do.html (18/09/2022)

Apêndice 4: Conjunto Monumental dos Clérigos

Figura 22: Sacristia da Igreja dos Clérigos, imagem retirada da ferramenta "Tour 360".



Fonte: http://www.torredosclerigos.pt/tour360/ (18/09/2022)

Figura 23: Vista exterior do Conjunto Monumental dos Clérigos, imagem retirada da ferramenta "Tour 360".



Fonte: http://www.torredosclerigos.pt/tour360/ (18/09/2022)

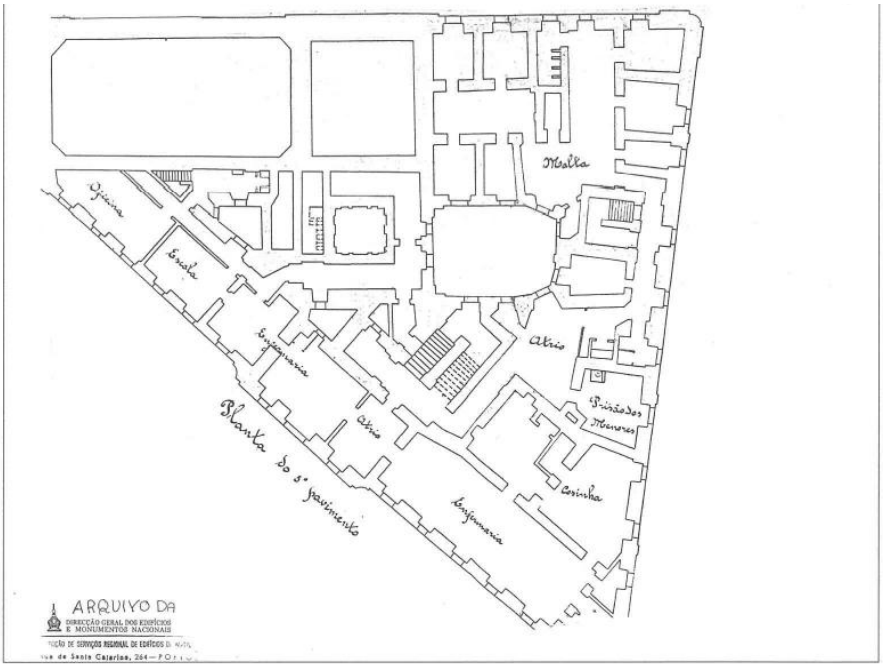
Figura 24: Interior da Igreja dos Clérigos, imagem retirada da ferramenta "Tour 360".



Fonte: http://www.torredosclerigos.pt/tour360/ (18/09/2022)

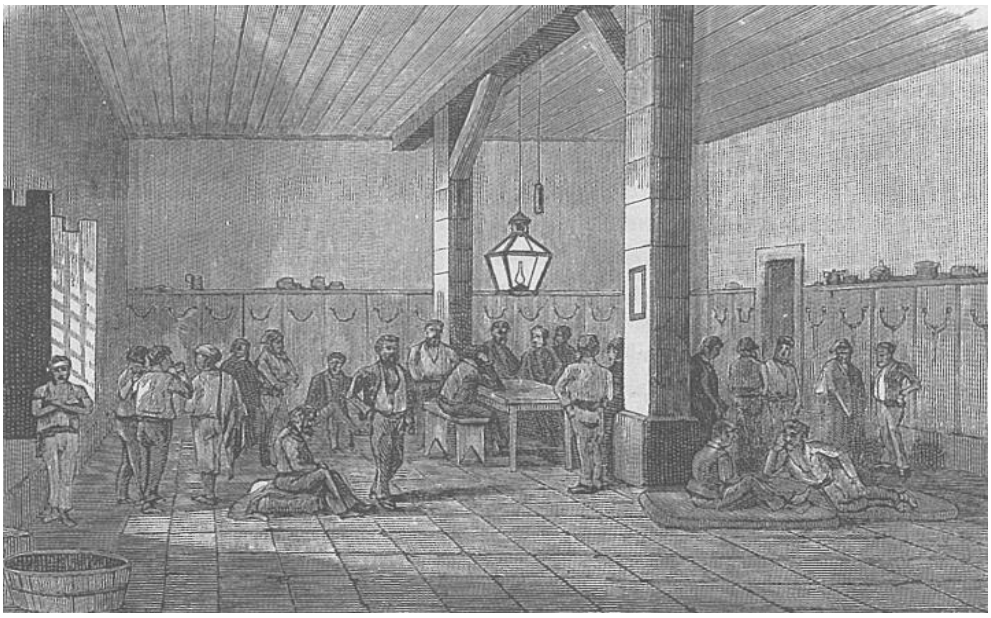
Apêndice 5: Centro Português de Fotografia

Figura 25: Planta do último piso da cadeia



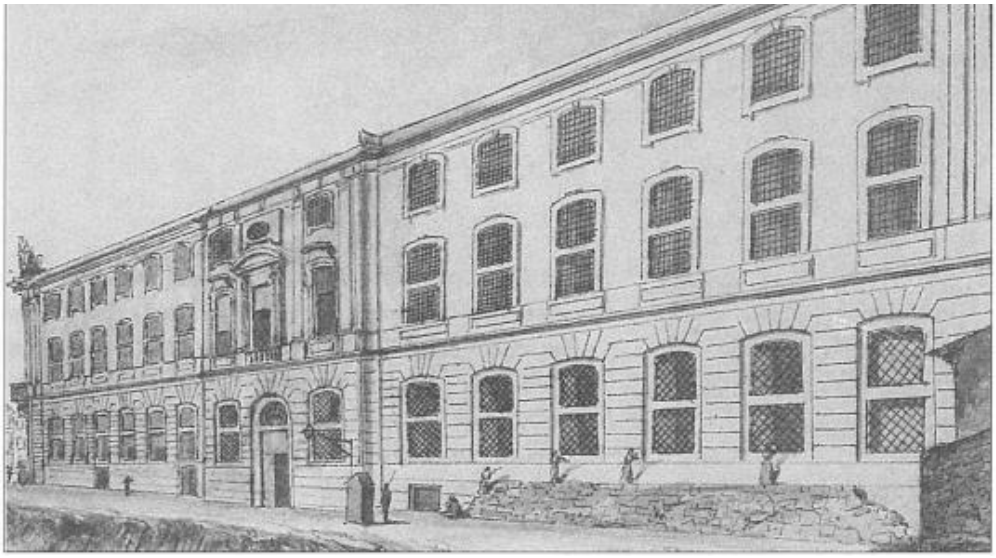
Fonte: SANTOS, Maria José (1999). A Sombra e a Luz- As prisões do liberalismo. Edições Afrontamento. Porto, p. 93

Figura 26: Espaços prisionais coletivos, desenho de J. R. Chsistiano



Fonte: Revista "O Occidente", nº 9, 1886

Figura 27: Desenho da Cadeia da Relação do Porto de Joaquim Cardoso Vilanova, 1833.



Fonte: SANTOS, Maria José (1999). A Sombra e a Luz- As prisões do liberalismo. Edições Afrontamento. Porto, p. 74

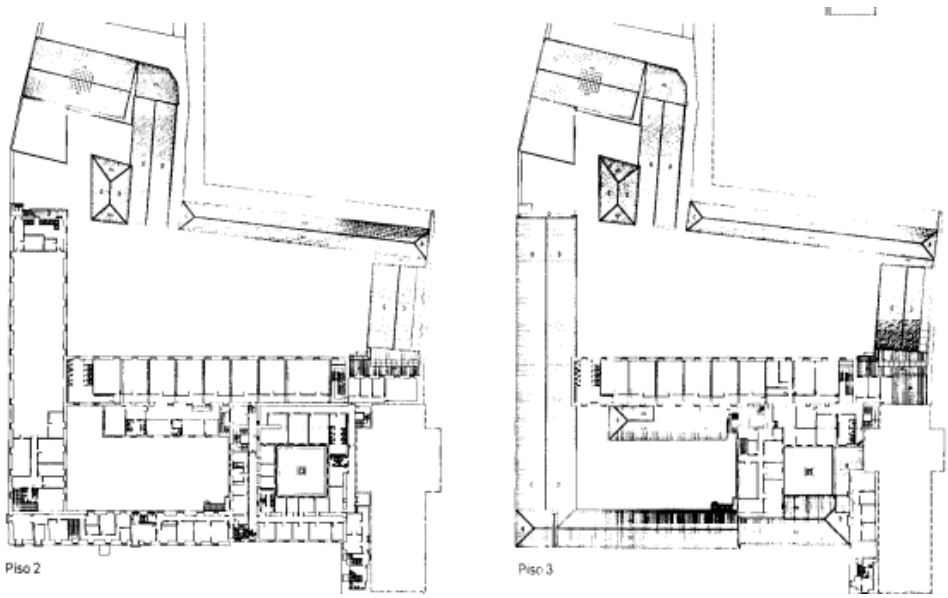
Apêndice 6: Convento dos Carmelitas Descalços

Figura 28:Igreja dos Carmelitas, pintura de Vilanova de 1833.



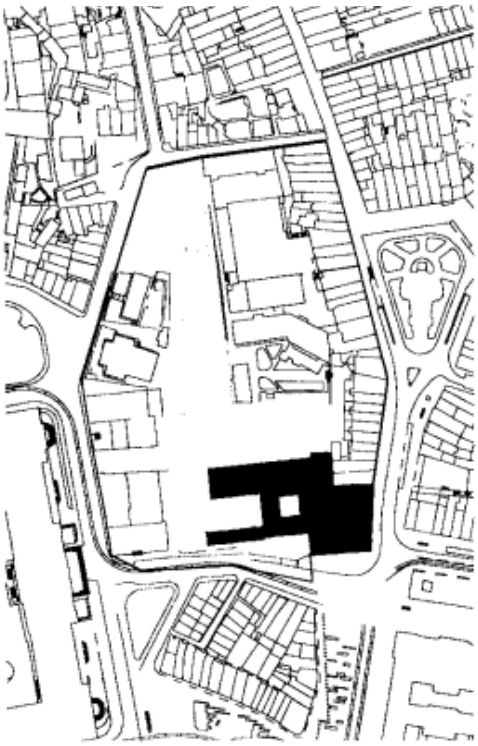
Fonte: Biblioteca Municipal do Porto

Figura 29: Plantas atuais cedidas pela Guarda Nacional Republicana do Porto.



Fonte: PEREIRA, Ana Cristina (2007). Os Conventos do Porto. Descontinuidades, Transformação e Reutilização. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, p. 269

Figura 30: Planta atual com indicação da cerca a negro.



Fonte: PEREIRA, Ana Cristina (2007). Os Conventos do Porto. Descontinuidades, Transformação e Reutilização. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, p. 267

Figura 31: Vista da torre da igreja.



Fonte: PEREIRA, Ana Cristina (2007). Os Conventos do Porto. Descontinuidades, Transformação e Reutilização. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, p. 270

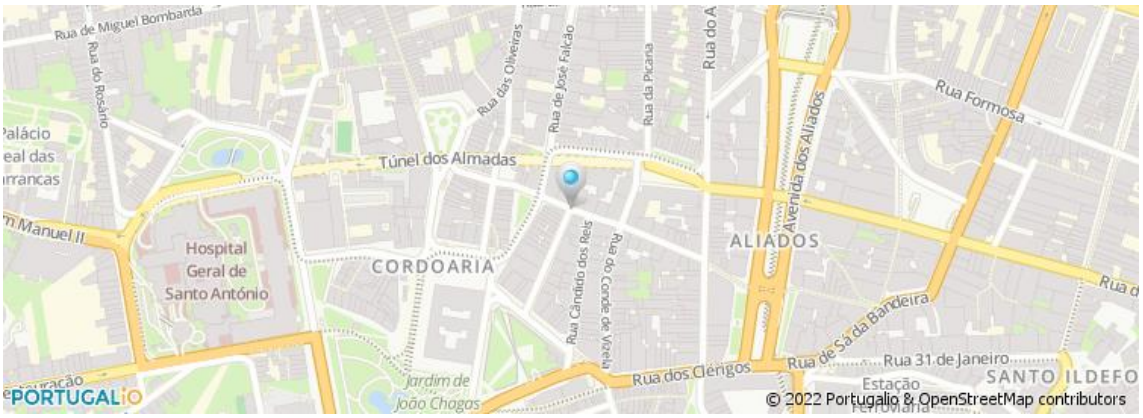
Figura 32: Vista interior do pátio da entrada.



Fonte: PEREIRA, Ana Cristina (2007). Os Conventos do Porto. Descontinuidades, Transformação e Reutilização. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, p. 270

Apêndice 7: Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo

Figura 33: Rua de Santa Teresa.



Fonte: Google Maps, disponível em: https://www.google.pt/maps/place/R.+de+Santa+Teresa,+Porto/@41.1477437,-8.6140596,17z/data=!4m5!3m4!1s0xd2464e2c28ee445:0xe2ed963b5c13c48d!8m2!3d41.1477437!4d-8.6140596 (18/09/2022)

Figura 34: Vista exterior das fachadas das Igrejas do Carmo e dos Carmelitas, podendo observar ao centro a Casa Escondida.



Fonte: "A Casa Escondida já pode ser visitada no Porto", disponível em: https://ncultura.pt/a-casa-escondida-ja-pode-ser-visitada-no-porto/ (18/09/2022)

Figura 35: Interior da igreja dos Terceiros do Carmo.



Fonte: "Igreja do Carmo/ Igreja dos Terceiros do Carmo", SIPA, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5521 (18/09/2022)

Figura 36: Figura 34: Interior da Casa Escondida.



Fonte: "Igreja do Carmo: conheça os seis novos espaços que tem de visitar", disponível em: https://www.timeout.pt/porto/pt/coisas-para-fazer/igreja-do-carmo-conheca-os-seis-novos-espacos-que-tem-de-visitar (18/09/2022)

Figura 37: Salão Nobre do Carmo.



Fonte: "Igreja do Carmo: conheça os seis novos espaços que tem de visitar", disponível em: https://www.timeout.pt/porto/pt/coisas-para-fazer/igreja-do-carmo-conheca-os-seis-novos-espacos-que-tem-de-visitar (18/09/2022)

Figura 38: Sala dos Paramentos.



Fonte: "Igreja do Carmo: conheça os seis novos espaços que tem de visitar", disponível em: https://www.timeout.pt/porto/pt/coisas-para-fazer/igreja-do-carmo-conheca-os-seis-novos-espacos-que-tem-de-visitar (18/09/2022)

Figura 39: A sacristia do Carmo.



Fonte: "Igreja do Carmo: conheça os seis novos espaços que tem de visitar", disponível em: https://www.timeout.pt/porto/pt/coisas-para-fazer/igreja-do-carmo-conheca-os-seis-novos-espacos-que-tem-de-visitar (18/09/2022)

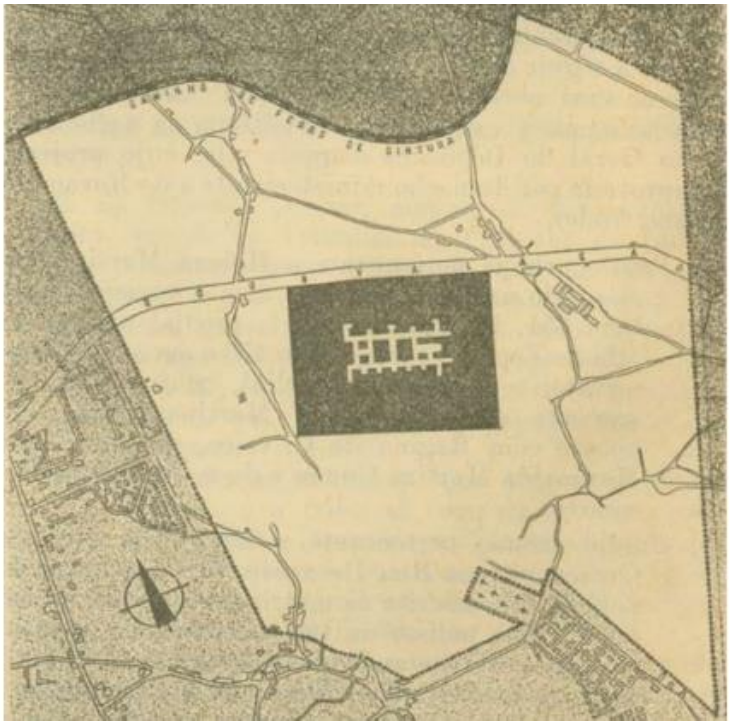
Apêndice 8: Edifício da Reitoria da Universidade do Porto

Figura 40: Fachada do edifício da Reitoria da Universidade do Porto



Fonte: https://noticias.up.pt/reitor-da-universidade-do-u-porto-e-eleito-a-6-de-maio/ (consultado a 21/07/2022)

Figura 41: Zona de proteção do Hospital Escolar do Porto.



Fonte: FERNANDES, Maria Eugénia Matos (2007). A Universidade do Porto e a Cidade- Edifícios ao longo da História. Arquivo Municipal do Porto

Figura 42: Estragos do incêndio na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.



Fonte: Arquivo Central da Universidade do Porto

Figura 43: Estragos do incêndio na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.



Fonte: Arquivo Central da Universidade do Porto

Figura 44: Rua de D. Manuel II



Fonte: Google Maps, disponível em: https://www.google.pt/maps/place/R.+de+Dom+Manuel+II,+Porto/@41.1480686,-8.6237579,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xd24651b325dffe3:0x956709e453d04576!8m2!3d41.1480686!4d-8.6237579 (18/09/2022)

Figura 45: Escadaria Nobre da Reitoria



Fonte: Notícias Universidade do Porto, disponível em: https://noticias.up.pt/visitar-a-universidade-do-porto-sem-sair-de-casa-agora-ja-e-possivel/ (18/09/2022)